



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação

HELOISA RUTSCHMANN FONSECHI

**A PROVA DO ENEM COMO POLÍTICA PÚBLICA E O IMPACTO DA
CORREÇÃO DE REDAÇÕES FEITA POR FUNDAÇÕES**

Campinas-SP
2024

HELOISA RUTSCHMANN FONSECHI

**A PROVA DO ENEM COMO POLÍTICA PÚBLICA E O IMPACTO
DA CORREÇÃO DE REDAÇÕES FEITA POR FUNDAÇÕES**

*Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade Estadual de
Campinas como parte dos requisitos
exigidos para a obtenção do título de
Mestra em Educação, na Área de
Educação.*

Orientadora: Dra. Debora Cristina Jeffrey

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA HELOISA
RUTSCHMANN FONSECHI, E ORIENTADA
PELA PROFA DRA. DEBORA
CRISTINA JEFFREY

Campinas-SP
2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Gustavo Lebre de Marco - CRB 8/7977

F733p Fonseca, Heloisa Rutschmann, 1984-
A prova do ENEM como política pública e o impacto da correção de redações feita por fundações / Heloisa Rutschmann Fonseca. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Debora Cristina Jeffrey.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Exame Nacional do Ensino Médio (Brasil). 2. Redação. 3. Avaliação educacional. 4. Políticas públicas. 5. Fundações. I. Jeffrey, Debora Cristina. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The ENEM test as public policy and the impact of writing corrections made by foundations

Palavras-chave em inglês:

National Secondary Education Examination (Brazil)

Writing

Educational evaluation

Public policy

Foundations

Área de concentração: Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte

Titulação: Mestra em Educação

Banca examinadora:

Debora Cristina Jeffrey [Orientador]

Maria Angélica Pedra Minhoto

Luís Enrique Aguilar

Data de defesa: 13-12-2023

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0007-3123-4765>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/8326003956058805>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação

DISSERTAÇÃO

**A PROVA DO ENEM COMO POLÍTICA PÚBLICA E O IMPACTO DA
CORREÇÃO DE REDAÇÕES FEITA POR FUNDAÇÕES**

HELOISA RUTSCHMANN FONSECHI

COMISSÃO JULGADORA:

Dra. Debora Cristina Jeffrey
Dra. Maria Angélica Pedra Minhoto
Prof. Dr. Luís Enrique Aguilar

A Ata da Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

2024

DEDICATÓRIA

À minha tia Ilsa, minha maior inspiração de perseverança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, à minha orientadora Débora Jeffrey, por todas as contribuições, ensinamentos e por conduzir com afeto e primor todo esse meu percurso acadêmico.

Às professoras Maria Angélica Minhoto e Carolina D'Ávila e ao professor Luis Enrique Aguilar pelas valiosas colaborações no exame de qualificação.

Aos colegas do GEPALE por todo o apoio e incentivo, em especial, à Suelen, André, Robson e Ferrari.

À agência de fomento Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES que, por meio do processo 88887.595555/2020-00, financiou esta pesquisa durante 24 (vinte e quatro) meses, apoio fundamental para que fosse possível me dedicar à pesquisa com a dignidade necessária.

Aos meus colegas de profissão, educadores e avaliadores, por me ensinarem tanto todos os dias, em especial à Jully, Renata, Kênia, Carol, Mônica e Diogo, amigos que me acolheram em minhas falhas e me inspiraram a me tornar uma pessoa melhor.

À Fernanda, por um dia ter me ensinado a importância deste trabalho, dando-me assim incentivo para finalizá-lo com orgulho.

Ao Paulo, pela ajuda crucial na escrita final deste trabalho.

À toda a minha família, aos meus pais, Paulo e Zilda, à minha irmã, Juliana, minha sobrinha Eduarda e minhas tias, Ilsa e Nena, pela paciência e compreensão.

À Olívia, por ser a minha inspiração e apoio diário.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a relação existente entre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), uma política pública de avaliação e as Fundações responsáveis pela correção de redação do exame. O Enem é um exame que tem como objetivo aferir a competência e habilidade do estudante e funciona como um instrumento de acesso ao Ensino Superior, integrando o Sistema Nacional de Avaliação. Para os participantes do exame, a nota atribuída à redação possui um grande peso no resultado final, pondo em evidência a avaliação da produção escrita desse exame.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo Exame, defende a transparência dos critérios de correção de avaliação do Enem, por meio da divulgação da Matriz de Referência, da Cartilha do Participante. No entanto, a correção de redação é feita por Fundações estabelecidas pelos chamados “consórcios de aplicação”. Considerando que, desde 1999, quatro Fundações, (1) Cesgranrio, (2) Cespe/Cebraspe, (3) Vunesp e (4) FGV, foram responsáveis pela correção de redações do Enem, queremos observar se a mudança destas instituições interferiu no modo de avaliar as redações.

Para embasar nossa pesquisa, partimos da fundamentação teórica sobre políticas públicas de avaliação (Vianna, 2014). Utilizamos também análises referentes aos conceitos de confiabilidade dos processos de avaliação de itens abertos (Toffoli, 2016), bem como a relação entre o público e o privado, a partir dos conceitos de Estado avaliador (Afonso, 2000). A partir da análise comparada dos documentos oficiais publicados sobre a correção de redação, buscamos investigar as mudanças presentes nesses documentos e quais os seus efeitos nos resultados do Exame. Entendemos que a confiabilidade dos resultados do Exame perpassa pela transparência e como esses resultados impactam diretamente nas políticas públicas educacionais, buscamos averiguar se há interferência das Fundações nesses processos avaliativos. Nossa pesquisa identificou diferenças quanto aos critérios de avaliação publicados pelo Inep e concluímos que a falha de transparência na publicização dos critérios de correção interfere na validade e confiabilidade do Exame. Dessa forma, é possível entendermos que o setor privado interfere no papel do Estado, quando este transfere parte de seu papel de avaliador às Fundações ao mesmo tempo que incorpora, em sua política, práticas avaliativas propostas por elas.

Palavras-chave: Enem; Redação; Avaliação Educacional; Política Pública; Fundações.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the existing relationship between the Exame nacional do Ensino Médio (Enem), a public endorsement policy and the Foundation responsible for the exam writing correction. This is an exam whose objective is to ensure the competence and abilities of the student and functions as an instrument for access to Higher Education, integrating the National Avaliação System. For the exam participants, the grade attributed to the redaction has a great weight in the final result, giving evidence of the validation of the written production of the exam.

The Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsible for Exame, defends the transparency of Enem's validation correction criteria, by means of the disclosure of the Reference Matrix, of the Participant's Card. However, the editorial correction is made by foundations established by the so-called “application consortiums”. Considering that, since 1999, four Foundation, (1) Cesgranrio, (2) Cespe/Cebraspe, (3) Vunesp e (4) FGV, have been responsible for the correction of Enem's redactions, we want to observe whether the change in these institutions has interfered with the way of validating the redactions.

To base our research, we start from the theoretical foundation on public endorsement policies (Vianna, 2014). We also use analyzes referring to the concepts of reliability and two processes of evaluation of open items (Toffoli, 2016), as well as the relationship between the public and the private, based on two concepts of State endorsement (Afonso, 2000). Based on the comparative analysis of two official documents published on the Redaction Correspondence, we seek to investigate the changes present in the documents and their effects in the results of the Exam. We understand that reliability two results of the Exam are transparent and how these results directly impact public educational policies it is important to find out if there is interference between the Foundations nesses evaluative processes. Our research seeks to confront public and private interests and the duality present in the Enem writing assessment.

Keywords: Writing; Educational Assessment; Public Policy; Foundations.

LISTA DE ABREVIACÕES

Enem - Exame Nacional do Ensino Médio

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Mec - Ministério da Educação

SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior

Forgrad - Fórum de Pró-Reitores de Graduação

ANA - Avaliação Nacional de Alfabetização

CESPE-UNB - Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília

Cebraspe - Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

Vunesp - Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista

FGV - Fundação Getúlio Vargas

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Justificativa.....	12
Organização dos capítulos.....	18
Capítulo 1. Política de Avaliação Educacional	20
1.1. Exame Nacional do Ensino Médio: pressupostos de sua criação.....	24
1.2 Linha do tempo do Exame Nacional do Ensino Médio.....	26
1.3 Fundações participantes da correção de redação do Enem.....	39
Capítulo 2. Análise comparativa dos materiais referentes à Redação do Enem.....	47
2.1 Delimitação da Análise.....	50
2.2 Análise documental - Cartilhas 2016 e 2017.....	51
2.3 Análise documental - Cartilhas do Participante de 2019 e 2020/2021.....	59
2.4 Análise documental - Material de Leitura (2019).....	63
Considerações finais.....	69
Referências Bibliográficas.....	71
Anexos.....	77

Introdução

A implementação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deu-se em 1998, por meio da Portaria nº 438, de 28 de maio de 1998 (MEC, 1998) e trata-se de um Exame Nacional que está sobre responsabilidade da autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A prova surgiu como integrante da política de avaliação educacional da educação brasileira, que tinha o objetivo de possibilitar a auto-avaliação do estudante, passando a funcionar como métodos de acesso ao Ensino Superior e a criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio. (Portaria 438, 1998). Esses objetivos se mantêm até os dias atuais e são analisados por meio de “Relatórios Pedagógicos” e “Microdados”, divulgados regularmente pelo Inep, e que apontam o desempenho dos alunos, a partir de diferentes categorias econômicas, sociais entre outras.

Após 11 anos de sua criação, em 2009, o Exame passou por mudanças importantes em relação ao seu conteúdo e objetivos. Inseriu-se em seus objetivos o acesso a programas governamentais e a promoção da “avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes nas Instituições de Educação Superior” (Portaria nº 109, 2009); o que possibilitou que o Exame se tornasse também um exame de ingresso em inúmeras universidades públicas do país, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Atualmente, além de manter essas duas funções, o desempenho no Exame é determinante para o acesso de estudantes a programas governamentais de acesso ao Ensino Superior Privado, tais como o Programa Universidade para Todos (Prouni)¹ e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies)². Todos esses aspectos conferem ao Enem uma relevância que o coloca como uma importante política educacional que tem como objetivo não só avaliar o desempenho dos estudantes, promovendo a “avaliação do desempenho acadêmico das escolas de ensino médio, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global” (Idem, 2009); mas também propiciar o ingresso de estudantes no Ensino Superior Público e Privado.

¹ O Programa Universidade para Todos (Prouni) destina-se a estudantes que fizeram o Ensino Médio em escolas públicas e concede bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior. (Brasil, 2005).

² O Programa de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos superiores privados, instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

Desde a sua primeira aplicação, o Exame dividiu seus resultados em duas notas globais: uma referente à prova objetiva e outra à prova de redação (Portaria nº 438, 1998). A prova de redação constitui-se como uma prova de item aberto de produção textual e é a partir da relevância da prova de redação no resultado final do participante do Exame que decidimos analisá-la, observando alguns aspectos específicos da avaliação da redação. Para tanto, vale destacar que a avaliação das redações, assim como o Curso de Capacitação, seleção e preparação dos avaliadores, desde a primeira edição do Exame, ficou sob responsabilidade de diferentes Fundações privadas, especializadas em Avaliação Educacional. O fato do Exame Nacional do Ensino Médio ser uma importante política de avaliação educacional e de parte dos resultados dessa avaliação ser de responsabilidade das Fundações nos leva a hipótese de que os interesses públicos e privados podem ser conflitantes, o que justifica a relevância da nossa pesquisa.

Justificativa

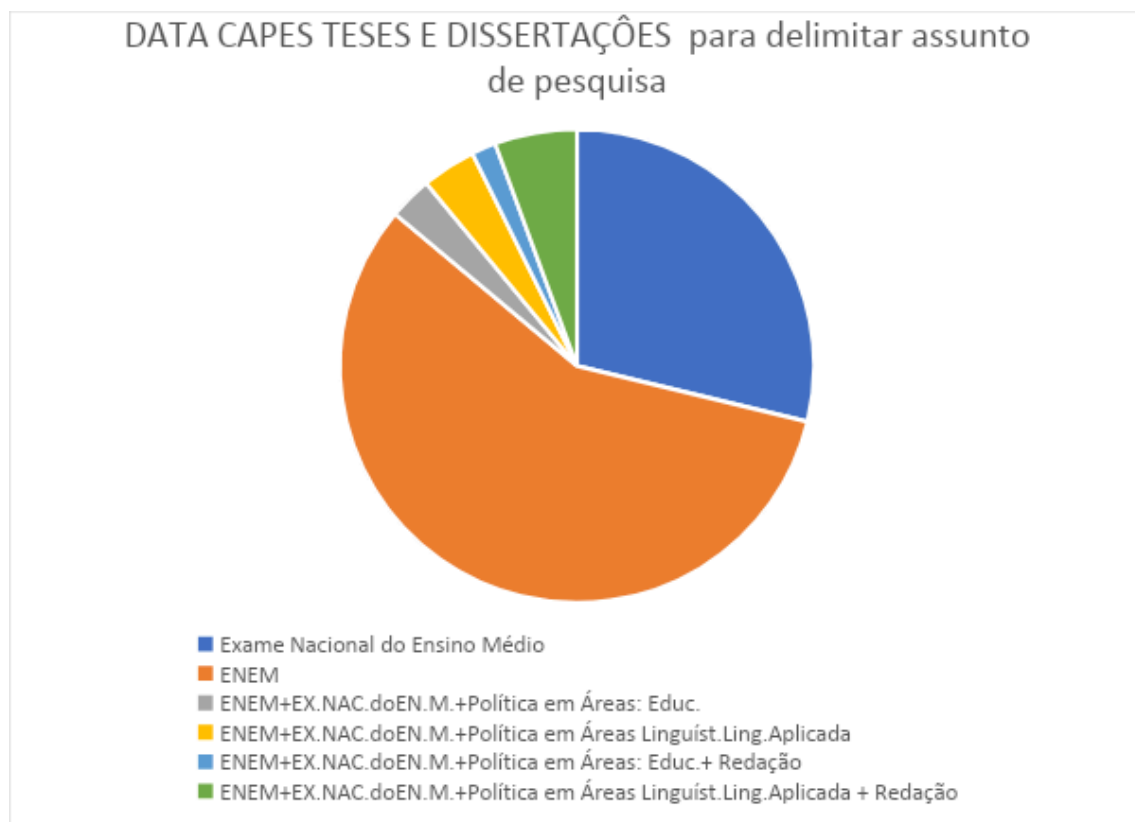
Com o objetivo de contextualizar nosso estudo, entre os anos de 2021 a 2023, fizemos um levantamento de teses e dissertações, junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tratam primordialmente do Exame Nacional do Ensino Médio. Utilizando como principal critério de busca o termo “Exame Nacional do Ensino Médio” foram encontrados 724 resultados e com a palavra “Enem”, 1441 resultados. Na sequência, ao associarmos aos termos anteriormente buscados a palavra “política” e filtrarmos os resultados, selecionando as áreas de conhecimento “Educação”, “Linguística” e “Linguística Aplicada”, encontramos 74 e 93 resultados, respectivamente. Por sua vez, mantendo as mesmas áreas nos filtros, ao associarmos os termos principais a palavra-chave “redação” encontramos 42 e 141 resultados, respectivamente, conforme tabela e gráfico apresentados a seguir:

Tabela 1 - Levantamento de Teses e Dissertações do Catálogo Capes

Exame Nacional do Ensino Médio	724
ENEM	1441
ENEM+EX.NAC.doEN.M.+Política em Áreas: Educ.	74
ENEM+EX.NAC.doEN.M.+Política em Áreas Linguíst.Ling.Aplicada	93
ENEM+EX.NAC.doEN.M.+Política em Áreas: Educ.+ Redação	42
ENEM+EX.NAC.doEN.M.+Política em Áreas Linguíst.Ling.Aplicada + Redação	141

Fonte: elaboração própria com dados retirados do Catálogo de Teses e Dissertações do Catálogo Capes

Gráfico 1 - Levantamento de Teses e Dissertações do Catálogo Capes



Fonte: elaboração própria com dados retirados do Catálogo de Teses e Dissertações do Catálogo Capes

O alto número de resultados encontrados indica a pertinência da pesquisa sobre o Exame, que interessa a diferentes campos científicos. Dando continuidade ao nosso levantamento, com a observação dos títulos dos trabalhos foi possível descartar aqueles que tratavam de aspectos distantes à nossa pesquisa, selecionando em torno de 04 trabalhos pertinentes ao nosso recorte de estudo, apresentados a seguir.

Primeiramente, destacamos os estudos que tratam das características e dos usos do Enem ao longo dos anos. A tese de Pacheco (2013), intitulada “As metamorfoses do ENEM: de avaliação coadjuvante para protagonista chave das políticas públicas de acesso à Educação Superior”, utiliza-se do referencial teórico marxista para definir o contexto em que as transformações do Exame se deram, inserindo-as historicamente no desenvolvimento do modo de produção capitalista, abordando aspectos sociais e políticos da expansão da

Educação Básica, a partir da década de 1960, e da Educação Superior, na segunda metade do século XX e início do século XXI. Nesse contexto, o autor define o período de 2003 a 2010 para apresentar os programas de acesso ao Ensino Superior estabelecidos na época, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Além disso, a tese aborda a influência do ENEM nos processos seletivos da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Um aspecto da tese relevante para a nossa pesquisa é a discussão feita sobre as funções do Enem na busca pela massificação do acesso ao Ensino Superior no Brasil e a caracterização feita pelo autor do Estado Avaliador Brasileiro.

Nessa mesma linha, a dissertação de Bravo (2017), intitulada “Enem e o percurso histórico do conceito de avaliação: implicações das e para as políticas educacionais”, apresenta, a partir da década de 1990, o crescente papel de destaque da avaliação externa e de larga escala para a definição de políticas públicas educacionais. A autora, por meio da análise documental, investiga os conceitos teóricos sobre o Enem e busca identificar os objetivos e finalidades do Exame ao longo do tempo. Dessa forma, a pesquisa revela como o Exame concretizou-se como política de Estado e não mais de governo e passou a cumprir diferentes funções políticas. Além disso, a dissertação aborda as concepções de avaliação assumidas pelo e a partir desses objetivos ao mostrar como “o Enem aproximou-se, cada vez mais, das funções de um exame vestibular, sendo pouco a pouco dissociado de suas funções relativas à avaliação do Ensino Médio”. Para a nossa pesquisa foi de importante contribuição o percurso histórico do Enem como política de Estado apresentado pela autora, com destaque para as concepções diversas de avaliação e suas implicações.

Na sequência, com destaque aos aspectos estruturais do Exame, a dissertação de Souza (2018), intitulada “Exame Nacional Do Ensino Médio (Enem): análise da reorganização estrutural do exame”, nos apresenta a reformulação do Enem em 2009, com base na análise de seus pressupostos políticos e educacionais. A autora identifica a concepção de conhecimento e formação subjacente ao novo Enem, por meio da análise crítica dos Relatórios pedagógicos, da Legislação referente ao Exame e dos itens da prova, baseando-se no referencial teórico dos autores clássicos da Teoria Crítica da Sociedade. A dissertação aponta importantes aspectos quanto às mudanças relativas ao novo Enem e destacamos como relevante para a nossa pesquisa a apuração das alterações referentes à estrutura e aos procedimentos metodológicos de elaboração, aplicação e correção da prova, sendo de importante contribuição para nosso estudo, em especial, a abordagem sobre o processo de racionalização tecnológica dos

responsáveis por cada uma dessas etapas, que possuem como objetivo ampliar a eficiência e a qualidade operacional do Exame.

Por último, entre os estudos que foram norteadores em nossa pesquisa, destacamos a dissertação de Silva (2019), intitulada “A Cartilha do Participante: um modelo de leitura e escrita para a Redação no Enem?” que trata mais especificamente de como a Cartilha de redação do Enem orienta o participante a buscar um modelo de escrita. A autora baseia-se no referencial teórico da Análise do Discurso pecheuxiana (condições de produção, formações ideológicas e discursivas e formações imaginárias), buscando identificar, nas Cartilhas, as imagens construídas pelo Inep sobre si mesmo, sobre o participante do Exame e sobre a Redação no Enem; e também as concepções de leitura e escrita presentes no documento. A relevância desse estudo para a nossa pesquisa pela similaridade quanto aos objetos analisados, a prova de redação do Enem e a Cartilha do Participante. O estudo apresenta o percurso histórico do Exame, destacando as alterações mais relevantes que a Prova Redação sofreu ao longo do tempo que justificaram a necessidade da publicação da Cartilha. Além disso, nos é de grande contribuição a observação feita no estudo em questão sobre a transparência defendida pelo Inep na Cartilha. Por fim, a pesquisa conclui que a Cartilha do Participante, apresenta um discurso autoritário pedagógico em suas instruções, distanciando os interlocutores e colocando a Redação no Enem em segundo plano, gerando uma circularidade discursiva.

Posteriormente, após este levantamento, passamos a elencar os materiais oficiais sobre a prova de redação, entre editais, relatórios e cartilhas preparatórias. Podemos, em primeira instância, verificar que desde a primeira edição do Exame, parte dos aspectos que embasam a avaliação de redações do Enem foi publicada nos editais de cada edição. Porém, muito do que se avaliava não era apresentado de maneira pública e didática para os participantes, pois de 1999 a 2011, nos editais anuais, apresentava-se a matriz de referência com as competências avaliadas, sem especificação da gradação de nota (Silva, 2019).

Somente a partir de 2012, a instituição responsável pela elaboração do Exame, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em parceria com o Ministério da Educação, passou a publicar a “Cartilha do Participante – Redação do Enem”, que tem como objetivo “tornar o mais transparente possível a metodologia de avaliação da redação, bem como o que se espera do participante em cada uma das competências avaliadas” (Inep, 2018). Além disso, após a liberação para os participantes dos resultados do exame, o

Inep passou a permitir também o acesso ao espelho da redação produzida com suas respectivas notas detalhadas, o que reforça a ideia de transparência defendida pela autarquia.

No entanto, apesar da transparência defendida pelo Inep, nos anos em que houve mudança das fundações responsáveis pela correção de Redação, foi possível perceber por meio de comentários em notícias divulgadas pela imprensa³, assim como por análises feitas por professores especializados em redação, um certo temor quanto a interferência dessas empresas no método de avaliação das provas, em especial quanto ao rigor cobrado em vestibulares tradicionais aplicados por determinadas empresas de avaliação. Como professora de Redação, também identifiquei esse receio em meus alunos e em parte dos meus colegas de profissão.

Vale destacar, nesse sentido, o papel da imprensa na construção do imaginário social sobre o Enem. Documentos oficiais referentes ao Exame Nacional do Ensino Médio, quando publicados, são amplamente divulgados pela mídia nacional, que invariavelmente aponta a relevância do Exame como determinante para o acesso ao Ensino Superior no Brasil. Inicialmente, foi possível observarmos durante a nossa pesquisa que veículos de imprensa dão grande destaque às mudanças que acontecem no Exame, assim como às licitações e consórcios assinados com o Inep por diferentes Fundações. Além disso, encontramos notícias e reportagens que tratam especificamente da prova de redação, como no caso apontado anteriormente, em que o rigor estabelecido na correção é questionado em uma reportagem. Segundo Rothen (2015), a mídia retrata as provas nacionais fundamentais para aferir a qualidade da educação. Além disso, a partir das matérias analisadas no estudo, o autor afirma que a imprensa contribuiu significativamente para a legitimação da avaliação, consolidando as políticas de avaliação da educação na realidade brasileira. Nesse sentido, percebemos que a mídia, muitas vezes, impacta na visão da sociedade sobre o Exame e, por este motivo, apresentaremos textos publicados em veículos de imprensa escrita como fonte de debate em nossa dissertação.

Com luz do conceito de validade discutido nos estudos de Linguística Aplicada, os resultados da avaliação de textos escritos não dependem apenas do nível de habilidade do autor, do grau de dificuldade da prova ou do critério exigido, mas “dependem também da

3

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/enem-2017-veja-o-que-muda-com-contratacao-de-fgv-cesgranrio-e-vunes-p-e-saiba-quem-vai-fazer-as-questoes.ghtml>

severidade dos avaliadores que julgam os desempenhos e da estrutura da escala de classificação” (Toffoli, 2016). Considerando, nesse sentido, que a “Revisão Externa” da Cartilha do Participante (INEP, 2018) é atribuída às Fundações responsáveis pela correção de Redação, surge a inquietação sobre a participação dessas empresas em decisões tomadas frente a avaliação de redações deste Exame Nacional, já que, “no Brasil, pouco se sabe sobre a aceitação ou uso de um ou outro conceito de validade, principalmente porque as informações provenientes das instituições promotoras das principais avaliações em larga escala são raras” (Toffoli, 2016).

É a partir dessas inquietações que buscamos entender se há algum tipo de interferência das empresas privadas nesse processo e qual é o efeito disso para as políticas públicas que resultam desse Exame (Castro, 2013).

Inicialmente, nossa análise buscará responder às seguintes perguntas:

- 1 – Os critérios de correção da redação do Enem sofreram modificações em virtude da alternância das Fundações responsáveis por essa correção?
- 2 – Em caso positivo, o que justifica essas alterações?

A partir destas perguntas nos foi possível formular algumas hipóteses. A primeira hipótese é de que embora a matriz de referência da redação do Enem seja publicada pelo Inep, o fato da seleção e do treinamento dos avaliadores das redações ser de responsabilidade das Fundações, implica em uma possível interferência por parte delas na aplicação desses critérios. Um aspecto que reforça essa possibilidade é o caráter sigiloso dos materiais utilizados nas capacitações dos avaliadores. Segundo o “Edital de abertura do Programa de Atualização e Qualificação de Avaliadores das Redações do Enem 2023”⁴, um dos requisitos básicos para a participação no processo é “manter a segurança e o sigilo das informações relativas à avaliação das redações do Enem”. O caráter sigiloso da capacitação dos avaliadores aparece também no “Material de Leitura” (Brasil, 2019):

O conteúdo presente neste material é sigiloso e não pode ser divulgado, distribuído, impresso ou utilizado para qualquer outra finalidade que não

⁴ https://cdn.cebraspe.org.br/wp-content/uploads/2023/06/ENEM_23_Regulamento_Avaliadores_PAQ_A.pdf

faça parte do objetivo específico do curso de capacitação. No caso de quebra de sigilo, a Fundação Getulio Vargas aplicará todas as medidas legais cabíveis e desligará do processo a pessoa envolvida (Brasil, 2019).

A importância da transparência em uma prova de redação interfere em seus resultados. Nesse sentido, nossa segunda hipótese é de que haja mudanças na maneira em que as Fundações utilizam a Matriz de Referência na avaliação do Enem. Partindo do pressuposto que a Matriz é apresentada e detalhada em Cartilhas divulgadas pelo Inep em diferentes anos, partimos da possibilidade de encontrarmos divergências nesses documentos.

Por último, nossa terceira hipótese, é de que essas alterações tenham relação com a expertise de cada uma dessas Fundações na prática de avaliação de Exames, apresentando, portanto, uma relação conflituosa entre o poder público e o privado, já que o Exame impacta em diversas políticas públicas.

Diante das considerações acima indicadas, os objetivos da pesquisa se embasam:

Objetivo geral:

Analisar os critérios de avaliação apontados nas Cartilhas dos Participantes, em especial nos anos em que houve troca de Fundações.

Objetivos específicos:

Analisar a relação existente entre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), uma política pública de avaliação e as Fundações responsáveis pela correção de redação do exame.

Organização dos capítulos

Tendo como base esses objetivos, nossa pesquisa se divide da seguinte maneira: no primeiro Capítulo apresentamos o debate acerca da Política de Avaliação Educacional que norteará a nossa pesquisa, apontando os autores e conceitos referentes à Avaliação Educacional; os aspectos relacionados a relação entre política pública e privada, por último, conceitos teóricos de Linguística Aplicada que norteiam a compreensão da avaliação de redação. Na primeira seção deste capítulo, intitulada “Exame Nacional do Ensino Médio: pressupostos de sua criação”, apresentamos as características do Exame a partir do contexto

político de sua criação, apontando, nesse contexto, a importância da prova de redação. Na seção seguinte, especificamos uma linha do tempo cronológica com as principais mudanças do Exame e, por fim, na última seção, apresentamos as Fundações participantes da correção de redação do Enem a partir do histórico de cada uma das Fundações.

No capítulo 2, denominado “Análise comparativa dos materiais referentes à Redação do Enem”, apresentamos a metodologia utilizada em nossa análise, descrevendo os procedimentos de método utilizados. Na primeira seção do capítulo, delimitamos as cartilhas que serão utilizadas em nossa análise e apresentamos o Material de Leitura (Brasil, 2019). Em seguida, apresentamos a ferramenta online “Copyleaks”, tecnologia utilizada para selecionarmos as semelhanças e divergências entre os materiais e descrevemos de que forma faremos este comparativo. Após esta delimitação, nas seções seguintes apresentamos a análise documental das Cartilhas de 2016 e 2017, anos em que a correção passou do Cebraspe para a Vunesp; das cartilhas de 2019 e 2020, buscando novas orientações aos estudantes diante do cenário imposto pela pandemia e finalmente a comparação com o Material de Leitura, divulgado em 2019.

Por fim, finalizamos apresentando as nossas considerações finais sobre as análises apontadas, considerando a relação entre os interesses públicos e privados encontrados em nossa pesquisa. Nosso trabalho busca, dessa forma, dar ênfase à importância da prova de redação do Enem como uma política pública e dar destaque para a interferência do trabalho de correção feito por diversas Fundações nos resultados dessa avaliação.

Capítulo 1. Política de Avaliação Educacional

Para embasar nossa pesquisa, no âmbito educacional, partimos da fundamentação teórica sobre avaliação educacional contexto brasileiro e da relação entre política pública e interesses privados.

A avaliação educacional no Brasil, segundo Vianna (2014), se baseou fundamentalmente no rendimento escolar até início da década de 1990, quando se deu início a implementação de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Esse sistema, promovido pelo Ministério da Educação e pelo Inep, busca diagnosticar a educação brasileira, por meio de amostras, avaliando diferentes fatores: gestão escolar, docentes, custo da educação pública e rendimento escolar dos estudantes.

Avaliações com diversos objetivos que diferem dos esperados em sala de aula e que envolvem um grande número de indivíduos, denominadas avaliações em larga escala, possuem as suas limitações. No Brasil, país com dimensões continentais, sistemas avaliativos que buscam comparar estudantes com características diversas, como aspectos regionais, sociais e de classe sem que esses elementos sejam considerados na avaliação, podem apresentar resultados pouco realistas.

Os modelos de avaliação implementados no Brasil nesse período baseiam-se em modelos internacionais que, muitas vezes, não se adequam à realidade brasileira. Percebe-se, porém, que a avaliação educacional passa, a partir dos anos de 1990, no país funcionar como, segundo Vianna (2013):

[...] tentativa de encontrar um caminho para a solução de alguns problemas educacionais mais prementes, esperando, possivelmente, que os processos avaliativos determinariam, entre outros resultados, a elevação dos padrões de desempenho, caso fossem conduzidos com o uso de tecnologias testadas na sua eficiência em outras experiências semelhantes, realizadas em diversos países, ainda que com culturas diferentes (VIANNA, 2013, p. 43)

Nesse contexto, o Exame Nacional do Ensino Médio se pauta em algumas premissas como a da não obrigatoriedade tanto referente à participação dos estudantes como da adesão à

sua utilização como exame de ingresso pelas Universidades. Isso se deu com o objetivo de estimular a aceitação do Exame, o que se mostrou eficiente, já que na atualidade funciona como Exame de ingresso em diferentes Universidades públicas e privadas, como também como impulsionador de diferentes políticas públicas para o Ensino Superior.

Por outro lado, o Exame apresenta desafios intrínsecos à sua dimensão. Para Viana (2003b), esse tipo de avaliação exige experiência, monitoramento e controle. Porém, quando aspectos operacionais da avaliação são fragmentados, pode-se gerar falhas de comunicação e conflitos. O primeiro ponto que nos interessa nos aspectos operacionais que envolvem o Exame refere-se à licitação, etapa fundamental na contratação das empresas responsáveis pela correção das redações.

Para o referido autor, em geral, os contratos apresentam vagueza e subjetividade nas suas proposições, o que gera dificuldade de entendimento entre as partes, além de, comumente, os prazos serem curtos, podendo comprometer o processo. Além disso, um fator relevante nessas contratações feitas por órgãos governamentais é que nem sempre a instituição privada contratada “dispõe de conhecimentos que possibilitem uma explicação mais detalhada da metodologia a ser utilizada ou de seus fundamentos” (idem, 2003b). No entanto, para que o trabalho dessa instituição aconteça de maneira satisfatória é necessário que apresente expertise necessária para tanto, por meio de recursos humanos especializados.

Nesse sentido, vale destacar a importância do(a) avaliador(a). O perfil dessa pessoa pressupõe diferentes características desejáveis, segundo Vianna (2002), desde o conhecimento da literatura técnica em avaliação, a compreensão e aplicação dos instrumentos avaliativos, capacidade de coletar e interpretar dados e, especialmente, “estabelecer relações interpessoais adequadas com a equipe de avaliação”. O caráter coletivo dessa função exige uma liderança que possibilite um bom treinamento para o(a) avaliador(a), por meio de relações interpessoais harmoniosas. Vale ressaltar que na correção de redações do Enem todo o trabalho de seleção e preparação dos avaliadores é conduzido pelas instituições privadas contratadas nos diferentes anos, conforme os editais de convocação e inscrição publicadas pelas instituições em diferentes anos⁵.

Retomando a relação que se dá entre o poder governamental e as instituições responsáveis pelas avaliações, em especial quanto a contratação dessas, Afonso (2009),

⁵ Disponível em:

<https://www.cebraspe.org.br/cebraspe-divulga-editais-para-selecao-de-avaliadores-e-supervisores-das-redacoes-do-enem-2023/>. Acesso em junho de 2023.

defende que uma das estratégias do Estado para atingir o equilíbrio de receitas é buscar estreitar a fronteira entre os setores público e privado. O autor destaca, no contexto do neoliberalismo, que arranjos específicos entre esses setores têm se adequado à conjuntura dos diferentes países, redefinindo o papel do Estado.

Assim, mobilizamos o conceito de quase-mercado que, diferentemente dos mercados convencionais, se dá por organizações que competem entre si, sem ter como objetivo o aumento dos lucros. Nesse contexto, é possível incorporar as Fundações especializadas em avaliação, que acumulam expertise na área e competem em licitações, entretanto, definem-se como sem fins lucrativos, apontando que com seus ganhos buscam desenvolver pesquisas no campo educacional. Além disso, a adesão de governos de diferentes países a avaliações nacionais reforçam o caráter de quase mercado, pois seus resultados permitem classificar o desempenho dos estudantes e, indiretamente, algumas características de diferentes escolas. (Idem, 2009). O ranking de desempenho das escolas divulgado pelo Inep, de 2005 a 2017, reverbera nesse pensamento de que o governo procura, por meio do Exame, elevar os níveis educacionais do país.

Nesse parâmetro, apontamos a definição de avaliação criterial, segundo Afonso (2000), que baseia-se em uma avaliação que se pauta na produção de cada indivíduo e não na comparação entre diferentes participantes. Esse tipo de avaliação, para garantir que seja válida e fidedigna, é feita com rigor técnico e metodológico e tem sido usada em exames de grande escala, sejam nacionais ou internacionais. Os resultados desse tipo de avaliação têm sido comumente utilizados para estabelecer indicadores educacionais, como no caso do Saeb e do Enem.

É nesse escopo que se insere o conceito “Estado avaliador”, no qual o Estado passa a reproduzir a lógica de mercado, promovendo a competição. Nesse sentido, a avaliação se torna uma forma de apresentar os resultados de cada indivíduo para que assim se possa avaliar os processos educativos como um todo, reproduzindo, assim, a lógica de controle e responsabilização empresarial. A relação entre o setor público e privado, na atualidade, se dá de maneira diferente de outros processos históricos do sistema capitalista e é nesse contexto que se efetua a nossa pesquisa.

Nesse sentido, ao observarmos os aspectos relacionados aos Consórcios estabelecidos entre o Inep e as Fundações responsáveis pela aplicação e correção do Exame ao longo dos

anos, encontramos o conflito referente a permeabilidade do Estado, em que, segundo Tripodi e Souza (2018) se dão “iniciativas do poder público de assimilar e adaptar, ao setor estatal, conhecimentos e práticas gerenciais desenvolvidos no setor privado, mas também de transferir a prestação dos serviços públicos para instituições privadas, com ou sem fins lucrativos”. Neste caso, as Fundações e OS, que apresentam-se como instituições sem fins lucrativos, ligadas a Universidade e que possuem função determinante no Exame Nacional, cumprem o papel do MEC/Inep em mensurar os resultados da redação de cada um dos participantes.

Cabe ressaltar que a divulgação dos resultados, a disponibilização dos materiais didáticos referentes à preparação e a consulta do espelho e nota detalhada da redação acontecem no site e aplicativo oficial do Inep, sendo, portanto, do Estado a responsabilidade quanto à publicização e uso dos resultados da redação do Enem. Por outro lado, o processo anterior à chegada desses resultados se dá em caráter privado e sigiloso, sob responsabilidade das instituições privadas contratadas. Ademais, a divulgação do processo seletivo, inscrição e preparação dos avaliadores acontece nos sítios dessas instituições. Essa dualidade do processo reforça a ideia de permeabilidade do Estado, por meio da terceirização de parte importante do Exame.

No âmbito da Linguística Aplicada, a avaliação da redação do Enem integra-se aos estudos de avaliação com itens abertos em linguagem e segundo Toffoli (2016),

“[...] Os resultados das avaliações de desempenho, especialmente da escrita, não dependem apenas do nível de habilidade dos indivíduos quanto ao construto avaliado e da dificuldade das tarefas; dependem também da severidade dos avaliadores que julgam os desempenhos e da estrutura da escala de classificação.” (p.348)

Nesse viés, a aplicação de uma grade ou matriz de correção deveria acontecer, idealmente, de maneira similar entre corretores diversos, porém, características pessoais dos avaliadores, como experiência e expectativas, podem interferir na confiabilidade do processo. Além dessa variação individual no estilo de correção de cada avaliador, o conhecimento teórico que embasa a visão de linguagem de uma equipe de correção também varia. Comumente, em avaliação de itens abertos utiliza-se de critérios de pontuação em forma de rubrica. Esse mecanismo tem o objetivo de nortear com mais precisão a interpretação do avaliador e garantir assim maior confiabilidade ao processo de correção. A apresentação dessas rubricas e a aplicação delas nos textos dos participantes de um Exame se dá no

processo de treinamento dos avaliadores, quando busca-se afinar as diferentes visões de linguagem individuais em uma única, proposta pela equipe responsável pela correção. (Scaramucci, 2004). Dessa forma, podemos inferir que a mera existência da matriz de referência não garante a confiabilidade do processo e que a aplicação dos critérios durante a preparação e a efetiva correção dos textos sofre interferências externas, neste caso, pautando-se na expertise de cada Fundação.

1.1 Exame Nacional do Ensino Médio: pressupostos de sua criação

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) teve sua primeira aplicação no ano de 1998, durante a gestão de Paulo Renato Souza, então Ministro da Educação da gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nos anos anteriores, importantes fatos aconteceram, como a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na qual, segundo Freitas (2008) “o básico da educação básica (escolar) ficou definido na finalidade de: desenvolvimento do educando; formação comum indispensável para o exercício da cidadania; fornecimento de meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Além disso, a LDB/96, em seu artigo 9º, incumbe à União o papel de “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (Brasil, 1996).

O processo de criação do Exame foi, segundo “Enem: Relatório Final 1999”, resultado de “um longo processo de maturação, durante o qual se buscou conhecer as experiências de outros países, dialogar com os sistemas de ensino e aprofundar o debate com especialistas em avaliação, vinculados às universidades e centros de pesquisa de todo o País” (Inep, 2000). O Relatório também aponta que o Enem faz parte dos três sistemas nacionais de avaliação que utilizam metodologias diferentes e cumprem finalidades distintas: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), instituído em 1990, trata-se de uma avaliação das redes de ensino básico, por amostragem; e o Exame Nacional de Cursos (ENC), realizado desde 1996, funcionava como uma avaliação dos cursos de graduação, sendo substituído em 2004 pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

Diferentemente dos outros dois exames, o Enem tem como objetivo avaliar o desempenho individual do aluno no fim da escolaridade básica, e também de analisar o

desenvolvimento das competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania. Vale ressaltar que neste documento define-se que o Exame “constitui-se um poderoso indutor de mudanças, favorecendo a implantação da reforma curricular do ensino médio (...) e aparece como um elemento impulsionador na nova identidade que se pretende com a reforma” (Idem, 2000).

A implementação do Exame Nacional do Ensino Médio deu-se em 1998, por meio da Portaria nº 438, de 28 de maio de 1998. Em seu Artigo 1º apresentam-se os objetivos do Enem:

I - conferir ao cidadão parâmetro para auto-avaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho; II - criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio; III - fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior; IV - constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio. (MEC, 1998).

Podemos evidenciar que as diretrizes do Exame se aproximam da dinâmica educacional da educação básica discutida mundialmente, na qual indicava-se que currículos e conteúdos incluíssem “[...] o conhecimento e as habilidades que os alunos precisarão para enfrentar os desafios da vida cotidiana” (Conferência de Nova Delhi, 1993, p. 27). Essas recomendações, segundo Freitas (2008), que direcionaram as recomendações na área educacional baseiam-se em “objetivos de competitividade e de consolidação da democracia (vista como indispensável ao crescimento econômico)”, sendo, portanto, “instrumento estratégico no processo de adaptação à nova ordem econômico-financeira mundial”. Essa lógica influencia o Exame e, por consequência, determinará, em décadas seguintes, a Reforma do Ensino Médio.

Durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo Abrúcio (2011) houve uma centralidade do poder no aspecto federativo. Para o autor, para que as políticas públicas descentralizadas tivessem êxito era necessário que os padrões fossem nacionais, baseados em avaliações e “os governos subnacionais assumissem certos programas ou construíssem determinadas estruturas administrativas, atividades estas que exigiram diferentes capacidades e formas variadas de implementação das decisões por parte da União”. (Idem, 2011).

Nesse sentido, a criação de um Exame Nacional funciona como um centralizador da avaliação da educação no nível médio, construída e analisada por diferentes instituições e

estados da Federação, já que seus resultados poderão ser utilizados por instituições de ensino superior (federais, estaduais, públicas e privadas) e por secretarias estaduais de educação. Essa premissa está colocada no artigo 4^a e 6^o da portaria de instituição do Exame:

4^o - O planejamento e a operacionalização do ENEM são de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, que deverá, também, coordenar os trabalhos de normatização, supervisionar as ações de implementação, assim como promover a avaliação contínua do processo, mediante articulação permanente com especialistas em avaliação educacional, com as instituições de ensino superior e com as secretarias estaduais de educação.

6^o - O INEP (...) estruturará um banco de dados e emitirá relatórios com os resultados do ENEM, que estarão disponíveis para as instituições de ensino superior, para as secretarias estaduais de educação e para os pesquisadores, visando ao aprofundamento e à ampliação de análises de interesse da sociedade.(MEC, 1998).

O Exame Nacional do Ensino Médio é criado como uma política pública em um momento histórico específico, relacionando-se fortemente com a política adotada pelo Governo do Presidente Fernando Henrique, que se coloca também como parte de um contexto maior da Educação Básica no Brasil e no mundo. Na sequência, analisaremos algumas mudanças importantes no Exame.

1.2 Linha do tempo do Exame Nacional do Ensino Médio

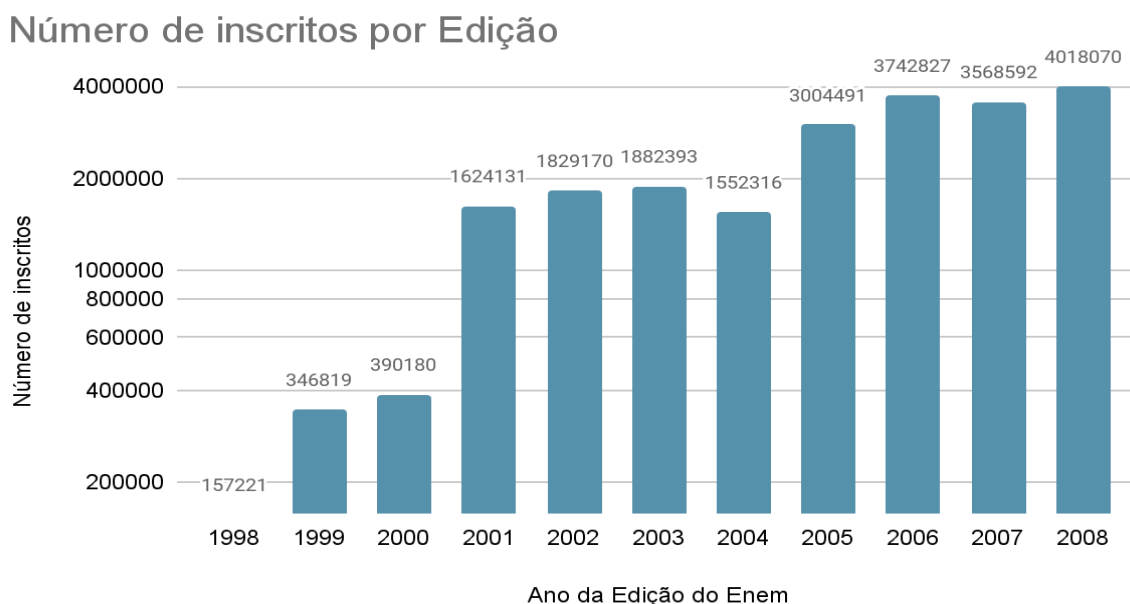
O Exame Nacional do Ensino Médio foi aplicado pela primeira vez no ano de 1998, durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Era um exame destinado aos alunos concluintes e egressos do Ensino Médio, com participação voluntária. A sua primeira edição recebeu 157.221 inscrições, contando com 115.575 participantes em sua primeira aplicação. Já no ano seguinte, o número de inscritos mais que dobrou, contabilizando um total de 346.819 inscritos. No entanto, o maior crescimento se deu no ano de 2001, ainda durante a gestão do Governo FHC, quando o número ultrapassou os 1,6 milhões de participantes inscritos. Esse crescimento em comparação às edições anteriores do exame foi resultado da primeira principal mudança no exame: a gratuidade da inscrição para alunos de escola pública, concedida a partir da edição de 2001 do Exame (Inep, 2020).⁶

⁶ Disponível em:

<<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/historico>>. Acesso em maio de 2022.

Quanto à sua composição, nos seus primeiros 10 anos de aplicação (1998-2008), o Enem manteve o mesmo modelo de prova, que detalharemos mais adiante. A primeira mudança quanto ao seu conteúdo se deu apenas em 2009, ano em que a prova passou a ser chamada de “Novo Enem”. Fazemos aqui, portanto, o nosso primeiro recorte temporal para analisarmos diferentes aspectos relacionados à importância do Exame e uso de seus resultados. Com base nas notícias publicadas anualmente pelo Inep divulgando os números de inscritos e também em seus relatórios anuais levantamos os dados numéricos referentes a cada ano. Para melhor analisarmos a variação no número de inscritos ao longo dos anos, apresentamos, no gráfico abaixo, os dados referentes ao primeiro decênio:

Gráfico 2: Inscritos por edição (1998 a 2008)



Fonte: Elaboração própria com dados dos Relatórios Anuais publicados pelo Inep (1999 a 2008).

Nesse período, a prova era composta por 63 questões de múltipla escolha e uma redação, aplicada em único dia e seu conteúdo baseava-se em uma matriz de referência dividida nas seguintes competências:

- I. Demonstrar domínio básico da norma culta da Língua Portuguesa e do uso das diferentes linguagens: matemática, artística, científica, etc;
- II. Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas;

- III. Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para enfrentar situações-problema, segundo uma visão crítica com vistas à tomada de decisões;
- IV. Organizar informações e conhecimentos disponíveis em situações concretas para a construção de argumentações consistentes; e
- V. Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, considerando a diversidade sociocultural como inerente à condição humana no tempo e no espaço. (MEC/Inep, 1999).

Os critérios referentes à avaliação da Redação dividiam-se nos critérios apresentados abaixo e com pesos diferentes entre si:

Tabela 2: Critérios de avaliação da Redação do Enem (1998)

Competência	Critério	Peso
1	Demonstrar o domínio básico da norma culta da língua escrita.	2
2	Compreender o tema proposto e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para explicá-lo, defendê-lo ou contradizê-lo, desenvolvendo-o dentro dos limites estruturais do texto dissertativo/argumentativo.	3
3	Selecionar, organizar e relacionar os argumentos, fatos e opiniões apresentados em defesa de sua perspectiva sobre o tema proposto.	2
4	Construir argumentação consistente para defender seu ponto de vista.	2
5	Elaborar proposta de intervenção sobre a problemática desenvolvida, mostrando respeito à diversidade de pontos de vista culturais, sociais, políticos, científicos e outros.	1

Fonte: Relatório Final 1999 (Brasil, 2000).

Esses critérios de correção buscavam avaliar diferentes aspectos relacionados à produção textual e na competência 2 (C2) dão ênfase à compreensão do tema abordado na proposta de redação, no posicionamento quanto ao tema e respeito ao tipo de texto pedido. Esses aspectos possuem maior valoração, valem 30% da nota final, em comparação às outras competências que valem 20%, como a que avalia a adequação modalidade padrão da língua (C1) e as que avaliam a coerência (C3) e coesão textual (C4). O item com menor peso na avaliação cabe à avaliação da proposta de intervenção, que equivale a 10% da nota total da redação.

Quanto aos usos do Enem, vale apontar que, desde sua primeira edição, seus resultados estavam disponíveis para as instituições de Ensino Superior, sendo utilizados por

diferentes faculdades privadas como processo seletivo de ingresso em seus cursos de graduação.

Relacionado aos seus conteúdos programáticos, nos primeiros anos de Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), nenhuma mudança substancial na elaboração da prova aconteceu, mas durante a gestão de Lula, diferentes mudanças se deram nas funções do Exame. A primeira aconteceu em 2005, quando o resultado do Exame de 2004 passou a funcionar como critério de seleção para concorrer ao Programa Universidade para Todos (Prouni), programa recém-criado pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad, “destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos”. (Brasil, 2005). Essa função para a utilização dos resultados do Enem se mantém até os dias atuais, em 2023.

Também no ano de 2005, a partir dos Resultados do Enem, foram divulgadas as médias das notas de todas as escolas brasileiras. Essa divulgação serviu para criar um *ranking* entre as escolas, fator que foi usado, por escolas privadas, como propaganda para atrair mais alunos e, por escolas públicas, para reivindicar mais investimentos das suas respectivas Secretarias de Educação. Em 2017, o Inep anunciou o encerramento desta divulgação de dados do Enem por Escola “em função da inadequação do uso dos resultados como indicador de qualidade do ensino médio e o uso inapropriado feito pela mídia e alguns gestores educacionais, que buscavam ranquear as escolas”, segundo a Assessoria de Comunicação Social do Inep (MEC, 2018).

O ano de 2009 foi muito importante na linha do tempo do Exame Nacional do Ensino Médio. Neste ano, o então Ministro da Educação do governo Lula, Fernando Haddad, propôs que o Exame passasse a funcionar como Exame de Ingresso nas Universidades Federais do Brasil, substituindo seus vestibulares, função que se mantém e se amplia até o presente ano de 2023. Além disso, a nova prova do Enem, em 2009, substituiu o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), passando a funcionar também como um exame de certificação do Ensino Médio. Essa função se manteve até o ano de 2016, quando, desde então, a certificação deixou de ser validada pelo Enem, com a volta da aplicação do Encceja, em 2017.

Segundo a Portaria 109, de 27 de maio de 2009⁷, que o instituiu o Exame a partir deste ano, os resultados do Enem têm como objetivo:

I – a constituição de parâmetros para autoavaliação do participante, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho; II – a certificação no nível de conclusão do Ensino Médio, pelo sistema estadual e federal de ensino, de acordo com a legislação vigente; III – a criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do Ensino Médio; IV – o estabelecimento de critérios de participação e acesso do examinando a programas governamentais. (Brasil, 2009.)

Com essas mudanças de objetivo, a prova mudou substancialmente, com a estruturação de novas Matrizes de Referência para o Exame. Essas mudanças foram validadas pelo “Comitê de Governança do novo Enem”, instituído em abril de 2009 pelo Ministério da Educação. O Comitê foi composto por diferentes representantes do Ensino Superior do Brasil sendo eles: o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), um reitor representante de cada região do país, o presidente do Fórum de Pró-Reitores de Graduação (Forgrad) e por representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Segundo o documento oficial publicado pelo comitê “a Matriz de Referência consubstancia evolução importante na forma de avaliação dos estudantes e (...) se pauta por habilidades consideradas essenciais aos estudantes que concluem esse nível de ensino” (Brasil, 2009).

Com esta validação, o Exame Nacional do Ensino Médio passa a ser aplicado em um único fim de semana, com um total de 180 questões. A nova matriz de referência foi dividida em quatro áreas do conhecimento: Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias, com 45 questões de cada área. A prova do primeiro dia era composta pelas questões de Ciências da Natureza e de Ciências Humanas e a prova do segundo dia era composta pelas questões de Matemática e Linguagens e Códigos, sendo parte desta última área a prova de redação em Língua Portuguesa. A divisão dos competentes curriculares do Ensino Médio nas cinco competências se deu da seguinte maneira:

⁷ https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/legislacao/2009/portaria_enem_2009_1.pdf

Tabela 3: Componentes curriculares Enem (2008)

Área do Conhecimento	Componentes Curriculares
Ciências Humanas e suas Tecnologias	História, Geografia, Filosofia e Sociologia
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química, Física e Biologia
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação	Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação e Comunicação
Matemática e suas Tecnologias	Matemática

Fonte: Relatório Pedagógico Enem 2009 e 2010 (BRASIL, 2013).

Além disso, o Exame passou a propor em sua Matriz de Referência⁸, 9 eixos cognitivos comuns a todas as áreas de conhecimento:

- I. Dominar linguagens (DL): dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.
- II. Compreender fenômenos (CF): construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
- III. Enfrentar situações-problema (SP): selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
- IV. Construir argumentação (CA): relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
- V. Elaborar propostas (EP): recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural. (Brasil, 2009).

Nessa nova matriz, os critérios de correção da redação mantiveram a divisão em 5 competências, porém sem que a avaliação tivesse pesos diferentes entre elas. Abaixo apresentamos as competências da Matriz de Referência da redação do Enem de 2009:

- I - Demonstrar domínio da norma culta da língua escrita.
- II - Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo.

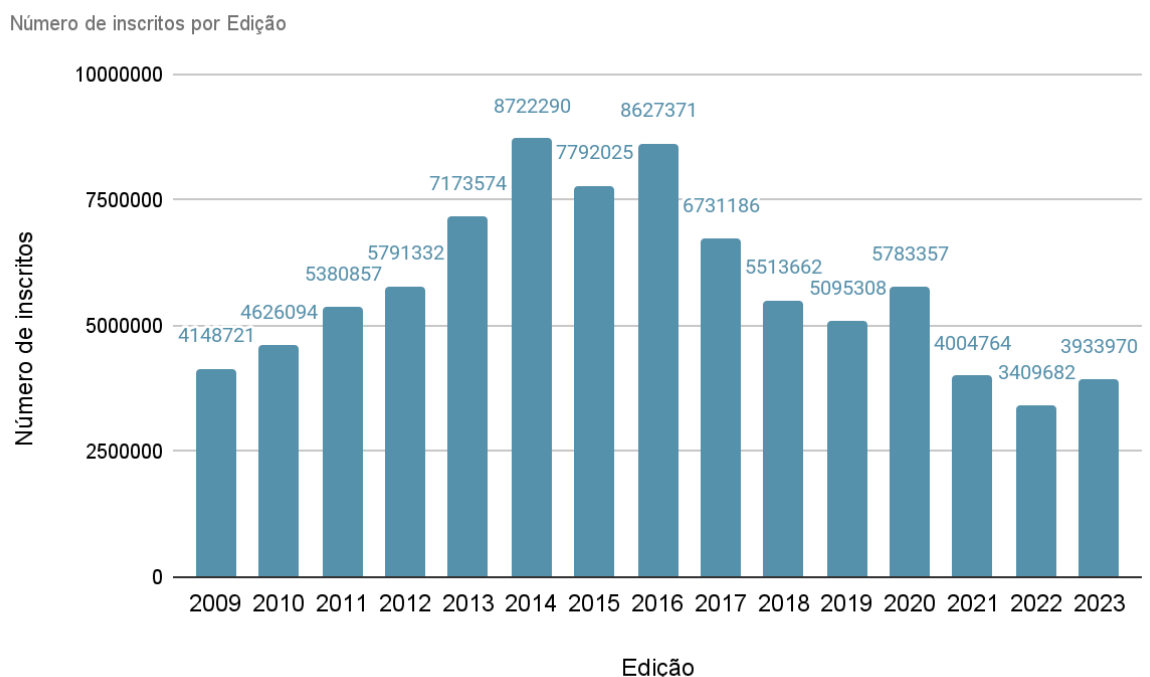
⁸ Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2009/Enem2009_matriz.pdf>. Acesso em maio de 2020.

- III - Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
- IV - Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
- V - Elaborar propostas de intervenção para o problema abordado, demonstrando respeito aos direitos humanos. (Brasil, 2009).

Estas competências eram avaliadas em 4 níveis de conhecimentos distintos, associados a cada uma delas. A divisão acima apresentada, em 5 competências, de mantém até a edição de 2023 do Exame, porém, desde 2012, a redação passou a ser avaliada em 5 níveis de conhecimento para cada uma das competências.

Essas mudanças quanto ao modelo de prova não impactaram de maneira drástica no número de inscritos daquela edição. Em 2009, o Enem teve mais 4,1 milhões de inscritos, em torno de 130 mil inscritos a mais que no ano anterior. O número de inscritos, desde então tem variado, conforme apontado no gráfico abaixo:

Gráfico 3: Número de inscritos do Enem (2009 a 2023)



Fonte: Elaboração própria com dados dos Relatórios Anuais publicados pelo Inep (2009 a 2023).

Entre as variações no número de inscritos, vale destacar que o Enem chegou ao seu pico no número de inscritos em 2014 e 2016, com mais de 8,6 milhões de participantes em ambas as edições. Os números de inscritos começaram a cair a partir de 2017, tendo uma leve recuperação em 2020, e voltando a cair em 2021. Na edição de 2022, o Enem atingiu 3,5 milhões de inscritos, menor número desde a aplicação de 2005.

Voltando a nossa progressão temporal daremos ênfase às políticas públicas atreladas ao Exame Nacional do Ensino Médio. Considerando que toda reformulação do Exame teve como objetivo o foco no ingresso nas Universidades Federais no ano de 2010, iniciou-se naquele ano o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), pelo qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem do ano anterior. Esse sistema de ingresso para as Universidades Públicas e privadas continua a funcionar até o presente momento e está prevista para a seleção do ano de 2024.

Além disso, também no ano de 2010, os resultados do Enem passaram a funcionar como pré-requisito para solicitar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos superiores privados, instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

Todas essas importantes mudanças se deram durante a gestão do Governo Lula (2003-2011) e ampliação de funções para os resultados do Enem se mantiveram durante os anos seguintes e durante a gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016).

A partir do ano de 2011, o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio passa a ser considerado na concessão de bolsas do “Ciências sem Fronteiras”, programa de pesquisa que busca incentivar a formação acadêmica no exterior, por meio do intercâmbio internacional para estudantes de graduação e pós-graduação. Em 2014, o programa encerrou os editais para as bolsas para graduação, e desde 2017 mantém apenas bolsas para alunos de pós-graduação.

Referente a avaliação de redação do Enem, o ano de 2012 possui um marco importante. Pela primeira vez, o Inep divulgou o primeiro Guia do Participante da Redação do Enem, com objetivo de “tornar o mais transparente possível a metodologia de correção da

redação, bem como o que se espera do participante em cada uma das competências avaliadas”. (Inep, 2012). A publicação do Guia se repetiu no ano seguinte e após um hiato de dois anos, em 2016, o Inep voltou a publicar anualmente a agora chamada “Cartilha do Participante do Enem”, na qual manteve os objetivos do primeiro guia. Esses documentos apresentam a Matriz da Redação do Enem de forma detalhada, apontando os níveis avaliados em cada competência; os critérios de anulação da redação; informações sobre o que se espera na avaliação da redação; dando dicas do que deve ser evitado pelo participante ao escrever seu texto e, também, apresentando exemplos comentados de redações que atingiram a nota máxima na edição anterior.

Vale destacar que embora a matriz tenha sido divulgada, desde a primeira edição em seus editais e maiores detalhes sobre a correção tenham sido apresentados no livro “A produção de textos do Enem - desafios e conquistas”, organizado por Gisele Gama Andrade e Mauro Luiz Rabelo, publicado em 2007, a iniciativa de publicação dos Guias e cartilhas pelo Inep potencializou a divulgação dessas informações, já que esses documentos foram publicados na Internet gratuitamente e foram amplamente divulgados para os participantes inscritos, assim como, pela imprensa. Além disso, a partir da edição de 2012, pela primeira vez, o Inep apresentou a chamada “vista pedagógica” das redações. Dessa forma, os participantes do Enem de 2012 puderam, no ano seguinte, ter acesso ao espelho da sua redação e à sua nota detalhada, discriminada por competências.

No ano de 2012, a Matriz de Referência da Redação sofreu uma mudança: nos dois anos anteriores, a redação era avaliada em 4 níveis de conhecimento em cada competência e a partir, da edição de 2012, a classificação passou a se dar do nível 0 a 5, conforme apontado no Edital do Enem 2012 (Brasil, 2012):

“- Nível 0: Demonstra desconhecimento da norma padrão, de escolha de registro e de convenções da escrita. Não defende ponto de vista e apresenta informações, fatos, opiniões e argumentos incoerentes. Apresenta informações desconexas, que não se configuram como texto. Não elabora proposta de intervenção.

- Nível I: Demonstra domínio insuficiente da norma padrão, apresentando graves e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita. Desenvolve de maneira tangencial o tema ou apresenta inadequação ao tipo textual dissertativo argumentativo. Não defende ponto de vista e apresenta informações, fatos, opiniões e argumentos pouco relacionados ao tema. Não articula as partes do

texto ou as articula de forma precária e/ou inadequada. Elabora proposta de intervenção tangencial ao tema ou a deixa subentendida no texto.

- Nível II: Demonstra domínio mediano da norma padrão, apresentando muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita. Desenvolve de forma mediana o tema a partir de argumentos do senso comum, cópias dos textos motivadores ou apresenta domínio precário do tipo textual dissertativo-argumentativo. Apresenta informações, fatos e opiniões, ainda que pertinentes ao tema proposto, com pouca articulação e/ou com contradições, ou limita-se a reproduzir os argumentos constantes na proposta de redação em defesa de seu ponto de vista. Articula as partes do texto, porém com muitas inadequações na utilização dos recursos coesivos. Elabora proposta de intervenção de forma precária ou relacionada ao tema mas não articulada com a discussão desenvolvida no texto.

- Nível III: Demonstra domínio adequado da norma padrão, apresentando alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita. Desenvolve de forma adequada o tema, a partir de argumentação previsível e apresenta domínio adequado do tipo textual dissertativo argumentativo. Apresenta informações, fatos, opiniões e argumentos pertinentes ao tema proposto, porém pouco organizados e relacionados de forma pouco consistente em defesa de seu ponto de vista. Articula as partes do texto, porém com algumas inadequações na utilização dos recursos coesivos. Elabora proposta de intervenção relacionada ao tema mas pouco articulada à discussão desenvolvida no texto.

Nível IV: Demonstra bom domínio da norma padrão, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita. Desenvolve bem o tema a partir de argumentação consistente e apresenta bom domínio do tipo textual dissertativo-argumentativo. Seleciona, organiza e relaciona informações, fatos, opiniões e argumentos pertinentes ao tema proposto de forma consistente, com indícios de autoria, em defesa de seu ponto de vista. Articula as partes do texto, com poucas inadequações na utilização de recursos coesivos. Elabora proposta de intervenção relacionada ao tema e bem articulada à discussão desenvolvida no texto.

- Nível V: Demonstra excelente domínio da norma padrão, não apresentando ou apresentando escassos desvios gramaticais e de convenções da escrita. Desenvolve muito bem o tema com argumentação consistente, além de apresentar excelente domínio do tipo textual dissertativo-argumentativo, a partir de um repertório sociocultural produtivo. Seleciona, organiza e relaciona informações, fatos, opiniões e argumentos pertinentes ao tema proposto de forma consistente, configurando autoria, em defesa de seu ponto de vista. Articula as partes do texto, sem inadequações na utilização dos recursos coesivos. Elabora proposta de intervenção

inovadora relacionada ao tema e bem articulada à discussão desenvolvida em seu texto.” (p.83)

O Guia do Participante do Enem de 2012 e dos anos seguintes organizaram esses níveis por competências, com o objetivo de facilitar seu entendimento e auxiliar professores do Ensino Médio quanto a preparação dos seus estudantes. As Cartilhas continuam a ser publicadas anualmente pelo Inep, até o presente ano de 2023, sempre no mês anterior à aplicação do Exame e é com esses materiais, primordialmente, que trabalharemos em nossas análises.

Durante a gestão do presidente Michel Temer (2016-2018), uma nova mudança referente ao Enem deu-se em relação à sua aplicação. A partir de 2017, as provas passaram a ser realizadas em dois domingos consecutivos. No primeiro domingo, a prova é composta por 45 questões objetivas de linguagens (40 de língua portuguesa e 5 de inglês ou espanhol); 45 questões de ciências humanas e redação. No segundo domingo, o participante responde a 45 questões de matemática e 45 questões de ciências da natureza. Essas mudanças aconteceram após consulta pública realizada em janeiro desse mesmo ano. As provas mantiveram, até o presente ano de 2023, as áreas de Conhecimento e seus respectivos componentes curriculares, como apontado na “Matrizes de Referência” a seguir:

Tabela 4: Matriz de Referência (Enem 2023)

Áreas de conhecimento	Componentes curriculares
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação	Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação e Comunicação
Ciências Humanas e suas Tecnologias	História, Geografia, Filosofia e Sociologia
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química, Física e Biologia
Matemática e suas Tecnologias	Matemática

Fonte: Edital do Enem 2023.⁹

Durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), o Inep passou por novos desafios que foram bastante divulgados pela mídia. Servidores do Instituto denunciaram a tentativa de censura ideológica dos temas das questões por parte do Ministério da Educação,

⁹ Disponível em: <<https://www.inep.gov.br/web/dou/-/edital-n-30-de-5-de-maio-de-2023-481632388>>. Acessado em maio de 2023.

atitude que reforçava o discurso do presidente sobre a prova. Toda a gestão do MEC neste período foi bastante conturbada, com quatro trocas de ministros: o primeiro foi Ricardo Vélez Rodríguez que ficou no cargo de 1 de janeiro de 2019 a 8 de abril de 2019, seguido por Abraham Weintraub, de 9 de abril de 2019 a 19 de junho de 2020, seguido por Milton Ribeiro de 16 de julho de 2020 a 28 de março de 2022, substituído por Victor Godoy Veiga em 29 de março de 2022. Essa falta de estabilidade se refletiu no Inep, que também foi marcado pela presença de diretorias pouco especializadas e tentativa de interferência no trabalho dos servidores, o que resultou, em 2021, na exoneração de 31 servidores do órgão, duas semanas antes da aplicação do Exame.¹⁰

Por fim, no ano de 2020, a pandemia de Covid-19 levou às escolas a prática do ensino remoto o que exigia do MEC ações que garantissem o acesso à Educação aos alunos. Como tentativa de auxiliar os estudantes na preparação do Enem de 2020, em maio daquele ano, o Inep disponibilizou material inédito usado na preparação dos corretores de redação do Enem.¹¹ Até aquele presente ano, e nos anos seguintes, o material voltado para a correção era de caráter sigiloso, informação que consta inclusive no PDF disponibilizado, como já apresentado anteriormente nesta dissertação.

De acordo com o Inep (2020), o material desenvolvido para a capacitação dos corretores de redação detalha os critérios levados em consideração na correção dos textos, podendo assim auxiliar na preparação para o Exame. O material, composto por 5 apostilas com mais de 400 páginas, foi disponibilizado no site do Inep e divulgado por veículos de imprensa. Por considerarmos a relevância deste documento para o entendimento dos critérios utilizados na correção de redação do Enem, incluiremos em nossa análise, a verificação das características desse material com o objetivo de identificar se o objetivo de auxiliar na preparação dos participantes foi efetivamente cumprido.

Podemos perceber, portanto, com esse breve histórico que o Enem funcionou, ao longo dos anos, como uma política pública que impulsiona outras políticas, em especial a partir da Gestão de Lula, quando criaram-se os programas citados acima. Essas políticas públicas funcionam como avaliação do Ensino Básico, como ingresso nas Universidades Públicas ou mesmo como Financiamento Público de Ensino Superior. Por outro lado, é

¹⁰ “Desmonte no Inep: mais 31 gestores pedem demissão às vésperas do Enem”. 08/11/2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/desmonte-no-inep-mais-gestores-pedem-demissao-as-vesperas-do-enem>>. Acesso em maio de 2023.

¹¹ INEP publica nova cartilha para a redação do enem. R7. 30 de dezembro de 2020. Educação. Disponível em <<https://noticias.r7.com/educacao/inep-publica-nova-cartilha-para-a-redacao-do-enem-29062022>>.

possível perceber que algumas dessas medidas auxiliam também o setor privado de Educação, seja de nível médio, como de nível Superior, ao funcionarem como impulsionador de financiamento de Ensino Superior.

A utilização das notas médias do Enem por escolas gerou uma competição entre as instituições de ensino Médio e um uso publicitário desses resultados por escolas privadas. Essa publicidade utilizava os bons resultados, muitas vezes de maneira generalizante, para convencerem pais a matricularem seus filhos em determinadas escolas, sem que outros fatores fossem levados em conta. Por esse motivo, em 2017, o próprio MEC decidiu parar de divulgar esses dados, por entender que o uso desses resultados estava sendo manipulado na mídia e em propagandas. Por outro lado, outros aspectos do resultado do Enem continuam auxiliando as Instituições de Ensino Superior Privadas do país: os programas de ingresso, de financiamento estudantil e de parcerias público-privadas. (Bravo, 2017).

Primeiramente, por meio do SISU, inúmeras Faculdades Privadas se beneficiam ao utilizar os resultados obtidos pelo participante do Enem com processo seletivo de ingresso. Nesse sentido, o uso do SISU, como uma sistema que vem substituindo os exames de vestibular das Universidades Federais, tem funcionado também como ferramenta de extinção de exames vestibulares de faculdades privadas em todo país. Desta maneira, essas instituições economizam ao transferir para o Estado a responsabilidade de classificar os seus candidatos, selecionado, portanto, aqueles que se matriculam (Pacheco, 2013).

Em segunda análise, a utilização dos resultados do Enem para determinar o acesso ao PROUNI e ao FIES, beneficia diretamente as Faculdades Privadas, que são beneficiadas pelo custeio do curso por meio de verba pública. No caso do PROUNI, esse benefício se dá por meio da parceria público-privada, pela qual o Estado paga o curso, parcialmente ou integralmente, do aluno selecionado. Em relação ao FIES, o benefício se dá pelo Financiamento Público do curso frequentado pelo aluno. Ambas as políticas impulsionaram o número de matrículas no Ensino Superior no Brasil, gerando além do maior acesso do jovem brasileiro a esse nível educacional, um aumento no número de Universidades Privadas e fortalecimento de grupos que a geram.

Observa-se, portanto, que o Enem como Política pública vem consolidando-se desde a sua criação, em especial como impulsionador de novas políticas públicas e como um importante atrativo para alunos de Ensino Médio e Superior estudarem em instituições

privadas de ensino, médio ou superior. Percebemos que o Exame extrapola, assim, seu objetivo inicial de avaliar o desempenho dos alunos com escolaridade básica e induzir mudanças da reforma curricular do Ensino Médio, e possui também o efeito de impulsionar a matrícula em instituições privadas de ensino, o que gera um fortalecimento dessas instituições.

1.3 Fundações participantes da correção de Redação do Enem

A importância da prova de redação do Enem se dá por possuir um grande peso na nota final do participante, sendo, muitas vezes, determinante para o seu ingresso em uma Universidade Pública, em especial em cursos de ampla concorrência. No ano de 2023, por exemplo, para o ingresso no curso de Medicina, a redação teve peso 2 na nota da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e na Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), chegando a ter peso 3 na nota da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).¹²

Além disso, por meio de estudos referentes ao efeito retroativo que exames como o Enem produzem na sala de aula, é possível afirmar que a redação do Enem impacta na prática de professores de Língua Portuguesa do Ensino Público. Nesse sentido, “o fato de a prova de redação do ENEM, somente privilegiar o texto dissertativo sinaliza ao candidato e à sociedade que escrever ou redigir textos na universidade significa apenas reproduzir o modelo dado por eles, incentivando essa prática na escola” (Vicentini, 2015).

Vale ressaltar que embora sendo uma prova nacional, organizada e realizada pelo Inep, sob responsabilidade do MEC, a correção de Redações do Enem foi, desde seu início, efetuada por diferentes fundações, que embora em alguns casos, estivessem ligadas a Universidades Públicas, em âmbito jurídico, tratam-se de Empresas Privadas (Garcez, 2017). Conforme determinado nos respectivos consórcios, essas empresas são responsáveis não só pela correção em si, mas também por capacitar, selecionar e preparar os avaliadores de redação do Enem. O consórcio de aplicação garantiu essa função, em diferentes momentos, a pelo menos 4 instituições: Fundação Cesgranrio, de 1998 a 2006; Centro Brasileiro de

¹² Dados acessados por meio de consulta no site <<https://sisusimulator.com.br/>>. Acesso em junho de 2023.

Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe)¹³, de 2007 a 2016¹⁴; Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp), em 2017¹⁵, Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹⁶, de 2018 a 2022 e, por último, no presente ano de 2023, novamente, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe)¹⁷.

Tabela 5: Quadro síntese

Período	Fundação responsável pela correção da redação do Enem
1998 a 2005	Fundação Cesgranrio
2006 a 2016	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE - UNB) / Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe)
2017	Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp)
2018-2022	Fundação Getúlio Vargas (FGV)
2023	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe)

Fonte: elaboração própria

¹³ Antigo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos CESPE, nome alterado em 2012 para Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe).

¹⁴ Disponível em:

<<https://g1.globo.com/educacao/enem/2017/noticia/enem-nao-sera-mais-aplicado-e-corrigido-por-centro-ligado-a-unb.ghml>>.

¹⁵ Disponível em:

<<https://www.estadao.com.br/educacao/consorcio-formado-por-fgv-vunesp-e-cesgranrio-organizara-enem-2017>>.

¹⁶ Disponível em:

<<https://g1.globo.com/educacao/enem/2022/noticia/2022/06/07/enem-2022-inep-faz-prorrogação-excepcional-de-contrato-para-realizar-exame-renovacao-custa-r-6526-milhoes.ghml>>.

¹⁷ Disponível em:

<<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/enem/2023/03/5078277-cebraspe-sera-novamente-o-aplicador-da-prova-do-enem-anuncia-inep.html>>.

Desde a primeira aplicação do Exame, o Ministério da Educação terceirizou a avaliação das redações e a participação privada nesse processo se dá por meio de Consórcios firmados entre o Inep e as Fundações responsáveis pela correção. Parte desses contratos estão disponíveis no Portal da Transparência e a partir da análise desses documentos, anexados ao final desta dissertação, e das notícias veiculadas na imprensa, observamos alguns aspectos relevantes sobre o critério de escolha dessas Fundações.

Inicialmente, a primeira responsável pela correção de redações do Exame foi a Fundação Cesgranrio, que cumpriu esta função de 1999 a 2006. Segundo Relatório publicado no ano seguinte à primeira aplicação do Exame pelo Inep,

“uma equipe composta por 80 professores especialistas em Língua Portuguesa, 8 Supervisores e um Coordenador Administrativo indicados pela Fundação CESGRANRIO, e ainda um Coordenador Geral - Consultor do ENEM e professor da Universidade de Brasília trabalharam nas atividades de correção das redações dos participantes” (BRASIL, MEC/INEP, 1999, p.26).

É possível identificarmos pela descrição do Relatório de 1999 que todo o processo de correção foi elaborado pela Cesgranrio, desde a seleção dos professores, assim como a preparação desses profissionais para o trabalho efetivo de correção. Essa terceirização de todo o processo é baseada em uma expertise da Fundação na área de avaliação. Estudos de Minhoto (2008), apontam a participação Cesgranrio no consórcio se deu pois “por ser a primeira instituição detentora de um conhecimento técnico específico, que define boa parte das características das provas do sistema nacional de avaliação e de seus códigos, fortalece sua identidade como instituição especializada em estudos e implementação desse tipo de avaliação.”

Juridicamente, a Fundação Cesgranrio é considerada uma entidade de direito privado sem fins lucrativos. Em seu sítio, destaca que “por ser detentora de inquestionável reputação ético-profissional e notória especialização, (...) a FUNDAÇÃO CESGRANRIO pode ser contratada diretamente pelos órgãos públicos, com dispensa de licitação, nos termos do inciso XIII, do art. 24, da Lei n.º 8.666/93. O próprio Tribunal de Contas da União já ratificou tal posição, confirmando a legalidade da contratação da FUNDAÇÃO CESGRANRIO sem procedimento licitatório.”

Esse aspecto jurídico apresentado reforça a relação de governança estabelecida entre esta instituição e o poder público. Além disso, a Fundação tem papel importante em diferentes avaliações nacionais, como o SAEB, Encceja e exames estaduais diversos. O corpo técnico da Fundação Cesgranrio tem papel importante na “cultura de avaliação” que marca o Estado brasileiro, desde a criação da Instituição, em 1971. Em seus estudos Minhoto (2008), analisou os custos do Consórcio nos anos de 2003 e 2004 e como a participação de instituições nos processos de avaliação de larga escala se dá por critérios técnicos e econômicos. Segundo a autora, essas contratações geram uma dependência da participação dessas Fundações, que se tornam necessárias, abrindo assim um campo de oportunidade de negócios na área de avaliação.

A partir de 2006, o consórcio Cesgranrio/Cespe foi validado em “ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E CLASSIFICAÇÃO FINAL CONCORRÊNCIA Nº 1/2006 – DACC/INEP – TÉCNICA E PREÇO ENEM 2006”¹⁸, publicada em junho do mesmo ano, tendo como cotado o “valor global de R\$ 52.440.000,00 (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil reais), considerando o valor unitário de R\$17,48 (dezessete reais e quarenta e oito centavos) por aluno.”

Aponta-se nesse consórcio renovado em 2006 que, a correção da redação do Enem ficará a cargo do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB). Vale ressaltar que, no ano de 2013, o Cespe muda de nome passando a chamar Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe)¹⁹. Com esse novo nome, mantém-se como responsável pela correção do Enem até o ano de 2016. Consideramos em nossa análise e descrição ambos os nomes, entendendo que essa Fundação manteve-se na função de avaliadora durante 10 anos, de 2006 a 2016. Além disso, no ano de 2023, o Cebbraspe passou novamente a integrar o Consórcio de aplicação, ao vencer o pregão PREGÃO Nº 13/2022, conforme publicado no Diário Oficial em março de 2023.²⁰

¹⁸ Disponível em:

<https://download.inep.gov.br/download/institucional/licitacoes/2006/Ata_julgamento_PROPOSTA_PRECO_ENEM_2006.pdf>.

¹⁹ Disponível em:

<https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2016/05/contrato-de-gestc3a3o_nc2ba-1_2014-sem-os-anexo-s.pdf>. Acesso em junho de 2023.

²⁰ Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resultado-de-julgamento-467908044>. Acesso em junho de 2023.

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe) define-se como uma Organização Social (OS), “cujas atividades estão voltadas para o ensino, a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a proteção e preservação do meio ambiente, são, conforme disposto na Lei nº 9.637/1998, de direito privado e sem fins lucrativos. (...) O Cebbraspe é dirigido por um Conselho de Administração, de que participam membros de órgãos públicos – como MEC, Inep e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) – e representantes da sociedade civil.”²¹

Segundo Andrade e Rabelo (2007), na edição de 2006 o Cespe/UnB optou pela correção informatizada, buscando “garantir um processo democrático e equânime de correção”. Para tanto, a digitalização das redações dos participantes possibilita preservar o original da redação, impedindo danos que podem ser gerados ao papel, devido ao manuseio por parte dos corretores. Além disso, a digitalização possibilita a correção simultânea por dois avaliadores, criação de relatórios em tempo real que apontam a quantidade de redações corrigidas, as divergências e discrepâncias entre as notas dadas pelos avaliadores, o que garante um maior controle sobre a qualidade do processo.

Os autores também apontam que a metodologia adotada para preparar a equipe de correção pelo Cespe mudou em relação aos anos anteriores. Até 2005, período referente a atuação da Cesgranrio, a correção limitou-se ao eixo Rio-São Paulo, a partir de 2006, o Cespe optou por selecionar avaliadores de todos os estados do país. Além disso, buscou considerar a expertise do avaliador na utilização de computadores e a seleção se deu a partir da indicação das Secretarias de Educação de todos os estados brasileiros.

A partir dessas indicações, deu-se a seleção dos avaliadores, por meio de testes que excluíssem os que não realizassem as tarefas de maneira satisfatória. Além disso, o Cespe foi o responsável pelo Sistema on-line de correção, desde a disponibilidade e segurança do login dos avaliadores selecionados, como a disponibilização das redações no sistema (Idem, 2007). Essa autonomia referente às mudanças geradas pela correção informatizada, nos reforça nossa hipótese de possível interferência das OS e Fundações no processo de correção, pois o Inep não se responsabiliza diretamente pelas tomadas de decisão no processo de indicação, seleção e preparação da equipe responsável pela avaliação de redações.

²¹ Disponível em: <https://cdn.cebraspe.org.br/arquivos/acesso/Portfolio_Cebraspe_250917.pdf>.

No ano de 2017, a correção de redação do Enem ficou a cargo da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp), segundo novo contrato de consórcio disponibilizado no Portal da Transparência. A Fundação foi criada em 1979, com o objetivo de realizar o Vestibular da Universidade Estadual Paulista. Desde então, a Fundação tem sido responsável por diferentes exames de relevância nacional, como Prova Brasil, Saresp e diferentes concursos públicos. Segundo sítio da instituição (2022), a Vunesp define-se, como “uma fundação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e suas principais atividades são: planejar, organizar, executar e supervisionar o concurso Vestibular da Unesp; realizar vestibulares e concursos diversos para outras instituições e promover as atividades de pesquisa e extensão de serviços à comunidade, na área educacional”. A Fundação possui como principais clientes órgãos estatais paulistas, como Secretarias de Educação, Ministério Público, Polícia Militar e diversas prefeituras do estado de São Paulo. Já foi responsável também por avaliações do sistema de educação básica do estado do Pará e de exames nacionais como Revalida e OAB. Entre as diversas experiências apresentadas em seu sítio, a participação na correção do Enem, em 2017, foi a de maior destaque, com o maior número de participantes.

No Relatório de Gestão de 2017 (Brasil, 2018), divulgado pelo Inep, aponta-se que R\$61.509.054,49 (sessenta e um milhões, quinhentos e nove mil, cinquenta e quatro reais e quarenta e nove centavos) foram destinados à correção de redações naquele ano. Segundo notícias do site do Inep²², o custo do Enem 2017 foi de aproximadamente R\$586.518.000,00 (quinhentos e oitenta e seis milhões e quinhentos e dezoito mil reais), sendo, portanto, em torno de 10% destinado à correção de redação. No relatório supracitado, observamos uma falha textual um tanto quanto curiosa: no documento em questão, no campo em que se destaca a quantia destinada a cada parceiro do consórcio há um erro na sigla que refere-se à instituição. Lê-se “Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista”, porém ao lado do termo lemos a sigla “FUVEST” em vez de “VUNESP”. A sigla alterada não refere-se apenas a uma troca de letras, mas sim a sigla da “Fundação Universitária para o Vestibular”, pertencente à Universidade de São Paulo, outra Universidade pública do estado de São Paulo.

²² Disponível em:

<<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/aplicacao-do-enem-mais-barata-que-a-de-2016-envolvera-mais-de-600-mil-pessoas>>.

Figura 1: Valores de contratação

Tabela Obrigações Contratuais – Por Contratado.		R\$
	31/12/2017	AV (%)
Contratado A - Fundação Cesgranrio	203.924.245,83	29,07
Contratado B - RR Donnelley Editora e Gráfica Ltda	91.858.536,62	13,09
Contratado C - Fundação Getúlio Vargas	71.050.943,81	10,13
Contratado D - Fuvest - Fund para o Vestib da Univ Estad Paulista	61.509.054,49	8,77
Contratado E - Cebraspe	48.765.230,41	6,95
Contratado F - Universidade Federal de Juiz de Fora	48.316.447,99	6,89
Contratado G - Demais Contratos do Inep	176.097.305,51	25,10
Total	701.521.764,66	100,00

Fonte: Relatório de Gestão de 2017 (Brasil, 2018) p. 158 (destaque da autora)

Apesar da repercussão e expectativa midiática sobre a correção da redação do Enem pela Vunesp, sua participação limita-se ao ano de 2017. No ano seguinte, a fundação foi excluída do consórcio e a correção passou a ser de responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV), até então responsável pela aplicação do Exame. Essa alteração foi possível, pois a instituição já constava no contrato, sendo considerada, portanto, um rearranjo quanto às responsabilidades distribuídas no documento entre as fundações participantes do consórcio.

Observadas as documentações publicadas naquele ano, pode-se observar que em 2017, pela primeira vez, a fundação contratada convocou publicamente professores de Língua Portuguesa para participação na Seleção de avaliadores para a prova de redação. O edital foi publicado e divulgado pela imprensa, no qual podia-se verificar como se daria a seleção, o período de trabalho e quais os valores pagos aos corretores. Pudemos observar que o valor pago ao corretor naquele ano foi de R\$3,00 por redação avaliada, mesmo valor pago em 2014 segundo reportagem do Fantástico. A seleção se daria por capacitação on-line de 5 semanas, com avaliações periódicas e eliminatórias e, após a aplicação da prova, por capacitação presencial de dois dias, encerrada com avaliação final à distância, também de caráter eliminatório.

A Fundação Getulio Vargas (FGV) é uma instituição de ensino superior, criada em 1944. A instituição tem reconhecimento na área de Economia e Administração Pública e tem papel importante nas pesquisas relacionadas às políticas públicas brasileiras, em especial às contas públicas. Segundo documento em seu sítio a fundação “é uma instituição de caráter técnico-científico e educativo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos,

reconhecida de utilidade pública.” Embora sua descrição jurídica se assemelhe às outras fundações analisadas até agora, diferentemente das anteriores, a FGV não está ligada à uma Universidade Pública.

O caráter privado se dá desde a sua criação e esse aspecto pode ser percebido na forma como se apresenta a fundação em seu sítio. Durante o texto presente no ítem “quem somos”, percebe-se referências aos termos “excelência”, “mercado”, “índices econômicos”, “prestação de serviços” e “Banco Mundial”. Esta escolha lexical apresenta um caráter mais mercadológico que difere-se das Fundações que são exclusivamente voltadas para a avaliação. Dentro do sítio, a aba que se destina a tratar de avaliações chama-se “FGV Conhecimento”.

A experiência da FGV em avaliações em larga escala é marcada pela participação no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e mais recentemente em exames públicos. Segundo o sítio, além do Enem, “em parceria com o INEP, a FGV Conhecimento integra os consórcios aplicadores de três avaliações da educação brasileira: a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), realizada pela última vez em 2016; o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em 2017; e o Estudo Regional Comparativo e Explicativo (ERCE), em 2019, cuja aplicação ocorre em outros países além do Brasil.”

Os editais de seleção de avaliadores do Enem são publicados anualmente e, desde 2020, toda a capacitação e treinamento dos avaliadores se dá de forma remota. As características mantêm-se parecidas, porém com uma capacitação de menor duração, de apenas 2 semanas. Os valores pagos aos corretores mantiveram-se sem reajuste, segundo o regulamento, mantendo-se em R\$3,00 por texto.²³ Um aspecto que pudemos identificar quanto ao valor repassado à fundação responsável pela avaliação de redação, no ano de em 2016, foi que a empresa reteve R\$1,47 por texto avaliado, já que, segundo reportagem do Globo²⁴, o INEP repassou à empresa responsável o valor de R\$4,47 por texto corrigido. Embora os contratos referentes ao consórcio não especifiquem como o valor total repassado

²³ Disponível em: <<https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/enem/como-ser-corretor-da-redacao-do-enem.htm>>. Acesso em abril de 2022.

²⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/google/amp/educacao/enem/2019/noticia/2019/11/11/5168-professores-farao-a-correcao-d-as-quase-4-milhoes-de-redacoes-do-enem-2019.ghtml>>. Acesso em abril de 2022.

pelo Inep será usado, a partir do cruzamento de informações dadas pelo Inep e pelas Fundações à imprensa é possível chegar a alguns números.

Por meio da construção do histórico das Fundações participantes do processo de avaliação observamos como colaboraram na construção de uma expertise na área de avaliação educacional, garantindo um poder de determinação de políticas públicas a partir do resultado dessas avaliações (Minhoto, 2008).

Capítulo 2. Análise comparativa dos materiais referentes à Redação do Enem

Segundo Guimarães e Sales (2010), a análise documental pode ser entendida como um conjunto de procedimentos que envolve os processos de análise que, devidamente organizados, geram produtos específicos, que recuperam as informações, a partir de hipóteses elaboradas por quem pesquisa. Os autores apontam que “a análise documental insere-se no universo epistemológico da organização da informação refletindo uma visão de mundo que centra sua ênfase em dois eixos: o documento e os procedimentos lógico-linguísticos.”

Com base neste referencial teórico iniciamos pela fase de pré-análise na qual se organizam os materiais a serem observados. Nesta fase, escolhemos os documentos que serão efetivamente analisados e delimitamos quais são os indicadores norteadores. Na sequência iniciamos o processo de categorização, no qual agrupamos os materiais a partir de características convergentes. Em seguida, apresentamos a ferramenta utilizada com o instrumento da análise e a partir de nossas hipóteses, utilizaremos o recurso de comparação entre similaridade e divergências entre os textos. (Idem, 2010).

Nosso objetivo de pesquisa é analisar os diferentes documentos publicados pelo Inep, pela imprensa e pelas empresas responsáveis pela correção de Redações do Enem, verificando se há diferenças entre eles com o passar dos anos.

Primeiramente, a partir do histórico do Enem, tendo como base as principais mudanças do Exame, e do quadro síntese 1 de instituições responsáveis pela correção de redação e, em especial nos anos em que houve troca de empresas, levantamos os documentos

publicados pelo Inep que apresentavam a matriz de referência de redação do Enem. Listamos abaixo os documentos observados:

1998 - Edital e Relatório

2005 e 2006 - Edital e Relatório

2009 e 2012, 2013. - Edital e Guia da Redação do Enem

2016, 2017 e 2018 - Cartilha do Participante

2020 - Material de Leitura

2022 e 2023 - Cartilha do Participante

Observamos também a existência de documentos e materiais, referentes à correção, publicados pelas instituições privadas: Cesgranrio, Cebraspe, Vunesp e FGV. Na leitura dos Regulamentos referentes à capacitação dos avaliadores, publicado pela Vunesp, FGV e Cebraspe, encontramos uma cláusula que destaca o caráter sigiloso das informações e dos materiais disponibilizados no curso de capacitação, o que nos faz ter como hipótese se tratarem de informações que devem divergir das apresentadas na Cartilha do Participante, já que esta trata-se de um documento público. Listamos abaixo os documentos encontrados:

2017, 2018, 2019 e 2023 - Regulamento para seleção de avaliadores do Enem

A seguir, listamos os materiais teóricos que nos apresentam características quanto a avaliação de redações de algumas das instituições:

CESGRANRIO - A prova de redação e o acesso à UFRJ (2013)

CESPE/CEBRASPE - A produção de textos do Enem: desafios e conquistas (2007) e Textos Dissertativo-Argumentativos : Subsídios para qualificação de avaliadores (2017).

VUNESP: O processo de Avaliação de Redações na Fundação Vunesp (2016).

Organizados todos os documentos acima, após leitura das obras e materiais iniciamos nossa análise, por meio da comparação entre os Guias e Cartilhas referentes a redação apontados na primeira lista. Devido à grande quantidade de documentos levantados, sendo 8 Cartilhas, 6 editais, 3 Relatórios e um Material de Leitura de mais de 400 páginas, foi

necessário delimitar o material a ser analisado e optamos, portanto, por trabalhar exclusivamente com as Cartilhas e Material de Leitura por estes documentos tratarem especificamente da Redação.

Nossa análise se deu pela comparação documental entre parte dos documentos selecionados, utilizando-nos da ferramenta *Copyleaks*. Esta ferramenta on-line baseia-se em inteligência artificial na busca por textos plagiados.²⁵ Há como recurso disponível a possibilidade de comparar documentos em PDF e a partir da leitura automática a ferramenta destaca com cores diferentes os trechos detectados como idênticos e como similar. A ferramenta online *Copyleaks* rastreia e destaca quase que com total precisão os trechos que se mantiveram idênticos, os que se alteraram, mas mantinham o sentido geral aproximado e os que foram suprimidos ou acrescentados e por meio dessas marcações, pudemos verificar as diferenças entre as Cartilhas.

A partir dessas diferenças apontadas entre os documentos pela ferramenta, levantamos os trechos em que o texto mudou substancialmente, não sendo sequer marcado pela ferramenta. Analisamos, na sequência, sobre o que tratam esses trechos. Parte do conteúdo se altera todos os anos, pois refere-se ao tema da redação, aspecto inédito em cada edição. Além disso, as cartilhas trazem exemplos de redação que atingiram a nota máxima, seguida por comentários que justificam a nota 1000 de cada texto apresentado.

Esses conteúdos, no entanto, não são objetos de nossa análise, pois apresentam diferenças inerentes a cada aplicação e variam independente da troca de Fundações. Desconsiderando este tipo de diferença, destacamos os trechos divergentes que abordam a apresentação da matriz e dos critérios de correção. Com esses dados, finalmente, podemos verificar se essas alterações são significativas e se se assemelham aos critérios avaliativos apresentados nos materiais teóricos das instituições.

²⁵ Disponível em: < <https://copyleaks.com/> >. Acesso em julho de 2022.

2.1. Delimitação da análise

Nossa pesquisa se desenvolve partindo da comparação entre os materiais pedagógicos que foram publicados pelo Inep, dando ênfase àqueles específicos para a prova de redação. Nosso recorte temporal se dará especialmente nos anos em que houve alteração entre as empresas responsáveis pela correção de redação, conforme descrito a seguir.

Em nosso levantamento, destacamos, primeiramente, a comparação entre as Cartilhas e Guias voltados exclusivamente para a prova de redação do Exame. Comparamos os seguintes materiais: a Cartilha de 2016 e 2017, anos em que a correção passou do Cebraspe para a Vunesp; as Cartilhas de 2017 e 2018, em que se deu a troca da Vunesp para a FGV; as cartilhas de 2019 e 2020/2021, buscando novas orientações aos estudantes diante do cenário imposto pela pandemia.

Primeiramente, vale apontar a importância das Cartilhas na preparação para a prova de redação. Segundo Silva (2019), a escolha da denominação “Cartilha do Participante” aponta para um objetivo que ultrapassa o caráter pedagógico, entendendo-a como “um gênero instrucional, injuntivo, e institucionalizado, cuja finalidade é tornar mais evidente o que se espera do aluno-participante na Prova de Redação” (idem, 2019). Para nossa pesquisa, interessa observar como as instruções se apresentam comparativamente entre as Fundações.

Tivemos como base para o nosso estudo a nova matriz de referência do Enem, de 2009, que apresenta os critérios de correção de redação que são usados até o presente momento, em 2023. Focamos nossa comparação entre as Cartilhas de 2016, 2017 e 2018, por serem estes os anos em que houve a mais intensa troca de instituições em um curto período de tempo. Além das cartilhas, nos atentamos também à análise do Material de Leitura, divulgado em 2020, conteúdo direcionado para os avaliadores que foi disponibilizado pelo Inep para auxiliar os estudantes a prepararem-se para a redação durante a pandemia.

Utilizamos como base da análise o recurso de comparação entre similaridade e divergências entre os textos, identificadas por meio da ferramenta Copyleaks. Os trechos que se mantiveram idênticos entre si não terão relevância em nossa comparação e focaremos naqueles que apresentam diferenças, sejam elas sutis ou relevantes.

2.2 Análise documental - Cartilhas 2016 e 2017.

As Cartilhas de Redação publicadas em 2016 e 2017 enquadram-se no período em que a correção de redações era efetuada pelo Cebraspe e Vunesp, respectivamente.

Inicialmente ao observarmos comparadamente as duas cartilhas destacamos algumas características pertinentes. A Cartilha de 2016 foi publicada após um hiato de 3 anos sem que este tipo de material tenha sido produzido. Segundo Silva (2019), o motivo desta pausa de dois anos entre a publicação do Guia de Redação do Enem de 2013 e a Cartilha do Participante de 2016 não é conhecido. Porém, a não publicação oficial pelo Inep de materiais referentes a redação nos anos de 2014 e 2015 fez com que a Cartilha de 2016 analisasse não apenas o tema da redação do ano imediatamente anterior, 2015, mas também o de 2014 e 2013. A cartilha, portanto, apresentou as propostas dos três anos e exemplos de redações comentadas que atingiram a nota máxima (1000 pontos) nas três edições.

Em relação às diferenças observamos os seguintes aspectos:

Tabela 6: Comparação entre as Cartilha do Participante (2016 e 2017)

	Cartilha 2016	Cartilha 2017
Extensão	64 páginas	50 páginas
Tema analisado	Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil (2013) 5 redações nota mil	Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil (2016) 8 redações nota mil
	Publicidade infantil em questão no Brasil (2014) 4 redações nota mil	
	A persistência da violência contra a mulher no Brasil (2015) 5 redações nota mil	

Fonte: Elaboração própria

Iniciamos nossa comparação utilizando a ferramenta Copyleaks que nos apresentou o seguinte resultado:

Figura 2: Dados do Copyleaks - Cartilha 2016 e 2017



Fonte: Imagem de acervo pessoal próprio reproduzida por <https://app.copyleaks.com/>

Podemos observar que aproximadamente 30% do texto das duas cartilhas se mantiveram similares, apresentando uma alta porcentagem de texto divergente. Buscamos primeiramente descartar os trechos que se alteram devido ao caráter variável da prova. No material de 2016, a explicação sobre a Competência 2 (Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa) levantou resumidamente, como já apontado, os temas de redação das provas de 2013, 2014 e 2015, diferentemente da Cartilha de 2017 que apontou apenas aspectos relacionados ao tema da prova do ano anterior. Além disso, a Cartilha de 2016 apresentou 14 redações comentadas que foram avaliadas na nota máxima nos três anos anteriores, enquanto que, em 2017, apresentou-se apenas 7 referentes ao ano anterior. Descartadas, então, essas divergências buscamos encontrar alterações mais específicas quanto ao método de avaliação.

A participação das Fundações na produção das Cartilhas, em ambas as edições, está descrita logo no início, em sua ficha catalográfica. Em ambas as edições sua autoria é atribuída a uma Equipe Técnica, Diretoria de Avaliação da Educação Básica – Daeb; a uma equipe de Editoração, a Diretoria de Estudos Educacionais – Dired, variando apenas a equipe de Revisão Externa, em 2016 atribuída ao Cebasp e em 2017 à Vunesp.

Figura 3: Equipe técnica 2016

EQUIPE TÉCNICA

Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb)

REVISÃO EXTERNA

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe)

EQUIPE EDITORAÇÃO

Diretoria de Estudos Educacionais (Dired)

Fonte: REDAÇÃO NO ENEM 2016 - CARTILHA DO PARTICIPANTE (p.4).

Figura 4: Equipe técnica 2017

 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

EQUIPE TÉCNICA

Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb)

REVISÃO EXTERNA

Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Fundação Vunesp

EQUIPE EDITORAÇÃO

Diretoria de Estudos Educacionais (Dired)

Fonte: REDAÇÃO NO ENEM 2017 - CARTILHA DO PARTICIPANTE (p.4).

Os textos introdutórios apresentam algumas diferenças. No ano de 2016, a apresentação é assinada pela “presidência do Inep”, já em 2018 é assinada nominalmente por Maria Inês Fini, presidente do Inep, e Mendonça Filho, Ministro da Educação. Em 2016, o texto aponta a importância da prova, faz referência à transparência e destaca programas governamentais relacionados ao Exame. No ano seguinte, além desses aspectos, abordou-se também as mudanças estruturais do Exame, como a aplicação da prova de redação no primeiro dia.

Figura 5: Introdução (2016)



Prezado participante,

Nós, do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), sabemos da importância deste momento para você e sua família: afinal, o Enem é porta de acesso a inúmeras universidades públicas e a importantes programas de Governo, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies). Com o objetivo de contribuir para seus estudos, elaboramos a *Redação no Enem 2016 – Cartilha do participante*.

Nosso objetivo é tornar o mais transparente possível a metodologia de avaliação da redação, bem como o que se espera do participante em cada uma das competências avaliadas. No sentido de deixar bem claros e exemplificar os critérios utilizados, a equipe da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb) e os especialistas envolvidos na elaboração desta Cartilha selecionaram redações que obtiveram pontuação máxima nas edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2013, 2014 e 2015. Essas redações foram comentadas, explicitando os critérios da matriz de referência da Redação do Enem observados pelos participantes. Agradecemos aos autores que permitiram a utilização de suas redações nesta publicação.

Desejamos a você bons estudos e sucesso no Enem 2016!

Presidência do Inep

Fonte: REDAÇÃO NO ENEM 2016 - CARTILHA DO PARTICIPANTE (p.5).

Figura 6: Introdução (2017)

Prezado participante do Enem 2017,

Nós, do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), sabemos da importância do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para você e sua família. Por isso, apresentamos esta importante Cartilha sobre a Redação no Enem 2017, preparada com muito empenho e rigor para ajudá-lo nesse momento tão importante.

O Enem é porta de acesso a inúmeras universidades públicas e a importantes programas de governo, como o Programa Universidade para Todos e o Programa de Financiamento Estudantil.

Como você já sabe, o Enem 2017 mudou para melhor. Com base em resultado de consulta pública, aperfeiçoamos as condições de realização do exame. Uma das mudanças traz a redação para o primeiro dia do exame, pois sabemos que ela é importante elemento de composição de sua nota final.

Para apoiá-lo, a equipe do Inep aprimorou a Cartilha visando tornar ainda mais transparente a metodologia de avaliação da redação e mais evidente o que se espera do participante em cada uma das competências avaliadas.

A equipe da Diretoria de Avaliação da Educação Básica e os especialistas envolvidos na elaboração desta Cartilha selecionaram redações que obtiveram pontuação máxima no Enem 2016. A ideia foi apresentar exemplos positivos que contemplaram todos os critérios máximos de correção pelos diferentes corretores.

REDAÇÃO NO ENEM 2017
CARTILHA DO PARTICIPANTE

Fonte: REDAÇÃO NO ENEM 2017 - CARTILHA DO PARTICIPANTE (p.5).

A principal mudança substancial que encontramos foi na orientação quanto aos critérios de anulação da prova, a seguir:

Tabela 7: Critérios de Anulação (2016 e 2017)

2016 (Cebraspe)	2017 (Vunesp)
A redação receberá nota 0 (zero) se apresentar uma das características a seguir: - fuga total ao tema; - não obediência à estrutura dissertativo-argumentativa; - extensão de até 7 linhas; - cópia de texto motivador; - impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação; - parte deliberadamente desconectada do tema proposto; - desrespeito aos direitos humanos; e - folha de redação em branco, mesmo que haja texto escrito na folha de rascunho.	A redação receberá nota zero se apresentar uma das características a seguir: - fuga total ao tema; - não obediência à estrutura dissertativo-argumentativa; - extensão de até sete linhas; - cópia integral de texto(s) motivador(es) da proposta de redação e/ou de textos motivadores apresentados no caderno de questões; - impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação; - parte deliberadamente desconectada do tema proposto; - assinatura, nome, apelido ou rubrica fora do local devidamente designado para a assinatura do participante; - texto integralmente em língua estrangeira; - desrespeito aos direitos humanos; e - folha de redação em branco, mesmo que haja texto escrito na folha de rascunho.

Fonte: Elaboração própria a partir das Cartilhas do Participante de 2016 e 2017. (Inep)

As marcações correspondem aos trechos idênticos ou com pequenas alterações, sendo possível identificar, nos trechos não destacados, dois novos critérios de anulação apresentados para os participantes daquela edição em relação ao ano anterior: “- assinatura, nome, apelido ou rubrica fora do local devidamente designado para a assinatura do participante; e - texto integralmente em língua estrangeira” (Brasil, 2017). Diante da relevância da anulação de uma redação para o resultado do Enem, buscamos encontrar mais informações sobre esta mudança em documentos oficiais anteriores que versam sobre a edição de 2017.

Segundo o Edital do Exame, publicado pelo Inep no Diário Oficial de abril de 2017:

“14.9 Será atribuída nota 0 (zero) à redação:

14.9.1 que não atenda à proposta solicitada ou que possua outra estrutura textual que não seja a estrutura dissertativo-argumentativa, o que configurará "Fuga ao tema/não atendimento à estrutura dissertativo-argumentativa";

14.9.2 que não apresente texto escrito na Folha de Redação, que será considerada "Em Branco";

14.9.3 que apresente até 7 (sete) linhas, qualquer que seja o conteúdo, que configurará "Texto insuficiente";

14.9.3.1 as linhas com cópia dos textos motivadores apresentados no Caderno de Questões serão desconsideradas para efeito de correção e de contagem do mínimo de linhas.

14.9.4 que apresente impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação, bem como que desrespeite os direitos humanos, que será considerada "Anulada"; e

14.9.5 que apresente parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto, que será considerada "Anulada"” (Brasil, 2017).

Podemos observar que os critérios de anulação apresentados neste documento não preveem a nota zero para textos que apresentam assinatura ou rubrica ou textos produzidos em língua estrangeira.

Fossey (2017), no livro que apresenta como é feita a avaliação de redações da Fundação Vunesp, afirma que “uma das estratégias utilizadas por muitas instituições responsáveis pela aplicação e correção de redações em concursos e vestibulares – dentre elas, a Fundação Vunesp – para tornar a avaliação de texto mais confiável é a definição de um conjunto de critérios organizados em uma grade de correção descritores de desempenho associados a uma determinada pontuação”. Segundo a autora, os aspectos relacionados a grade de correção constam nos Manuais do Candidato dos Vestibulares e Concursos realizados. A leitura do Manual do Candidato 2018²⁶ do vestibular da Unesp, publicado em agosto de 2017, descreve-se os critérios de anulação da redação da seguinte maneira:

“Será atribuída nota zero à redação que:

a) fugir ao tema e/ou gênero propostos;

b) apresentar nome, rubrica, assinatura, sinal, iniciais ou marcas que permitam

²⁶ Disponível em <<https://documento.vunesp.com.br/documento/stream/MTg4NDM4>>. Acesso em maio de 2023.

a identificação do candidato;

c) estiver em branco;

d) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e/ ou palavras soltas);

e) for escrita em outra língua que não a portuguesa;

f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;

g) apresentar o texto definitivo fora do espaço reservado para tal;

h) apresentar 7 (sete) linhas ou menos (sem contar o título);

i) for composta integralmente por cópia de trechos da coletânea ou de quaisquer outras partes da prova;

j) apresentar formas propositais de anulação, como impropérios, trechos jocosos ou a recusa explícita em cumprir o tema proposto.”

(Manual do Candidato, 2017). (grifo da autora).

Identificamos no Manual em questão ambos os novos critérios de anulação que foram adicionados à edição do Enem de 2017. Podemos inferir que esta inclusão deu-se após a participação da Fundação Vunesp no processo de correção de redação, já que na publicação do Edital do Exame naquele ano, estas informações ainda não constavam. A contratação para a correção da Redação deu-se, segundo divulgação midiática²⁷, em junho de 2017, período posterior a publicação do Edital em Diário Oficial. Além disso, no Edital do ano seguinte, referente ao Enem 2018²⁸, esses critérios de anulação ainda não constavam em Edital, embora também aparecessem na Cartilha de 2018 mantendo-se nas Cartilhas nos anos seguintes. A informação referente a anulação por identificação do participante e por produção textual em língua estrangeira só foi publicada no Edital do Enem de 2019.²⁹

Essa divergência de informações entre o Edital e a Cartilha do Participante do ano de 2017 nos indica uma falha na transparência defendida pelo Inep quanto a avaliação da Redação e embora a Cartilha, discursivamente, objective atingir a transparência almejada pela autarquia, essa não é completamente atingida já que as informações voltam a divergir no Edital do ano seguinte. Além disso, a “Revisão Externa” da Cartilha atribuída à Fundação Vunesp indica uma participação desta na elaboração das instruções sobre a redação dada aos participantes. Nesse sentido, pode-se inferir que os critérios de anulação de redação utilizados

²⁷ Disponível em

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/vunesp-e-contratada-para-corrigir-as-redacoes-do-enem-2017.ghtml>

²⁸ https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2018/edital_enem_2018.pdf

²⁹ https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2019/edital_enem_2019.pdf

comumente pela Fundação Vunesp em seus vestibulares e concursos foram inseridos na Edição do Enem por influência desta. A expertise em avaliação educacional adquirida pela Fundação impactou nos critérios de anulação, podendo impactar, desta forma, no resultado atingido pelos participantes.

2.3 Análise documental - Cartilhas do Participante de 2019 e 2020/2021.

Esta parte de nossa análise se deu pela comparação documental das Cartilhas de Redação disponibilizadas pelo Inep, no ano de 2019 (período pré-pandêmico) e 2020/2021 (provas realizadas durante a pandemia). Utilizamos como método de análise a comparação entre as diferenças dos materiais, buscando novas informações que considerassem a ausência de aulas presenciais.

Vale ressaltar que a prova do Enem 2020 foi adiada e aplicada em 17 de janeiro de 2021 e o Enem de 2021 foi aplicado em novembro do mesmo ano.³⁰ A publicação da Cartilha do Participante do Enem de 2020 deu-se em 30 de dezembro de 2020, 18 dias antes da aplicação do Exame. Durante o ano de 2021, não houve nenhuma publicação de material, portanto, consideramos aqui que a Cartilha de 2020 foi referência para os participantes dos Exames tanto de 2020, como de 2021.

Como sistematização da comparação entre os documentos utilizamos novamente a ferramenta online *Copyleaks*, que rastreou e destacou quase que com total precisão os trechos que se mantiveram idênticos, os que se alteraram mas mantinham relação e os que foram suprimidos ou acrescentados. Por meio dessas marcações, pudemos verificar as diferenças entre as Cartilhas, buscando observar se: foram dadas orientações específicas de estudo para os participantes diante do durante o isolamento social?; e alguma alteração na cartilha indicava levar em conta o contexto de dificuldade de aprendizagem imposto pelo material de aulas não presenciais?.

Além da divulgação da Cartilha, que comumente acontece, buscamos verificar se o Inep ofereceu algum suporte específico para os estudantes que prestaram o Enem durante a pandemia de Covid-19. Encontramos, em maio de 2020, a divulgação de material inédito utilizado pelos avaliadores do Enem de 2019, denominado “Material de Leitura” (Brasil, 2019), divulgado com o objetivo de auxiliar estudantes, escolas e professores no preparo para

³⁰ Disponível em:

<<https://g1.globo.com/educacao/enem/2020/noticia/2020/05/20/inep-decide-adiar-o-enem.ghtml>>. Acesso em agosto de 2022.

a prova de redação (Inep, 2020). Foram disponibilizados 6 arquivos em PDF, divididos entre os critérios de anulação e as 5 competências avaliadas na prova de redação do Enem: 1. Domínio da escrita formal; 2. Desenvolvimento do tema em estilo dissertativo-argumentativo; 3. Relacionar, organizar e interpretar informações e argumentos em defesa de uma opinião; 4. Conhecimento de mecanismos linguísticos para construir a argumentação; e 5. Elaboração de proposta de intervenção para o problema proposto, com respeito aos direitos humanos. Analisaremos com mais atenção este material no próximo tópico, após a análise das Cartilhas.

Inicialmente verificamos os dois documentos e destacamos em nossa primeira comparação a seguinte semelhança: ambas as Cartilhas apresentaram 7 redações comentadas que receberam a nota máxima no ano anterior.

Em relação às diferenças observamos os seguintes aspectos:

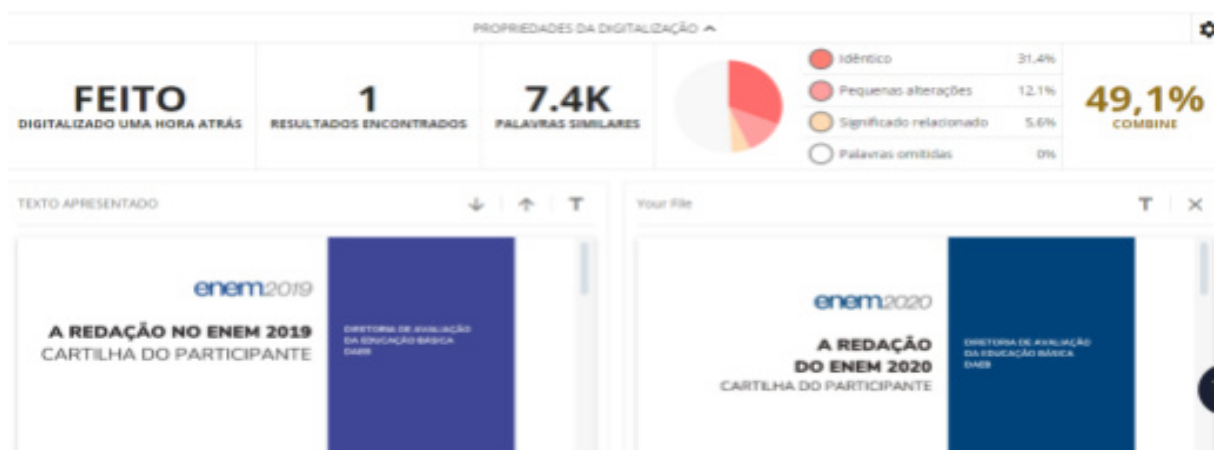
Tabela 8: Comparação entre as Cartilha do Participante (2019 e 2020)

	Cartilha 2019	Cartilha 2020
Extensão	49 páginas	52 páginas
Tema analisado	Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet (2018)	Democratização do acesso ao cinema no Brasil (2019)

Fonte: Elaboração própria

O rastreio feito nos dois documentos na Plataforma *CopyLeaks* apresentou os seguintes dados:

Figura 7: Dados do Copyleaks



Fonte: Imagem de acervo pessoal próprio reproduzida por <https://app.copyleaks.com/>

Podemos verificar que a ferramenta apontou que aproximadamente 50% do conteúdo se manteve sem alteração substancial. Inicialmente, em uma análise mais superficial podemos supor que o fato da Cartilha de 2020 apresentar mais páginas que a de 2019 e de que pouco mais da metade dos textos estarem diferentes entre si indicam que o material foi adaptado para um novo contexto, acrescentando ou alterando informações que poderiam ser pertinentes em um contexto de pandemia. Porém, ao observarmos mais detalhadamente essas diferenças, é possível verificar que diferenças de diagramação e acréscimo de espaços em branco justificam o aumento de páginas, sem que extenso conteúdo novo tenha sido produzido.

Além disso, o fato de parte do conteúdo das Cartilhas serem compostos pela análise do tema da redação aplicado no ano anterior, já justifica a diferença de uma parte significativa dos trechos que se alteraram de um ano para o outro. Ao menos 14 páginas de ambas as cartilhas são destinadas aos exemplos de redação nota mil de cada ano e suas respectivas análises. Ademais, há uma significativa parte do conteúdo que explica a avaliação do tema da redação, seja apresentando a proposta de Redação, identificando os critérios de fuga e tangenciamento do tema ou mesmo apontando os casos de desrespeito aos direitos humanos considerados para aquela temática, que diferem entre si. Considerando, portanto, essas diferenças que são intrínsecas aos variados temas abordados, passaremos a analisar de maneira mais profunda os trechos destacados.

O primeiro aspecto a ser observado na comparação entre os documentos é a introdução. Esta parte, em ambas as cartilhas, foi escrita e assinada por Alexandre Lopes, presidente do Inep nos dois anos consecutivos. Comumente, a apresentação traz uma carta direcionada ao participante do Enem, com saudação e desejo de bom desempenho na prova, o que se manteve de maneira idêntico em ambas as Cartilhas. O texto aponta que a Cartilha tem como objetivo apresentar “dicas importantes para produzir uma boa redação”, destaca a prova como “importante para quem irá concorrer a vagas nas principais instituições de ensino superior do Brasil, públicas ou privadas” (Inep, 2019 e 2020), entretanto, nada indica que as orientações consideraram o cenário de isolamento social trazido pela pandemia. Segue abaixo ambas as introduções:

Figura 8: Introdução 2019

Prezado participante,

Estamos na reta final da preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019. Para auxiliá-lo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) elaborou o documento *A redação no Enem 2019 – cartilha do Participante*. Esta Cartilha apresenta dicas importantes para produzir uma boa redação no dia do Exame. Além disso, traz exemplos de redações do Enem 2018 que obtiveram nota máxima. Tudo isso para que você possa ver na prática como essas orientações devem ser utilizadas. Sabemos que este momento é muito importante para quem irá concorrer a vagas nas principais instituições de ensino superior do Brasil, públicas ou privadas, por isso queremos ajudá-lo a ter um bom desempenho. Aproveite as dicas, se prepare e tenha sucesso no Enem 2019.

Alexandre Lopes
Presidente do Inep

Fonte: Cartilha do Participante de 2019. pg. 3 (Brasil, 2019).

Figura 9: Introdução 2020

Prezado participante,

Estamos na reta final da preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2020. Para auxiliá-lo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) elaborou o documento *A redação no Enem 2020 – Cartilha do Participante*. Esta Cartilha apresenta dicas importantes para produzir uma boa redação no dia do Exame. Além disso, traz exemplos de redações do Enem 2019 que obtiveram nota máxima. Tudo isso para que você possa ver na prática como essas orientações devem ser utilizadas. Sabemos que este momento é muito importante para quem irá concorrer a vagas nas principais instituições de ensino superior do Brasil, públicas ou privadas, por isso queremos ajudá-lo a ter um bom desempenho. Aproveite as dicas, se prepare e tenha sucesso no Enem 2020.

Alexandre Lopes
Presidente do Inep

Fonte: Cartilha do Participante de 2020. pg. 5 (Brasil, 2020).

Analisando o conteúdo teórico referente às Competências, a primeira informação diferente na Cartilha de 2020 que conseguimos destacar em relação à de 2019 é a inserção de um critério de anulação novo: “texto ilegível, que impossibilite sua leitura por dois avaliadores independentes” (Inep, 2019). Outros aspectos inéditos são tópicos com orientações em relação à avaliação de textos de participantes do espectro autista e mais detalhes quanto a avaliação de redações de participantes surdos e com dislexia. Em geral, no restante das explicações e dicas de preparo para cada competência, as mudanças são pouco substanciais e nenhuma considera a exposição ao ensino remoto e as dificuldades de aprendizagem do período pandêmico (Jeffrey e Siqueira, 2022).

Por último, o trecho final “Leia mais, seja mais” que dá dicas de como usar a leitura para aprimorar a escrita, mantém-se idêntico nas duas Cartilhas. Entre as dicas mantém-se a recomendação de manter-se atento “aos assuntos trabalhados em sala de aula”, sem considerar que no ano de 2020 e 2021, muitos estudantes não puderam frequentar a sala de aula, mesmo que virtualmente.

2.4 Análise documental - Material de Leitura (2019)

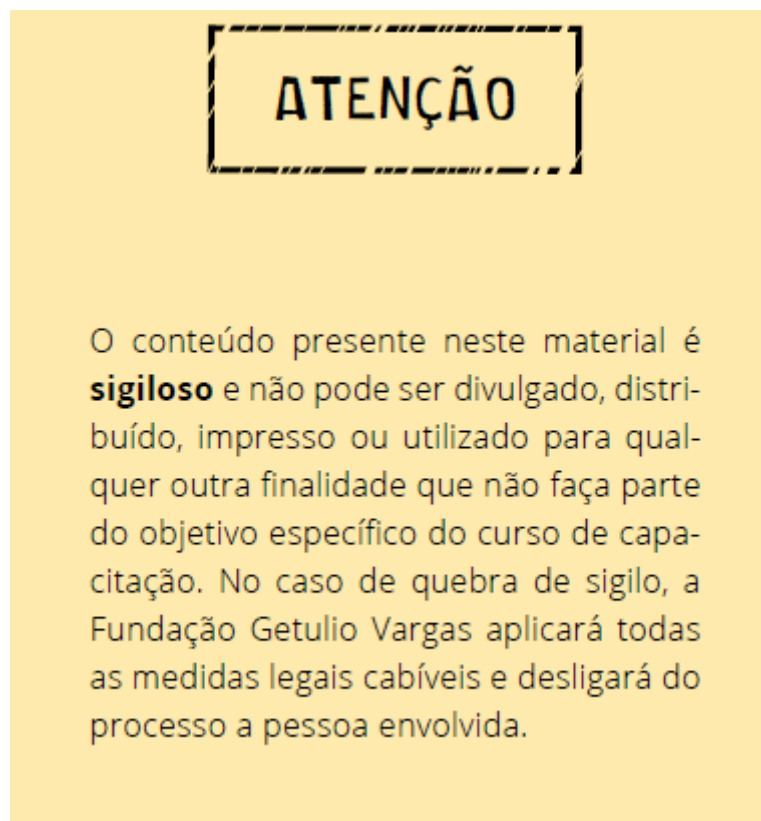
No ano de 2020, a pandemia de Covid-19 levou às escolas a prática do ensino remoto, o que exigia do MEC ações que garantissem o acesso à Educação aos alunos. Como tentativa de auxiliar os estudantes na preparação do Enem de 2020, em maio daquele ano, o Inep disponibilizou o material usado na preparação dos corretores de redação do Enem.

Vale destacar que a primeira publicação deste tipo foi feita em 2017, pelo Inep. O livro digital “Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para qualificação de avaliadores” é composto por artigos teóricos escritos por renomados especialistas da área de Letras, destacando aspectos avaliados nas cinco competências. O livro funcionou como preparação dos avaliadores da edição de 2016 do Exame e teve como co-editoria o Cebbraspe – Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos, empresa responsável pela correção naquele mesmo ano. Antes desta publicação os materiais de preparação dos avaliadores não eram públicos, situação que só deixou de acontecer em 2019, no contexto pandêmico.

No entanto, diferentemente do material publicado pelo Inep/Cebraspe em 2017, que contém uma apresentação assinada pela Presidência do Inep na qual contextualiza a importância daquela divulgação, o material publicado em 2019 não apresenta nenhuma contextualização. É possível aferir que não houve, por parte do Inep, nenhuma adaptação que antecede à sua divulgação, já que não consta em suas páginas iniciais sequer uma página de rosto com as características editoriais, como de praxe em outros materiais publicados pela autarquia.

Na página entre a capa e o sumário apresentam-se algumas orientações gerais para os avaliadores, dando destaque ao seu caráter sigiloso:

Figura 10: Orientação sobre sigilo



Fonte: Material de Leitura 2019 - Inep (2020). p. 2.

Segundo o Inep (2020), o material desenvolvido para a capacitação dos corretores de redação detalha os critérios levados em consideração na correção dos textos, podendo assim

auxiliar na preparação para o Exame. O material, composto por 6 apostilas, totalizando 385 páginas, foi escrito com o objetivo de capacitar os avaliadores, portanto, destinado a professores de Língua Portuguesa. Conforme edital disponibilizado no ano de 2020 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a capacitação dos avaliadores é destinada à pessoas com formação em Letras e envolve curso online de 4 semanas, com acompanhamento de monitores e avaliações periódicas (FGV, 2020). Podemos inferir, assim, que as apostilas foram usadas como material didático por pessoas preparadas para direcionar a compreensão do seu conteúdo.

Além disso, o material faz diversas considerações sobre a importância de uma avaliação justa e é direcionado em todo o seu conteúdo aos responsáveis pela avaliação das redações, inclusive destacando o caráter sigiloso do material. As apostilas são compostas pela Matriz de Referência da Redação, conteúdo teórico relacionado a cada competência, descrição dos níveis com exemplos de redações avaliadas em cada um deles, além de orientações específicas sobre como classificar as diferentes redações.

Foi possível observar, portanto, que tratava-se de material extenso, técnico e voltado para especialistas na área de Letras. A publicação não era voltada para os participantes do Enem, e sequer foi acompanhada de instruções para que professores pudessem utilizar o material nas aulas digitais, por exemplo. Nesse sentido, a divulgação deste material buscou gerar impacto midiático por seu ineditismo e embora tenha sido apresentada com o objetivo de ajudar a comunidade escolar no preparo para a prova de Redação, não surtiu efeito concreto, pois não foi acompanhada de nenhuma orientação de como utilizar o material.

Pudemos observar que seu conteúdo era extenso, continha referências teóricas e termos técnicos da área de Letras, que dificultavam a compreensão para um estudante de Ensino Médio, além de ser destinado ao processo de avaliação das Redações e não ao processo de elaboração dessas. Embora a divulgação deste material tenha sido apresentada como uma medida do Inep para auxiliar os estudantes, o órgão não apresentou nenhuma ferramenta que viabilizasse o uso deste material de maneira produtiva e menos ainda considerando o fato de que os estudantes não estavam frequentando aulas presenciais e tinham pouco acesso às aulas on-line.

Percebemos, a partir de nossa análise, portanto, que o material é técnico e voltado para profissionais da área e não um material didático usado para preparar os estudantes para a

prova, como apontado pelo INEP. A disponibilização do material, sem nenhuma orientação de como professores poderiam utilizá-lo, sem disponibilização de cursos ou materiais explicativos e, principalmente, com a recomendação de que poderiam ser utilizado pelos estudantes, em um contexto de ensino remoto, aponta para o fato de tratar-se de uma medida pouco efetiva diante das limitações impostas pela pandemia.

Além disso, um ponto relevante de nossa análise foi a presença, em cada apostila, de uma “Grade Específica de Correção”. A base para a avaliação das redações se dá, segundo o Material de Leitura, pela Matriz de Referência (2020), no entanto, os avaliadores são orientados a utilizarem a Grade Específica que foi elaborada a fim de “objetivar a avaliação em cada nível”. A nomenclatura utilizada para a descrição de cada nível difere da utilizada na Matriz de Referência e observamos que alguns aspectos avaliados na Grade Específica não são apresentados de maneira clara na Cartilha do Participante de 2019.

Abaixo, segue a matriz de referência apresentada na Cartilha do Participante (Brasil, 2019), referente à Competência 2.

Figura 11: Matriz de Referência (Enem 2019)

200 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.
160 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
120 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
80 pontos	Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.
40 pontos	Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais.
0 ponto	Fuga ao tema/não atendimento à estrutura dissertativo-argumentativa. Nestes casos a redação recebe nota zero e é anulada.

Fonte: Cartilha do Participante (Brasil, 2019)

Na sequência segue a Grade específica do Material de Leitura para a capacitação dos avaliadores de redação do Enem do mesmo ano, 2019:

Figura 12: Grade Específica (Enem 2019)

COMPETÊNCIA II Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das áreas de conhecimento, dentro dos limites do texto dissertativo-argumentativo em prosa				
1	Tangência ao tema	OU	• Texto composto por aglomerado de palavras OU • Traços constantes de outros tipos textuais	
2	Abordagem completa do tema	E	• 3 partes do texto (2 delas embrionárias) OU • Conclusão finalizada por frase incompleta	Textos que apresentem muitos trechos de cópias dos textos motivadores não devem ultrapassar esse nível
3	Abordagem completa do tema	E	3 partes do texto (1 parte pode ser embrionária)	• Repertório baseado nos textos motivadores E/OU • Repertório não legitimado E/OU • Repertório legitimado, MAS não pertinente ao tema
4	Abordagem completa do tema	E	3 partes do texto (nenhuma delas embrionária)	Repertório legitimado E pertinente ao tema, MAS com uso improdutivo
5	Abordagem completa do tema	E	3 partes do texto (nenhuma delas embrionária)	Repertório legitimado E pertinente ao tema, COM uso produtivo

Fonte: Material de Leitura 2019 - Inep, 2020. Pg. 7 .(Grifo da autora)

Identificamos, por exemplo, que o termo “Repertório” aparece de maneira distinta nas duas orientações. Na Matriz, a palavra “Repertório” é apresentada uma única vez, no descritor da nota máxima (200 pontos). Nos níveis anteriores, segundo seus descritores, avalia-se o domínio do tema, da estrutura da dissertação argumentativa e da argumentação ao classificá-la como previsível (120 pontos) e consistente (160 pontos), por exemplo. Entende-se pela comparação entre o descritor do nível 200 e do nível 160 que as únicas exigências que difere

o nível máximo do 160 é a excelência na elaboração da dissertação argumentativa e a presença do “repertório sociocultural produtivo”. Não há nenhuma referência ao repertório nos níveis abaixo de 200.

Por outro lado, na Grade Específica a presença de Repertório é avaliada a partir do nível 3, equivalente ao nível 120 da Matriz. Ademais, a ideia de argumentação não aparece na Grade específica, não tratando-se portanto de uma tradução mais técnica e objetiva da Matriz, mas de uma interpretação dos aspectos exigidos pelo Enem em cada um dos níveis. Não encontramos, entretanto, na Cartilha do Participante de 2019 instruções que apontasse a diferença entre os repertórios legitimados, pertinentes ou produtivos citados na Grade Específica. Podemos inferir, portanto, que a prática da avaliação, efetuada pelas Fundações contratadas, não é explicitada de maneira transparente nos documentos oficiais publicados para o Participante e o caráter instrutivo da cartilha torna-se, assim, não tão efetivo.

No ano de 2017, o Inep publicou um material apresentando o processo de correção de redação feito na edição do Enem 2016: “Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para qualificação de avaliadores”. O material divide-se em capítulos que abordam de forma teórica vários conceitos avaliados na redação do Enem. Não há, entre esses conceitos, a definição de repertório sociocultural. Discute-se tema, tipo de texto e argumentação, referentes à Competência 2 da Matriz de redação, porém os trechos que abordam questões relacionados ao uso de conhecimentos vindos de diferentes áreas do conhecimento encontra-se no capítulo relacionado ao conceito de autoria, aspecto avaliado na Competência 3 da Matriz.

Podemos observar também que, no ano de 2016, o Cebraspe, responsável pela correção, deu pouco destaque ao conceito de repertório sociocultural durante a preparação dos avaliadores, enquanto que, em 2019, a FGV, utilizou 2 páginas de seu material de capacitação dos corretores para detalhar o conceito de repertório a ser considerado nas redações.

Essas divergências encontradas na abordagem dos Materiais utilizados por diferentes Fundações responsáveis pela avaliação nos permite concluir que a utilização de diferentes rubricas que delimitam a avaliação feita por cada uma das Fundações interfere na confiabilidade do processo.

Segundo Scaramucci (2004), a apresentação das rubricas, ou seja, da Matriz e das grades de correção, e sua aplicação nos textos dos participantes deve acontecer durante o treinamento dos avaliadores. Ao observarmos que nomenclaturas e direcionamentos diversos

se dão entre estes materiais, encontramos diferentes visões de linguagem na definição de Repertório e de como conceitos de várias áreas de conhecimento devem ser avaliados nas redações. Nesse sentido, considerando que, segundo Toffoli (2016), os resultados alcançados em uma avaliação de texto escrito se dão a partir da estrutura da escala de classificação dos níveis, resultados distintos se dão a partir de interpretações diversas da Matriz de Referência. Neste caso, a confiabilidade nos resultados do Exame não se garante exclusivamente pela existência da matriz, pois a partir de nossa análise foi possível identificar interferências externas, pautadas na expertise de cada Fundação responsável pela avaliação. Essas interferências, vale ressaltar, se dão pela participação de Fundações de caráter privado que impactam nos resultados de um Exame que funciona como integrante da avaliação educacional no Brasil, em especial como impulsionador de políticas de acesso ao Ensino Superior. A transferência de prestação de serviço na área de avaliação de redações do Enem do Mec/Inep para instituições privadas, ao mesmo tempo em que a autarquia incorpora em seus materiais públicos técnicas de avaliação utilizadas por essas Fundações, reforça o conceito de permeabilidade do Estado (Tripodi e Souza, 2018), pelo qual se dá o conflito entre o Estado avaliador e a expertise das Fundações na correção de redação.

Considerações finais

Nosso trabalho teve como objetivo verificar a relação entre os interesses públicos, representados pelo Inep, e privados, representado por Fundações, no processo de correção de redações do Enem. Iniciamos nosso apresentando a criação do Enem no contexto de reformas educacionais brasileiras e identificando seu caráter de avaliação impulsionadora de inúmeras políticas públicas educacionais. Apontamos o crescimento do Exame em números, seus diferentes modelos e matrizes de referência,, além das diferentes políticas relacionadas a eles ao longo dos anos.

Apresentamos as diferentes Fundações responsáveis pela correção de redação ao longo dos anos, primeiramente apresentando suas características e históricos na área de avaliação e posteriormente apresentando os consórcios que estabeleceram suas contratações. Nesse processo foi possível identificarmos contradições, como vagueza na especificação de valores, contradições com valores apresentados pelo Inep e valores especificados pelas fundações na contratação de avaliadores e falha no contrato quanto a identificação da empresa contratada.

Utilizamos como referencial teórico aspectos relacionados à políticas públicas de avaliação educacional, como Estado avaliador e permeabilização do Estado; conceitos de avaliação de itens abertos como validade, confiabilidade e efeito retroativo; e a teoria de análise comparada.

A partir da análise comparativa das cartilhas de 2016 e 2017 e da Cartilha e Material de Leitura de 2019 foi possível encontrar divergências significativas como inserção de critério de anulação e introdução de conceitos nos critérios de correção. Ao analisarmos essas mudanças sob às perspectivas teóricas apresentadas pelas Fundações em outros materiais de divulgação foi possível identificar a incorporação na Cartilha de aspectos não apresentados na Matriz do Enem nos anos anteriores.

Por último, com a análise do Material de Leitura de 2019, voltado para a preparação de avaliadores do Enem, divulgado pelo Inep em 2020, observamos a presença de uma grade específica de correção que difere textualmente, de maneira significativa, da Matriz de Referência. Além disso, parte da teoria apresentada neste material, produzido pela FGV, difere da apresentada pelo material voltado para os avaliadores no ano de 2016, produzido pelo Cebbraspe, mostrando que as Fundações interferem na avaliação das redações, ao utilizar um conhecimento técnico que difere daquele apresentado pelo Inep nas cartilhas e nas Matrizes.

Por fim, podemos concluir que as diferenças entre os materiais públicos com o passar dos anos e a diferença entre esses e os que circulam de maneira mais restrita entre a equipe avaliadora e que só eventualmente é divulgado de maneira oficial reforça a nossa hipótese de que Fundações de caráter privado interferem nos resultados do Enem, interferindo assim em uma política pública educacional. Podemos identificar também que a falha de transparência na publicização dos critérios de correção, interfere na validade e confiabilidade do Exame. Dessa forma, é possível entendermos que o setor privado interfere no papel do Estado, quando este transfere parte de seu papel de avaliador às Fundações ao mesmo tempo que incorpora em sua política práticas avaliativas propostas por elas.

Referências Bibliográficas

ABRÚCIO, Fernando Luiz. Três agendas, seus resultados e um desafio: balanço recente da administração pública federal brasileira. *Desigualdade & Diversidade – Dossiê Especial*, segundo semestre de 2011.

AFONSO, Almerindo Janela Afonso. *Avaliação Educacional: regulação e emancipação*. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

AGUILAR, Luis Enrique. *A política pública educacional sob a ótica da análise satisfatória. Ensaios*. Campinas, SP, Edições Leitura Crítica, 2013.

BERNARDO, G.; RODRIGUES, I. C.; DEUSDARÁ, B. A prova de redação como um desafio ético: o caso do vestibular da UERJ. *Revista da Anpoll*, v. 1, no 45, p. 173-187, Florianópolis, maio/ago. 2018.

BRASIL. Edital Nº 13, De 7 De Abril De 2017. Exame Nacional do Ensino Médio - Enem 2017. Diário Oficial da União. Disponível em https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2017/edital_enem_2017.pdf.

BRASIL. Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, nº 248, de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para todos – PROUNI. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). *Exame Nacional do Ensino Médio – Enem : relatório final 1999 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais*. – Brasília : O Instituto, 2000.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). *Exame Nacional do Ensino Médio – Enem : relatório final 1999*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. – Brasília : O Instituto, 2000.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A Redação no Enem 2012: guia do participante*. Brasília, INEP, 2012.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): relatório pedagógico 2009-2010 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. – Brasília : O Instituto, 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para qualificação de avaliadores / Lucília Helena do Carmo Garcez, Vilma Reche Corrêa, organizadoras*, 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório de Gestão do Exercício de 2017 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Brasília, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Enem Redações 2019: Material de Leitura. Brasília, DF: INEP, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A redação no Enem 2019: cartilha do participante. Brasília, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A redação no Enem 2020: cartilha do participante. Brasília, DF: INEP, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 438, de 28 de maio de 1998. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio -ENEM, como procedimento de avaliação de desempenho do aluno. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, nº 102, de 01 de junho de 1998. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0178-0181_c.pdf>.

BRAVO, Maria Helena de Aguiar. Enem e o percurso histórico do conceito de avaliação: implicações das e para as políticas educacionais. 95p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

CARNAVAL, Marilya Mariany. O Exame Nacional do Ensino Médio: um estudo sobre seus usos (1998 – 2012). Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014.

CASTRO, M. M. C. A prova de redação e o acesso à UFRJ: histórias e desdobramentos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

CONFERÊNCIA DE CÚPULA DE NOVA DELHI, 1993, Nova Delhi. A Declaração de Nova Delhi – EFA-9. BRASIL. Plano Decenal de Educação para Todos – 1993-2003. ed. ac. Brasília: MEC, 1994a. p. 123-127.

CURY, C. R. Direito à educação: direito à igualdade, direito e a diferença. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 245-262, julho/ 2002.

FERRER, Ferran. La educación Comparada Actual. Editorial Ariel S.A., Barcelona, 2002.

FOSSEY, M. F. Avaliação de redações de vestibular: da teoria à prática. Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 57, n. 2, p. 1015-1042, 2018.

_____. (org.) O processo de Avaliação de Redações na Fundação Vunesp. São Paulo: Cultura Acadêmica, Editora Vunesp, 2017.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. A avaliação da Educação Básica no Brasil: dimensões normativas pedagógica e educativa. Campinas, SP. Autores Associados, 2007.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira. A concepção de educação básica no discurso político brasileiro. In: ____; FEDATTO, N. A. S. Educação básica: discursos e práticas político-normativas e interpretativas. Dourados, MS: Editora UFGD, 2008, p. 33-53.

FREITAG, Barbara. Escola, estado e sociedade. 7ª Edição. São Paulo: Editora Moraes, 2005.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Regulamento do processo de seleção de avaliadores de redações do Enem 2020. Disponível em: <<https://s4.static.brasescola.uol.com.br/vestibular/2020/09/regulamento-avaliadores-redacao-enem-2020.pdf>>.

GARCEZ, L. H. C. E CORREA, V. R. (org.). Textos dissertativo-argumentativos : subsídios para qualificação de avaliadores. Cespe-Cebraspe. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.

GUIMARAES, J. A. C.; SALES, R. Análise documental: concepções do universo acadêmico brasileiro em Ciência da Informação. DataGramaZero, v. 11, n. 1, 2010. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/#/v/7045>>.

INEP. Matriz de referência Enem. (2019) Disponível em <https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf>. Acesso em setembro de 2022.

INEP. Histórico do Enem. 30 de setembro de 2020.. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/historico>>. Acesso em maio de 2022.

INEP disponibiliza materiais de apoio para o exame. 17 de novembro de 2020. Disponível em : <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/inep-disponibiliza-materiais-de-apoio-para-o-exame>>. Acesso em novembro de 2020.

JEFFREY, Debora Cristina; SIQUEIRA, Ivan Claudio Pereira. POLÍTICA EDUCACIONAL: análise de orientações oficiais durante a pandemia de Covid-19. Revista Exitus, v. 12, n. 01, p. 1-15, 1 jul. 2022. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1862>>. Acesso em: 12 out. 2022.

MANUAL DO CANDIDATO Vestibular da Unesp de 2018. (2017) Disponível em: <<https://documento.vunesp.com.br/documento/stream/MTg4NDM4>>. Acesso em maio de 2023.

MENDONÇA, M.; NEVES, C. A. B. (Orgs.) A Redação no Vestibular Unicamp: como se faz e como se avalia. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

MILDNER, Telma. ; SILVA, Alexandro da. O Enem como forma alternativa ou complementar aos concursos vestibulares no caso das áreas de conhecimento 'língua portuguesa e literatura': relevante ou passível de refutação?. In: Luiz Carlos de Freitas. (Org.). Questões de Avaliação Educacional. Campinas, SP: Editora Komedi (Série Avaliação: construindo o campo e a crítica), 2003, v. II, p. 169-207.

MINHOTO, Maria Angélica. Da disseminação da cultura de avaliação educacional: estudo sobre a institucionalização do Enem. Poiésis, Tubarão, n. 1, v. 1, 2008, p. 67-85.

MICRODADOS do Enem por Escola são divulgados pela primeira vez. 20 de dezembro de 2018. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36409-enem-por-escola>>. Acesso em maio de 2020.

PACHECO, João Alves. As metamorfoses do ENEM: de avaliação coadjuvante para protagonista chave das políticas públicas de acesso à Educação Superior. 2013. 350 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

ROTHEN, J. C., BARREYRO, G. B., PRADO, A. DE P., BORTOLIN, L., & CAVACHIA, R. C.. (2015). A divulgação da avaliação da educação na imprensa escrita: 1995-2010. Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (Campinas), 20(3), 643–664. <<https://doi.org/10.1590/S1414-40772015000300005>> . Acesso em dezembro de 2023.

SCARAMUCCI, Matilde Virgínia Ricardi (2004). Efeito retroativo da avaliação no ensino/aprendizagem de línguas: o estado da arte. Trabalhos Em Linguística Aplicada, 43(2), 203–226. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-18132004000200002>>. Acesso em julho de 2023.

SILVA, Elisângela Fernandes da. Saeb 2017-2019: uma análise sobre a transparência na divulgação dos resultados. 2023. (190 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/13661>. Acesso em novembro de 2023.

SILVA, Marianna Lima da (2019). A Cartilha do Participante: um modelo de leitura e escrita para a Redação no Enem? Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2019.

SILVA, Simone Gonçalves da (2018). Governamentalidade neoliberal, educação e modos de subjetivação: o discurso do ENEM. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

SOUZA, Deise Lopes de (2018). Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): análise da reorganização estrutural do exame. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Guarulhos, 2018.

TRIPODI, Zara Figueiredo E SOUZA, Sandra Zákia (2018). Do governo à Governança: Permeabilidade do Estado a lógicas privatizantes na Educação. Cadernos de Pesquisa [Internet]. 2018; v 48(167): p. 228-253. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053144800>>. Acesso em outubro de 2022.

Toffoli, S. F. L., Andrade, D. F. de, Bornia, A. C., & Quevedo-Camargo, G. (2016). Avaliação com itens abertos: validade, confiabilidade, comparabilidade e justiça . Educação e Pesquisa, 42(2), 343-358. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-9702201606135887>>. Acesso em outubro de 2022.

VIANNA, HERALDO MARELIM (2003). Avaliação de sistemas e outras avaliações em larga escala. In: Luiz Carlos de Freitas. (Org.). Questões de Avaliação Educacional. Campinas, SP: Editora Komedi (Série Avaliação: construindo o campo e a crítica), 2003, v. II, p. 147-168.

_____. (2002). Questões de avaliação educacional. In: In: Luiz Carlos de Freitas. (Org.). Avaliação: construindo o campo da crítica. Florianópolis: Insular, 2002, p. 63-88.

_____. (2014). Avaliação educacional: uma perspectiva histórica. Estudos Em Avaliação Educacional, 25(60), 14–35. Disponível em: <<https://doi.org/10.18222/eae246020143308>>. Acesso em maio de 2023.

_____. (2003b). Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas. Estudos Em Avaliação Educacional, (27), 41–76. 2003b. Disponível em: <<https://doi.org/10.18222/eae02720032177>>. Acesso em outubro de 2022.

VICENTINI, Mônica Panigassi. A redação no Enem e a redação no 3º ano do ensino médio: efeitos retroativos nas práticas de ensino da escrita. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2015.

_____. Exame Nacional do Ensino Médio: A relevância de pesquisas empíricas sobre validade e efeitos retroativos. Monografia (Licenciatura em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

VIEIRA, S. L. A educação nas Constituições brasileiras. RBEP, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

PORTARIA MEC Nº 438, DE 28 DE MAIO DE 1998*Institui o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM*

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, da Constituição Federal, e considerando o disposto no artigo 6º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, resolve:

Artigo 1º - Instituir o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, tendo por objetivos:

I – conferir ao cidadão parâmetro para auto-avaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho;

II – criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio;

III – fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior;

IV – constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio.

Artigo 2º - O ENEM, que se constituirá de uma prova de múltipla escolha e uma redação, avaliará as competências e as habilidades desenvolvidas pelos examinandos ao longo do ensino fundamental e médio, imprescindíveis à vida acadêmica, ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania, tendo como base a matriz de competências especialmente definida para o exame.

§ 1º - São as seguintes competências a serem avaliadas:

I – dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica;

II – construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas;

III – selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema;

IV – relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente;

V – recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sócio-cultural.

§ 2º - São as seguintes habilidades a serem avaliadas:

I – dada a descrição discursiva ou por ilustração de um experimento ou fenômeno de natureza científica, tecnológica ou social, identificar variáveis relevantes e selecionar os instrumentos necessários para realização ou interpretação do mesmo;

II – em um gráfico cartesiano de variável socioeconômica ou técnico-científica, identificar e analisar valores das variáveis, intervalos de crescimento ou decréscimo e taxas de variação;

III – dada uma distribuição estatística de variável social, econômica, física, química ou biológica, traduzir e interpretar as informações disponíveis, ou reorganizá-las, objetivando interpolações ou extrapolações;

IV – dada uma situação-problema, apresentada em uma linguagem de determinada área de conhecimento, relacioná-la com sua formulação em outras linguagens ou vice-versa;

V – a partir da leitura de textos literários consagrados e de informações sobre concepções artísticas, estabelecer relações entre eles e seu contexto histórico, social, político ou cultural, inferindo as escolhas dos temas, gêneros discursivos e recursos expressivos dos autores;

VI – com base em um texto, analisar as funções da linguagem, identificar marcas de variantes linguísticas de natureza sociocultural, regional, de registro ou de estilo, e explorar as relações entre as linguagens coloquial e formal;

VII – identificar e caracterizar a conservação e as transformações de energia em diferentes processos de sua geração e uso social, e comparar diferentes recursos e opções energéticas;

VIII – analisar criticamente, de forma qualitativa ou quantitativa, as implicações ambientais, sociais e econômicas dos processos de utilização dos recursos naturais, materiais ou energéticos;

IX – compreender o significado e a importância da água e de seu ciclo para a manutenção da vida em sua relação com condições socioambientais, sabendo quantificar variações de temperatura e mudanças de fase em processos naturais e de intervenção humana;

X – utilizar e interpretar diferentes escalas de tempo para situar e descrever transformações na atmosfera, biosfera, hidrosfera e litosfera, origem e evolução da vida, variações populacionais e modificações no espaço geográfico;

XI – diante da diversidade da vida, analisar, do ponto de vista biológico, físico ou químico, padrões comuns nas estruturas e nos processos que garantem a continuidade e a evolução dos seres vivos;

XII – analisar fatores socioeconômicos e ambientais associados ao desenvolvimento, às condições de vida e saúde de populações humanas, por meio da interpretação de diferentes indicadores;

XIII – compreender o caráter sistêmico do planeta e reconhecer a importância da biodiversidade para preservação da vida, relacionando condições do meio e intervenção humana;

XIV – diante da diversidade de formas geométricas, planas e espaciais, presentes na natureza ou imaginadas, caracterizá-las por meio de propriedades, relacionar seus elementos, calcular comprimentos, áreas ou volumes, e utilizar o conhecimento geométrico para leitura, compreensão e ação sobre a realidade;

XV – reconhecer o caráter aleatório de fenômenos naturais ou não e utilizar em situações-problema processos de contagem, representação de frequências relativas, construção de espaços amostrais, distribuição e cálculo de probabilidades;

XVI – analisar, de forma qualitativa ou quantitativa, situações-problema referentes a perturbações ambientais, identificando fonte, transporte e destino dos poluentes, reconhecendo suas transformações; prever efeitos nos ecossistemas e no sistema produtivo e propor formas de intervenção para reduzir e controlar os efeitos da poluição ambiental;

XVII – na obtenção e produção de materiais e de insumos energéticos, identificar etapas, calcular rendimentos, taxas e índices, e analisar implicações sociais, econômicas e ambientais;

XVIII – valorizar a diversidade dos patrimônios etnoculturais e artísticos, identificando-a em suas manifestações e representações em diferentes sociedades, épocas e lugares;

XIX – confrontar interpretações diversas de situações ou fatos de natureza histórico-geográfica, técnico-científica, artístico-cultural ou do cotidiano, comparando diferentes pontos de vista, identificando os pressupostos de cada interpretação e analisando a validade dos argumentos utilizados;

XX – comparar processos de formação socioeconômica, relacionado-os com seu contexto histórico e geográfico;

XXI – dado um conjunto de informações sobre uma realidade histórico-geográfica, contextualizar e ordenar os eventos registrados, compreendendo a importância dos fatores sociais, econômicos, políticos ou culturais.

§ 3º - São as seguintes cinco competências avaliadas na redação:

I – demonstrar domínio da norma culta da língua escrita;

II – compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo;

III – selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista;

IV – demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação;

V – elaborar proposta de solução para o problema abordado, mostrando respeito aos valores humanos e considerando a diversidade sócio cultural.

Artigo 3º - O ENEM será realizado anualmente, com a aplicação descentralizada das provas, observando as disposições contidas nesta Portaria e em suas normas complementares.

Parágrafo único – O ENEM será inicialmente realizado em todas as capitais dos Estados, no Distrito Federal e nas cidades com densidade significativa de matrículas no ensino médio, expandindo-se, sua aplicação, gradualmente.

Artigo 4º - O planejamento e a operacionalização do ENEM são de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, que deverá, também, coordenar os trabalhos de normatização, supervisionar as ações de implementação, assim como promover a avaliação contínua do processo, mediante articulação permanente com especialistas em avaliação educacional, com as instituições de ensino superior e com as secretarias estaduais de educação.

Artigo 5º - A participação no ENEM é voluntária, circunscrita aos egressos do ensino médio em qualquer um de seus cursos, independentemente de quando o concluíram, e aos concluintes da última série do ensino médio, também em qualquer uma das suas modalidades, podendo o interessado participar dos exames quantas vezes considerar de sua conveniência.

§ 1º - Dado o seu caráter opcional, os interessados em participar dos exames pagarão uma taxa de inscrição, cujo valor será fixado anualmente pelo INEP, destinada ao custeio dos serviços pertinentes à elaboração e aplicação das provas, bem como ao processamento dos seus resultados.

§ 2º - Será concedida isenção do pagamento da inscrição aos interessados em participar do ENEM:

- I – concluintes do ensino médio em instituição pública;
- II – aos carentes concluintes do ensino médio da rede particular de ensino, mediante declaração do dirigente da instituição;
- III – aos concluintes do ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos - concluído entre abril de 2000 até abril de 2001;
- IV – aos egressos desse nível de ensino, mediante declaração de carência firmada por si próprio, quando capaz, pelos pais ou responsáveis.

§ 3º - A participação no ENEM conferirá ao examinando um Boletim de Resultados, contendo informações referentes ao resultado global e ao resultado do examinando, permitindo identificar sua posição relativa ao total de participantes.

Artigo 6º - O INEP, resguardado o sigilo individual, estruturará um banco de dados e emitirá relatórios com os resultados do ENEM, que estarão disponíveis para as instituições de ensino superior, para as secretarias estaduais de educação e para os pesquisadores, visando ao aprofundamento e à ampliação de análises de interesse da sociedade.

Artigo 7º - Os resultados individuais do ENEM somente poderão ser utilizados, mediante a autorização expressa do candidato.

Parágrafo único – O INEP confirmará os dados constantes do Boletim de Resultados apresentado pelo examinando, sempre que solicitado.

Artigo 8º - Os procedimentos, prazos e demais aspectos relativos ao ENEM, à inscrição dos interessados em participar do exame e as normas complementares serão estabelecidos pelo INEP, em Portaria.

Artigo 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAULO RENATO SOUZA

NOTAS:

O artigo 2º está com a redação dada pela Portaria MEC nº 318/2001, que também acrescentou § ao artigo 5º,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Matriz de Referência do ENEM 2009

O Comitê de Governança do novo ENEM, pelas representações do CONSED e do MEC reunidas em 14 de maio de 2009, aprovou os seguintes princípios:

1. Que o novo ENEM, no formato proposto pelo MEC/INEP, é importante instrumento de reestruturação do Ensino Médio;
2. Que, em função disso, deve-se vislumbrar a possibilidade de universalização da aplicação do Exame aos concluintes do Ensino Médio em futuro próximo;
3. Que a edição de 2009 deve se fundamentar na atual organização do Ensino Médio e nos seus exames - ENEM e Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), respeitando-se o itinerário formativo dos estudantes matriculados no Ensino Médio.

Comitê de Governança

Ministério da Educação

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Conselho Nacional de Secretários de Educação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Matriz de Referência do ENEM 2009

O Comitê de Governança do Novo ENEM, pelas representações da ANDIFES e do MEC reunidas em 13 de maio de 2009, aprovou a Matriz de Referência para o ENEM 2009, em conjunto com a relação de objetos de conhecimento a ela associados. O documento está organizado nas quatro áreas que compõem o Exame: Linguagens e códigos e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, Ciências humanas e suas tecnologias e Matemática e suas tecnologias.

A Matriz de Referência consubstancia evolução importante na forma de avaliação dos estudantes e orientação sobre os conteúdos cujo aprendizado se espera no Ensino Médio. Ela se pauta por habilidades consideradas essenciais aos estudantes que concluem esse nível de ensino.

A lista de objetos de conhecimento apresentada no anexo expressa a realidade atual das escolas de Ensino Médio, ao mesmo tempo em que respeita o estágio atual do aprendizado dos alunos concluintes. Estabelecida a Matriz de Referência, os objetos de conhecimento associados poderão ser aprimorados, nas edições seguintes do ENEM, de modo a consagrar o papel do Exame de orientar a melhoria do Ensino Médio em harmonia com os processos de seleção para o acesso à Educação Superior.

Por recomendação da reunião, a partir da edição de 2010, os conhecimentos de Física, Química e Biologia, associados à matriz de referência de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, devem expressar integração crescente entre as três áreas, adequando-se à perspectiva interdisciplinar das competências e habilidades adotadas na matriz de referência correspondente.

Deliberou-se, ainda, que a competência de conhecimento e uso da língua estrangeira moderna só deverá ser objeto de avaliação a partir do Exame de 2010.

Comitê de Governança

Ministério da Educação
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Matriz de Referência do ENEM 2009

O Comitê de Governança do Novo ENEM, pelas representações da ANDIFES e do MEC reunidas em 13 de maio de 2009, aprovou a Matriz de Referência para o ENEM 2009, em conjunto com a relação de objetos de conhecimento a ela associados. O documento está organizado nas quatro áreas que compõem o Exame: Linguagens e códigos e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, Ciências humanas e suas tecnologias e Matemática e suas tecnologias.

A Matriz de Referência consubstancia evolução importante na forma de avaliação dos estudantes e orientação sobre os conteúdos cujo aprendizado se espera no Ensino Médio. Ela se pauta por habilidades consideradas essenciais aos estudantes que concluem esse nível de ensino.

A lista de objetos de conhecimento apresentada no anexo expressa a realidade atual das escolas de Ensino Médio, ao mesmo tempo em que respeita o estágio atual do aprendizado dos alunos concluintes. Estabelecida a Matriz de Referência, os objetos de conhecimento associados poderão ser aprimorados, nas edições seguintes do ENEM, de modo a consagrar o papel do Exame de orientar a melhoria do Ensino Médio em harmonia com os processos de seleção para o acesso à Educação Superior.

Por recomendação da reunião, a partir da edição de 2010, os conhecimentos de Física, Química e Biologia, associados à matriz de referência de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, devem expressar integração crescente entre as três áreas, adequando-se à perspectiva interdisciplinar das competências e habilidades adotadas na matriz de referência correspondente.

Deliberou-se, ainda, que a competência de conhecimento e uso da língua estrangeira moderna só deverá ser objeto de avaliação a partir do Exame de 2010.

Comitê de Governança

Ministério da Educação
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

MATRIZ DE REFERÊNCIA ENEM

EIXOS COGNITIVOS (comuns a todas as áreas de conhecimento)

- I. **Dominar linguagens (DL):** dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.
- II. **Compreender fenômenos (CF):** construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
- III. **Enfrentar situações-problema (SP):** selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
- IV. **Construir argumentação (CA):** relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
- V. **Elaborar propostas (EP):** recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Matriz de Referência de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

Competência de área 1 - Aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.

H1 - Identificar as diferentes linguagens e seus recursos expressivos como elementos de caracterização dos sistemas de comunicação.

H2 - Recorrer aos conhecimentos sobre as linguagens dos sistemas de comunicação e informação para resolver problemas sociais.

H3 - Relacionar informações geradas nos sistemas de comunicação e informação, considerando a função social desses sistemas.

H4 - Reconhecer posições críticas aos usos sociais que são feitos das linguagens e dos sistemas de comunicação e informação.

Competência de área 2 - Conhecer e usar língua(s) estrangeira(s) moderna(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais*.

H5 – Associar vocábulos e expressões de um texto em LEM ao seu tema.

H6 - Utilizar os conhecimentos da LEM e de seus mecanismos como meio de ampliar as possibilidades de acesso a informações, tecnologias e culturas.

H7 – Relacionar um texto em LEM, as estruturas linguísticas, sua função e seu uso social.

H8 - Reconhecer a importância da produção cultural em LEM como representação da diversidade cultural e linguística.

Competência de área 3 - Compreender e usar a linguagem corporal como relevante para a própria vida, integradora social e formadora da identidade.

H9 - Reconhecer as manifestações corporais de movimento como originárias de necessidades cotidianas de um grupo social.

H10 - Reconhecer a necessidade de transformação de hábitos corporais em função das necessidades cinestésicas.

H11 - Reconhecer a linguagem corporal como meio de interação social, considerando os limites de desempenho e as alternativas de adaptação para diferentes indivíduos.

Competência de área 4 - Compreender a arte como saber cultural e estético gerador de significação e integrador da organização do mundo e da própria identidade.

H12 - Reconhecer diferentes funções da arte, do trabalho da produção dos artistas em seus meios culturais.

H13 - Analisar as diversas produções artísticas como meio de explicar diferentes culturas, padrões de beleza e preconceitos.

H14 - Reconhecer o valor da diversidade artística e das inter-relações de elementos que se apresentam nas manifestações de vários grupos sociais e étnicos.

Competência de área 5 - Analisar, interpretar e aplicar recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.

H15 - Estabelecer relações entre o texto literário e o momento de sua produção, situando aspectos do contexto histórico, social e político.

H16 - Relacionar informações sobre concepções artísticas e procedimentos de construção do texto literário.

H17 - Reconhecer a presença de valores sociais e humanos atualizáveis e permanentes no patrimônio literário nacional.

Competência de área 6 - Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.

H18 - Identificar os elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos.

H19 - Analisar a função da linguagem predominante nos textos em situações específicas de interlocução.

H20 - Reconhecer a importância do patrimônio linguístico para a preservação da memória e da identidade nacional.

Competência de área 7 - Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.

H21 - Reconhecer em textos de diferentes gêneros, recursos verbais e não-verbais utilizados com a finalidade de criar e mudar comportamentos e hábitos.

H22 - Relacionar, em diferentes textos, opiniões, temas, assuntos e recursos linguísticos.

H23 - Inferir em um texto quais são os objetivos de seu produtor e quem é seu público alvo, pela análise dos procedimentos argumentativos utilizados.

H24 - Reconhecer no texto estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público, tais como a intimidação, sedução, comoção, chantagem, entre outras.

Competência de área 8 - Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.

H25 - Identificar, em textos de diferentes gêneros, as marcas linguísticas que singularizam as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro.

H26 - Relacionar as variedades linguísticas a situações específicas de uso social.

H27 - Reconhecer os usos da norma padrão da língua portuguesa nas diferentes situações de comunicação.

Competência de área 9 - Entender os princípios, a natureza, a função e o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida pessoal e social, no desenvolvimento do conhecimento, associando-o aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhes dão suporte, às demais tecnologias, aos processos de produção e aos problemas que se propõem solucionar.

H28 - Reconhecer a função e o impacto social das diferentes tecnologias da comunicação e informação.

H29 - Identificar pela análise de suas linguagens, as tecnologias da comunicação e informação.

H30 - Relacionar as tecnologias de comunicação e informação ao desenvolvimento das sociedades e ao conhecimento que elas produzem.

Matriz de Referência de Matemática e suas Tecnologias

Competência de área 1 - Construir significados para os números naturais, inteiros, racionais e reais.

H1 - Reconhecer, no contexto social, diferentes significados e representações dos números e operações - naturais, inteiros, racionais ou reais.

H2 - Identificar padrões numéricos ou princípios de contagem.

H3 - Resolver situação-problema envolvendo conhecimentos numéricos.

H4 - Avaliar a razoabilidade de um resultado numérico na construção de argumentos sobre afirmações quantitativas.

H5 - Avaliar propostas de intervenção na realidade utilizando conhecimentos numéricos.

Competência de área 2 - Utilizar o conhecimento geométrico para realizar a leitura e a representação da realidade e agir sobre ela.

H6 - Interpretar a localização e a movimentação de pessoas/objetos no espaço tridimensional e sua representação no espaço bidimensional.

H7 - Identificar características de figuras planas ou espaciais.

H8 - Resolver situação-problema que envolva conhecimentos geométricos de espaço e forma.

H9 - Utilizar conhecimentos geométricos de espaço e forma na seleção de argumentos propostos como solução de problemas do cotidiano.

Competência de área 3 - Construir noções de grandezas e medidas para a compreensão da realidade e a solução de problemas do cotidiano.

H10 - Identificar relações entre grandezas e unidades de medida.

H11 - Utilizar a noção de escalas na leitura de representação de situação do cotidiano.

H12 - Resolver situação-problema que envolva medidas de grandezas.

H13 - Avaliar o resultado de uma medição na construção de um argumento consistente.

H14 - Avaliar proposta de intervenção na realidade utilizando conhecimentos geométricos relacionados a grandezas e medidas.

Competência de área 4 - Construir noções de variação de grandezas para a compreensão da realidade e a solução de problemas do cotidiano.

H15 - Identificar a relação de dependência entre grandezas.

H16 - Resolver situação-problema envolvendo a variação de grandezas, direta ou inversamente proporcionais.

H17 - Analisar informações envolvendo a variação de grandezas como recurso para a construção de argumentação.

H18 - Avaliar propostas de intervenção na realidade envolvendo variação de grandezas.

Competência de área 5 - Modelar e resolver problemas que envolvem variáveis socioeconômicas ou técnico-científicas, usando representações algébricas.

H19 - Identificar representações algébricas que expressem a relação entre grandezas.

H20 - Interpretar gráfico cartesiano que represente relações entre grandezas.

H21 - Resolver situação-problema cuja modelagem envolva conhecimentos algébricos.

H22 - Utilizar conhecimentos algébricos/geométricos como recurso para a construção de argumentação.

H23 - Avaliar propostas de intervenção na realidade utilizando conhecimentos algébricos.

Competência de área 6 - Interpretar informações de natureza científica e social obtidas da leitura de gráficos e tabelas, realizando previsão de tendência, extrapolação, interpolação e interpretação.

H24 - Utilizar informações expressas em gráficos ou tabelas para fazer inferências.

H25 - Resolver problema com dados apresentados em tabelas ou gráficos.

H26 - Analisar informações expressas em gráficos ou tabelas como recurso para a construção de argumentos.

Competência de área 7 - Compreender o caráter aleatório e não-determinístico dos fenômenos naturais e sociais e utilizar instrumentos adequados para medidas, determinação de amostras e cálculos de probabilidade para interpretar informações de variáveis apresentadas em uma distribuição estatística.

H27 - Calcular medidas de tendência central ou de dispersão de um conjunto de dados expressos em uma tabela de frequências de dados agrupados (não em classes) ou em gráficos.

H28 - Resolver situação-problema que envolva conhecimentos de estatística e probabilidade.

H29 - Utilizar conhecimentos de estatística e probabilidade como recurso para a construção de argumentação.

H30 - Avaliar propostas de intervenção na realidade utilizando conhecimentos de estatística e probabilidade.

Matriz de Referência de Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Competência de área 1 – Compreender as ciências naturais e as tecnologias a elas associadas como construções humanas, percebendo seus papéis nos processos de produção e no desenvolvimento econômico e social da humanidade.

H1 – Reconhecer características ou propriedades de fenômenos ondulatórios ou oscilatórios, relacionando-os a seus usos em diferentes contextos.

H2 – Associar a solução de problemas de comunicação, transporte, saúde ou outro, com o correspondente desenvolvimento científico e tecnológico.

H3 – Confrontar interpretações científicas com interpretações baseadas no senso comum, ao longo do tempo ou em diferentes culturas.

H4 – Avaliar propostas de intervenção no ambiente, considerando a qualidade da vida humana ou medidas de conservação, recuperação ou utilização sustentável da biodiversidade.

Competência de área 2 – Identificar a presença e aplicar as tecnologias associadas às ciências naturais em diferentes contextos.

H5 – Dimensionar circuitos ou dispositivos elétricos de uso cotidiano.

H6 – Relacionar informações para compreender manuais de instalação ou utilização de aparelhos, ou sistemas tecnológicos de uso comum.

H7 – Selecionar testes de controle, parâmetros ou critérios para a comparação de materiais e produtos, tendo em vista a defesa do consumidor, a saúde do trabalhador ou a qualidade de vida.

Competência de área 3 – Associar intervenções que resultam em degradação ou conservação ambiental a processos produtivos e sociais e a instrumentos ou ações científico-tecnológicos.

H8 – Identificar etapas em processos de obtenção, transformação, utilização ou reciclagem de recursos naturais, energéticos ou matérias-primas, considerando processos biológicos, químicos ou físicos neles envolvidos.

H9 – Compreender a importância dos ciclos biogeoquímicos ou do fluxo energia para a vida, ou da ação de agentes ou fenômenos que podem causar alterações nesses processos.

H10 – Analisar perturbações ambientais, identificando fontes, transporte e(ou) destino dos poluentes ou prevendo efeitos em sistemas naturais, produtivos ou sociais.

H11 – Reconhecer benefícios, limitações e aspectos éticos da biotecnologia, considerando estruturas e processos biológicos envolvidos em produtos biotecnológicos.

H12 – Avaliar impactos em ambientes naturais decorrentes de atividades sociais ou econômicas, considerando interesses contraditórios.

Competência de área 4 – Compreender interações entre organismos e ambiente, em particular aquelas relacionadas à saúde humana, relacionando conhecimentos científicos, aspectos culturais e características individuais.

H13 – Reconhecer mecanismos de transmissão da vida, prevendo ou explicando a manifestação de características dos seres vivos.

H14 – Identificar padrões em fenômenos e processos vitais dos organismos, como manutenção do equilíbrio interno, defesa, relações com o ambiente, sexualidade, entre outros.

H15 – Interpretar modelos e experimentos para explicar fenômenos ou processos biológicos em qualquer nível de organização dos sistemas biológicos.

H16 – Compreender o papel da evolução na produção de padrões, processos biológicos ou na organização taxonômica dos seres vivos.

Competência de área 5 – Entender métodos e procedimentos próprios das ciências naturais e aplicá-los em diferentes contextos.

H17 – Relacionar informações apresentadas em diferentes formas de linguagem e representação usadas nas ciências físicas, químicas ou biológicas, como texto discursivo, gráficos, tabelas, relações matemáticas ou linguagem simbólica.

H18 – Relacionar propriedades físicas, químicas ou biológicas de produtos, sistemas ou procedimentos tecnológicos às finalidades a que se destinam.

H19 – Avaliar métodos, processos ou procedimentos das ciências naturais que contribuam para diagnosticar ou solucionar problemas de ordem social, econômica ou ambiental.

Competência de área 6 – Apropriar-se de conhecimentos da física para, em situações problema, interpretar, avaliar ou planejar intervenções científico-tecnológicas.

H20 – Caracterizar causas ou efeitos dos movimentos de partículas, substâncias, objetos ou corpos celestes.

H21 – Utilizar leis físicas e (ou) químicas para interpretar processos naturais ou tecnológicos inseridos no contexto da termodinâmica e(ou) do eletromagnetismo.

H22 – Compreender fenômenos decorrentes da interação entre a radiação e a matéria em suas manifestações em processos naturais ou tecnológicos, ou em suas implicações biológicas, sociais, econômicas ou ambientais.

H23 – Avaliar possibilidades de geração, uso ou transformação de energia em ambientes específicos, considerando implicações éticas, ambientais, sociais e/ou econômicas.

Competência de área 7 – Apropriar-se de conhecimentos da química para, em situações problema, interpretar, avaliar ou planejar intervenções científico-tecnológicas.

H24 – Utilizar códigos e nomenclatura da química para caracterizar materiais, substâncias ou transformações químicas.

H25 – Caracterizar materiais ou substâncias, identificando etapas, rendimentos ou implicações biológicas, sociais, econômicas ou ambientais de sua obtenção ou produção.

H26 – Avaliar implicações sociais, ambientais e/ou econômicas na produção ou no consumo de recursos energéticos ou minerais, identificando transformações químicas ou de energia envolvidas nesses processos.

H27 – Avaliar propostas de intervenção no meio ambiente aplicando conhecimentos químicos, observando riscos ou benefícios.

Competência de área 8 – Apropriar-se de conhecimentos da biologia para, em situações problema, interpretar, avaliar ou planejar intervenções científico-tecnológicas.

H28 – Associar características adaptativas dos organismos com seu modo de vida ou com seus limites de distribuição em diferentes ambientes, em especial em ambientes brasileiros.

H29 – Interpretar experimentos ou técnicas que utilizam seres vivos, analisando implicações para o ambiente, a saúde, a produção de alimentos, matérias primas ou produtos industriais.

H30 – Avaliar propostas de alcance individual ou coletivo, identificando aquelas que visam à preservação e a implementação da saúde individual, coletiva ou do ambiente.

Matriz de Referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias

Competência de área 1 - Compreender os elementos culturais que constituem as identidades

H1 - Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

H2 - Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.

H3 - Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.

H4 - Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.

H5 - Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.

Competência de área 2 - Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

H6 - Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.

H7 - Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações

H8 - Analisar a ação dos estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.

H9 - Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.

H10 - Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.

Competência de área 3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

H11 - Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

H12 - Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.

H13 - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

H15 - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.

Competência de área 4 - Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

H16 - Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.

H17 - Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção.

H18 - Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações sócio-espaciais.

H19 - Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano.

H20 - Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.

Competência de área 5 - Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

H21 - Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social.

H22 - Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

H23 - Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades.

H24 - Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

H25 – Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.

Competência de área 6 - Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

H26 - Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.

H27 - Analisar de maneira crítica as interações da sociedade com o meio físico, levando em consideração aspectos históricos e(ou) geográficos.

H28 - Relacionar o uso das tecnologias com os impactos sócio-ambientais em diferentes contextos histórico-geográficos.

H29 - Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas.

H30 - Avaliar as relações entre preservação e degradação da vida no planeta nas diferentes escalas.

ANEXO

Objetos de conhecimento associados às Matrizes de Referência

1. Linguagem, Códigos e suas Tecnologias

- **Estudo do texto: as sequências discursivas e os gêneros textuais no sistema de comunicação e informação** - modos de organização da composição textual; atividades de produção escrita e de leitura de textos gerados nas diferentes esferas sociais - públicas e privadas.
- **Estudo das práticas corporais: a linguagem corporal como integradora social e formadora de identidade** - *performance* corporal e identidades juvenis; possibilidades de vivência crítica e emancipada do lazer; mitos e verdades sobre os corpos masculino e feminino na sociedade atual; exercício físico e saúde; o corpo e a expressão artística e cultural; o corpo no mundo dos símbolos e como produção da cultura; práticas corporais e autonomia; condicionamentos e esforços físicos; o esporte; a dança; as lutas; os jogos; as brincadeiras.
- **Produção e recepção de textos artísticos: interpretação e representação do mundo para o fortalecimento dos processos de identidade e cidadania** – Artes Visuais: estrutura morfológica, sintática, o contexto da obra artística, o contexto da comunidade. Teatro: estrutura morfológica, sintática, o contexto da obra artística, o contexto da comunidade, as fontes de criação. Música: estrutura morfológica, sintática, o contexto da obra artística, o contexto da comunidade, as fontes de criação. Dança: estrutura morfológica, sintática, o contexto da obra artística, o contexto da comunidade, as fontes de criação. Conteúdos estruturantes das linguagens artísticas (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), elaborados a partir de suas estruturas morfológicas e sintáticas; inclusão, diversidade e multiculturalidade: a valorização da pluralidade expressada nas produções estéticas e artísticas das minorias sociais e dos portadores de necessidades especiais educacionais.
- **Estudo do texto literário: relações entre produção literária e processo social, concepções artísticas, procedimentos de construção e recepção de textos** - produção literária e processo social; processos de formação literária e de formação nacional; produção de textos literários, sua recepção e a constituição do patrimônio literário nacional; relações entre a dialética cosmopolitismo/localismo e a produção literária nacional;

elementos de continuidade e ruptura entre os diversos momentos da literatura brasileira; associações entre concepções artísticas e procedimentos de construção do texto literário em seus gêneros (épico/narrativo, lírico e dramático) e formas diversas.; articulações entre os recursos expressivos e estruturais do texto literário e o processo social relacionado ao momento de sua produção; representação literária: natureza, função, organização e estrutura do texto literário; relações entre literatura, outras artes e outros saberes.

- **Estudo dos aspectos linguísticos em diferentes textos: recursos expressivos da língua, procedimentos de construção e recepção de textos** - organização da macroestrutura semântica e a articulação entre idéias e proposições (relações lógico-semânticas).

- **Estudo do texto argumentativo, seus gêneros e recursos linguísticos: argumentação: tipo, gêneros e usos em língua portuguesa** - formas de apresentação de diferentes pontos de vista; organização e progressão textual; papéis sociais e comunicativos dos interlocutores, relação entre usos e propósitos comunicativos, função sociocomunicativa do gênero, aspectos da dimensão espaçotemporal em que se produz o texto.

- **Estudo dos aspectos linguísticos da língua portuguesa: usos da língua: norma culta e variação linguística** - uso dos recursos linguísticos em relação ao contexto em que o texto é constituído: elementos de referência pessoal, temporal, espacial, registro linguístico, grau de formalidade, seleção lexical, tempos e modos verbais; uso dos recursos linguísticos em processo de coesão textual: elementos de articulação das sequências dos textos ou à construção da micro estrutura do texto.

- **Estudo dos gêneros digitais: tecnologia da comunicação e informação: impacto e função social** - o texto literário típico da cultura de massa: o suporte textual em gêneros digitais; a caracterização dos interlocutores na comunicação tecnológica; os recursos linguísticos e os gêneros digitais; a função social das novas tecnologias.

2. Matemática e suas Tecnologias

- **Conhecimentos numéricos:** operações em conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais), desigualdades, divisibilidade, fatoração, razões e proporções, porcentagem e juros, relações de dependência entre grandezas, sequências e progressões, princípios de contagem.
- **Conhecimentos geométricos:** características das figuras geométricas planas e espaciais; grandezas, unidades de medida e escalas; comprimentos, áreas e volumes; ângulos; posições de retas; simetrias de figuras planas ou espaciais; congruência e semelhança de triângulos; teorema de Tales; relações métricas nos triângulos; circunferências; trigonometria do ângulo agudo.
- **Conhecimentos de estatística e probabilidade:** representação e análise de dados; medidas de tendência central (médias, moda e mediana); desvios e variância; noções de probabilidade.
- **Conhecimentos algébricos:** gráficos e funções; funções algébricas do 1.º e do 2.º grau, polinomiais, racionais, exponenciais e logarítmicas; equações e inequações; relações no ciclo trigonométrico e funções trigonométricas.
- **Conhecimentos algébricos/geométricos:** plano cartesiano; retas; circunferências; paralelismo e perpendicularidade, sistemas de equações.

3. Ciências da Natureza e suas Tecnologias

3.1 Física

- **Conhecimentos básicos e fundamentais** - Noções de ordem de grandeza. Notação Científica. Sistema Internacional de Unidades. Metodologia de investigação: a procura de regularidades e de sinais na interpretação física do mundo. Observações e mensurações: representação de grandezas físicas como grandezas mensuráveis. Ferramentas básicas: gráficos e vetores. Conceituação de grandezas vetoriais e escalares. Operações básicas com vetores.

- **O movimento, o equilíbrio e a descoberta de leis físicas** – Grandezas fundamentais da mecânica: tempo, espaço, velocidade e aceleração. Relação histórica entre força e movimento. Descrições do movimento e sua interpretação: quantificação do movimento e sua descrição matemática e gráfica. Casos especiais de movimentos e suas regularidades observáveis. Conceito de inércia. Noção de sistemas de referência inerciais e não inerciais. Noção dinâmica de massa e quantidade de movimento (momento linear). Força e variação da quantidade de movimento. Leis de Newton. Centro de massa e a idéia de ponto material. Conceito de forças externas e internas. Lei da conservação da quantidade de movimento (momento linear) e teorema do impulso. Momento de uma força (torque). Condições de equilíbrio estático de ponto material e de corpos rígidos. Força de atrito, força peso, força normal de contato e tração. Diagramas de forças. Identificação das forças que atuam nos movimentos circulares. Noção de força centrípeta e sua quantificação. A hidrostática: aspectos históricos e variáveis relevantes. Empuxo. Princípios de Pascal, Arquimedes e Stevin: condições de flutuação, relação entre diferença de nível e pressão hidrostática.

- **Energia, trabalho e potência** - Conceituação de trabalho, energia e potência. Conceito de energia potencial e de energia cinética. Conservação de energia mecânica e dissipação de energia. Trabalho da força gravitacional e energia potencial gravitacional. Forças conservativas e dissipativas.

- **A Mecânica e o funcionamento do Universo** - Força peso. Aceleração gravitacional. Lei da Gravitação Universal. Leis de Kepler. Movimentos de corpos celestes. Influência na Terra: marés e variações climáticas. Concepções históricas sobre a origem do universo e sua evolução.

- **Fenômenos Elétricos e Magnéticos** - Carga elétrica e corrente elétrica. Lei de Coulomb. Campo elétrico e potencial elétrico. Linhas de campo. Superfícies equipotenciais. Poder das pontas. Blindagem. Capacitores. Efeito Joule. Lei de Ohm. Resistência elétrica e resistividade. Relações entre grandezas elétricas: tensão, corrente, potência e energia. Circuitos elétricos simples. Correntes contínua e alternada. Medidores elétricos.

Representação gráfica de circuitos. Símbolos convencionais. Potência e consumo de energia em dispositivos elétricos. Campo magnético. Ímãs permanentes. Linhas de campo magnético. Campo magnético terrestre.

- **Oscilações, ondas, óptica e radiação** - Feixes e frentes de ondas. Reflexão e refração. Óptica geométrica: lentes e espelhos. Formação de imagens. Instrumentos ópticos simples. Fenômenos ondulatórios. Pulsos e ondas. Período, frequência, ciclo. Propagação: relação entre velocidade, frequência e comprimento de onda. Ondas em diferentes meios de propagação.

- **O calor e os fenômenos térmicos** - Conceitos de calor e de temperatura. Escalas termométricas. Transferência de calor e equilíbrio térmico. Capacidade calorífica e calor específico. Condução do calor. Dilatação térmica. Mudanças de estado físico e calor latente de transformação. Comportamento de Gases ideais. Máquinas térmicas. Ciclo de Carnot. Leis da Termodinâmica. Aplicações e fenômenos térmicos de uso cotidiano. Compreensão de fenômenos climáticos relacionados ao ciclo da água.

3.2 Química

- **Transformações Químicas** - Evidências de transformações químicas. Interpretando transformações químicas. Sistemas Gasosos: Lei dos gases. Equação geral dos gases ideais, Princípio de Avogadro, conceito de molécula; massa molar, volume molar dos gases. Teoria cinética dos gases. Misturas gasosas. Modelo corpuscular da matéria. Modelo atômico de Dalton. Natureza elétrica da matéria: Modelo Atômico de Thomson, Rutherford, Rutherford-Bohr. Átomos e sua estrutura. Número atômico, número de massa, isótopos, massa atômica. Elementos químicos e Tabela Periódica. Reações químicas.

- **Representação das transformações químicas** - Fórmulas químicas. Balanceamento de equações químicas. Aspectos quantitativos das transformações químicas. Leis ponderais das reações químicas. Determinação de fórmulas químicas. Grandezas Químicas: massa, volume, mol, massa molar, constante de Avogadro. Cálculos estequiométricos.

- **Materiais, suas propriedades e usos** - Propriedades de materiais. Estados físicos de materiais. Mudanças de estado. Misturas: tipos e métodos de separação. Substâncias químicas: classificação e características gerais. Metais e Ligas metálicas. Ferro, cobre e alumínio. Ligações metálicas. Substâncias iônicas: características e propriedades. Substâncias iônicas do grupo: cloreto, carbonato, nitrato e sulfato. Ligação iônica. Substâncias moleculares: características e propriedades. Substâncias moleculares: H_2 , O_2 , N_2 , Cl_2 , NH_3 , H_2O , HCl , CH_4 . Ligação Covalente. Polaridade de moléculas. Forças intermoleculares. Relação entre estruturas, propriedade e aplicação das substâncias.

- **Água** - Ocorrência e importância na vida animal e vegetal. Ligação, estrutura e propriedades. Sistemas em Solução Aquosa: Soluções verdadeiras, soluções coloidais e suspensões. Solubilidade. Concentração das soluções. Aspectos qualitativos das propriedades coligativas das soluções. Ácidos, Bases, Sais e Óxidos: definição, classificação, propriedades, formulação e nomenclatura. Conceitos de ácidos e base. Principais propriedades dos ácidos e bases: indicadores, condutibilidade elétrica, reação com metais, reação de neutralização.
- **Transformações Químicas e Energia** - Transformações químicas e energia calorífica. Calor de reação. Entalpia. Equações termoquímicas. Lei de Hess. Transformações químicas e energia elétrica. Reação de oxirredução. Potenciais padrão de redução. Pilha. Eletrólise. Leis de Faraday. Transformações nucleares. Conceitos fundamentais da radioatividade. Reações de fissão e fusão nuclear. Desintegração radioativa e radioisótopos.
- **Dinâmica das Transformações Químicas** - Transformações Químicas e velocidade. Velocidade de reação. Energia de ativação. Fatores que alteram a velocidade de reação: concentração, pressão, temperatura e catalisador.
- **Transformação Química e Equilíbrio** - Caracterização do sistema em equilíbrio. Constante de equilíbrio. Produto iônico da água, equilíbrio ácido-base e pH. Solubilidade dos sais e hidrólise. Fatores que alteram o sistema em equilíbrio. Aplicação da velocidade e do equilíbrio químico no cotidiano.
- **Compostos de Carbono** - Características gerais dos compostos orgânicos. Principais funções orgânicas. Estrutura e propriedades de Hidrocarbonetos. Estrutura e propriedades de compostos orgânicos oxigenados. Fermentação. Estrutura e propriedades de compostos orgânicos nitrogenados. Macromoléculas naturais e sintéticas. Noções básicas sobre polímeros. Amido, glicogênio e celulose. Borracha natural e sintética. Polietileno, poliestireno, PVC, Teflon, náilon. Óleos e gorduras, sabões e detergentes sintéticos. Proteínas e enzimas.
- **Relações da Química com as Tecnologias, a Sociedade e o Meio Ambiente** - Química no cotidiano. Química na agricultura e na saúde. Química nos alimentos. Química e ambiente. Aspectos científico-tecnológicos, socioeconômicos e ambientais associados à obtenção ou produção de substâncias químicas. Indústria Química: obtenção e utilização do cloro, hidróxido de sódio, ácido sulfúrico, amônia e ácido nítrico. Mineração e Metalurgia. Poluição e tratamento de água. Poluição atmosférica. Contaminação e proteção do ambiente.
- **Energias Químicas no Cotidiano** - Petróleo, gás natural e carvão. Madeira e hulha. Biomassa. Biocombustíveis. Impactos ambientais de combustíveis fósseis. Energia nuclear. Lixo atômico. Vantagens e desvantagens do uso de energia nuclear.

3.3 Biologia

- **Moléculas, células e tecidos** - Estrutura e fisiologia celular: membrana, citoplasma e núcleo. Divisão celular. Aspectos bioquímicos das estruturas celulares. Aspectos gerais do metabolismo celular. Metabolismo energético: fotossíntese e respiração. Codificação da informação genética. Síntese protéica. Diferenciação celular. Principais tecidos animais e vegetais. Origem e evolução das células. Noções sobre células-tronco, clonagem e tecnologia do DNA recombinante. Aplicações de biotecnologia na produção de alimentos, fármacos e componentes biológicos. Aplicações de tecnologias relacionadas ao DNA a investigações científicas, determinação da paternidade, investigação criminal e identificação de indivíduos. Aspectos éticos relacionados ao desenvolvimento biotecnológico. Biotecnologia e sustentabilidade.

- **Hereditariedade e diversidade da vida** - Princípios básicos que regem a transmissão de características hereditárias. Concepções pré-mendelianas sobre a hereditariedade. Aspectos genéticos do funcionamento do corpo humano. Antígenos e anticorpos. Grupos sanguíneos, transplantes e doenças auto-imunes. Neoplasias e a influência de fatores ambientais. Mutações gênicas e cromossômicas. Aconselhamento genético. Fundamentos genéticos da evolução. Aspectos genéticos da formação e manutenção da diversidade biológica.

- **Identidade dos seres vivos** - Níveis de organização dos seres vivos. Vírus, procariontes e eucariontes. Autótrofos e heterótrofos. Seres unicelulares e pluricelulares. Sistemática e as grandes linhas da evolução dos seres vivos. Tipos de ciclo de vida. Evolução e padrões anatômicos e fisiológicos observados nos seres vivos. Funções vitais dos seres vivos e sua relação com a adaptação desses organismos a diferentes ambientes. Embriologia, anatomia e fisiologia humana. Evolução humana. Biotecnologia e sistemática.

- **Ecologia e ciências ambientais** - Ecossistemas. Fatores bióticos e abióticos. Habitat e nicho ecológico. A comunidade biológica: teia alimentar, sucessão e comunidade clímax. Dinâmica de populações. Interações entre os seres vivos. Ciclos biogeoquímicos. Fluxo de energia no ecossistema. Biogeografia. Biomas brasileiros. Exploração e uso de recursos naturais. Problemas ambientais: mudanças climáticas, efeito estufa; desmatamento; erosão; poluição da água, do solo e do ar. Conservação e recuperação de ecossistemas. Conservação da biodiversidade. Tecnologias ambientais. Noções de saneamento básico. Noções de legislação ambiental: água, florestas, unidades de conservação; biodiversidade.

- **Origem e evolução da vida** - A biologia como ciência: história, métodos, técnicas e experimentação. Hipóteses sobre a origem do Universo, da Terra e dos seres vivos. Teorias de evolução. Explicações pré-darwinistas para a modificação das espécies. A teoria evolutiva de Charles Darwin. Teoria sintética da evolução. Seleção artificial e seu impacto sobre ambientes naturais e sobre populações humanas.

- **Qualidade de vida das populações humanas** - Aspectos biológicos da pobreza e do desenvolvimento humano. Indicadores sociais, ambientais e econômicos. Índice de desenvolvimento humano. Principais doenças que afetam a população brasileira:

caracterização, prevenção e profilaxia. Noções de primeiros socorros. Doenças sexualmente transmissíveis. Aspectos sociais da biologia: uso indevido de drogas; gravidez na adolescência; obesidade. Violência e segurança pública. Exercícios físicos e vida saudável. Aspectos biológicos do desenvolvimento sustentável. Legislação e cidadania.

4. Ciências Humanas e suas Tecnologias

• Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade

- Cultura Material e imaterial; patrimônio e diversidade cultural no Brasil.
- A Conquista da América. Conflitos entre europeus e indígenas na América colonial. A escravidão e formas de resistência indígena e africana na América.
- História cultural dos povos africanos. A luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira.
- História dos povos indígenas e a formação sócio-cultural brasileira.
- Movimentos culturais no mundo ocidental e seus impactos na vida política e social.

• Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado

- Cidadania e democracia na Antiguidade; Estado e direitos do cidadão a partir da Idade Moderna; democracia direta, indireta e representativa.
- Revoluções sociais e políticas na Europa Moderna.
- Formação territorial brasileira; as regiões brasileiras; políticas de reordenamento territorial.
- As lutas pela conquista da independência política das colônias da América.
- Grupos sociais em conflito no Brasil imperial e a construção da nação.
- O desenvolvimento do pensamento liberal na sociedade capitalista e seus críticos nos séculos XIX e XX.
- Políticas de colonização, migração, imigração e emigração no Brasil nos séculos XIX e XX.
- A atuação dos grupos sociais e os grandes processos revolucionários do século XX: Revolução Bolchevique, Revolução Chinesa, Revolução Cubana.
- Geopolítica e conflitos entre os séculos XIX e XX: Imperialismo, a ocupação da Ásia e da África, as Guerras Mundiais e a Guerra Fria.

- Os sistemas totalitários na Europa do século XX: nazi-fascista, franquismo, salazarismo e stalinismo. Ditaduras políticas na América Latina: Estado Novo no Brasil e ditaduras na América.
- Conflitos político-culturais pós-Guerra Fria, reorganização política internacional e os organismos multilaterais nos séculos XX e XXI.
- A luta pela conquista de direitos pelos cidadãos: direitos civis, humanos, políticos e sociais. Direitos sociais nas constituições brasileiras. Políticas afirmativas.
- Vida urbana: redes e hierarquia nas cidades, pobreza e segregação espacial.

• Características e transformações das estruturas produtivas

- Diferentes formas de organização da produção: escravismo antigo, feudalismo, capitalismo, socialismo e suas diferentes experiências.
- Economia agro-exportadora brasileira: complexo açucareiro; a mineração no período colonial; a economia cafeeira; a borracha na Amazônia.
- Revolução Industrial: criação do sistema de fábrica na Europa e transformações no processo de produção. Formação do espaço urbano-industrial. Transformações na estrutura produtiva no século XX: o fordismo, o toyotismo, as novas técnicas de produção e seus impactos.
- A industrialização brasileira, a urbanização e as transformações sociais e trabalhistas.
- A globalização e as novas tecnologias de telecomunicação e suas consequências econômicas, políticas e sociais.
- Produção e transformação dos espaços agrários. Modernização da agricultura e estruturas agrárias tradicionais. O agronegócio, a agricultura familiar, os assalariados do campo e as lutas sociais no campo. A relação campo-cidade.

• Os domínios naturais e a relação do ser humano com o ambiente

- Relação homem-natureza, a apropriação dos recursos naturais pelas sociedades ao longo do tempo. Impacto ambiental das atividades econômicas no Brasil. Recursos minerais e energéticos: exploração e impactos. Recursos hídricos; bacias hidrográficas e seus aproveitamentos.
- As questões ambientais contemporâneas: mudança climática, ilhas de calor, efeito estufa, chuva ácida, a destruição da camada de ozônio. A nova ordem ambiental

internacional; políticas territoriais ambientais; uso e conservação dos recursos naturais, unidades de conservação, corredores ecológicos, zoneamento ecológico e econômico.

- Origem e evolução do conceito de sustentabilidade.
- Estrutura interna da terra. Estruturas do solo e do relevo; agentes internos e externos modeladores do relevo.
- Situação geral da atmosfera e classificação climática. As características climáticas do território brasileiro.
- Os grandes domínios da vegetação no Brasil e no mundo.

• **Representação espacial**

- Projeções cartográficas; leitura de mapas temáticos, físicos e políticos; tecnologias modernas aplicadas à cartografia.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
ANÍSIO TEIXEIRA - INEP
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº 23036.000233/2006-02

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

**CONCORRÊNCIA Nº 1/2006 – DACC/INEP – TÉCNICA E PREÇO
ENEM - 2006**

Às quatorze horas do dia dezesseis de junho do ano de dois mil e seis, na sala quatrocentos e quinze, localizada no Anexo I, do Edifício-Sede do MEC, em Brasília - DF, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação criada para receber e julgar as Propostas referentes à Concorrência nº 1/2006 contou com a presença de Arllington Campos Sousa – Presidente, Antonio Pereira Gonçalves Filho, Pedro Massad Júnior, Lúcia Helena Pulcherio de Medeiros e Alessandra Regina Ferreira Abadio – membros, **para proceder ao julgamento das Propostas de Preço** apresentadas pelas Licitantes – **Fundação Conesul de Desenvolvimento - FCD e Consórcio Cesgranrio-Cespe**. Assim passou a CEL a apreciar a conformação das propostas com o Edital. *Quanto às considerações registradas em ata pelas concorrentes, a CEL entendeu, no que tange a cotação dos corretores da prova de redação, item 6 da planilha detalhada, que a mesma não se apresenta nos termos exigidos pelo edital, no qual exige cotação que respeite os quantitativos estimados pelo projeto básico, como é o caso das provas de redação que deverão ser aplicadas para o número estimado de 3.000.000 (três milhões de alunos), conforme item 3 c/c 9.2.1.1, ambos do projeto básico, mormente quando observamos o número estimados de folhas para a realização da prova de redação (item 3 da planilha detalhada), que demonstra claramente a quantidade estimada pelo projeto de redações a serem corrigidas, qual seja, 3.000.000. Ademais considerando o disposto no item 5.6.2.2.D do projeto básico (anexo 1 do edital) o mesmo informa que deverá ser corrigida cerca de 100 redações por turno. Ademais, existe a seguinte observação no anexo IX do projeto básico, modelo de planilha de custo a ser utilizado para formação de preço, conforme item 8.2 do edital: “como exceção, algumas especificações e quantitativos podem variar em função da logística e capacidade de cada licitante, **sem prejuízo da observância aos quantitativos e especificações constantes do Projeto Básico**” (g.n.). Dessa forma verificamos que a cotação de preço para o referido item – corretores de redação (item 6 da planilha detalhada) – constante da proposta da Fundação Conesul de Desenvolvimento, de fato considerou a correção de 2.688.000 redações, resultado da seguinte equação: 1.120 (número de corretores, trabalhando em um único turno de 4 horas, como estimado na proposta) x 06 (número de dias trabalhados por semana) x 04 (número de semanas). Assim, resta claro que tal quantitativo de redações corrigidas não atende ao valor mínimo estimado de 3.000.000 de redações, portanto vê-se que a proposta apresentada, no intuito de diminuir seus custos, não atendeu na íntegra o objeto licitado, o que fere de morte o princípio da isonomia entre os participantes e o da*

seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, art. 3º da Lei nº 8.666/93. Ora, não seria sequer razoável admitir uma proposta que não atenda ao objeto licitado, sob pena de gerar danos irreparáveis ao erário e ao interesse público em jogo. Ademais, vê-se claramente que a paridade das propostas quanto ao objeto é ponto de maior relevância para um balizamento das propostas visando a escolher daquela que melhor atenda à administração. Adite-se a isso, o fato de que, ainda na proposta técnica desta Fundação, foi constatado que a mesma não fez prever o quantitativo de redações a serem corrigidas por turno, item 5.6.2.2.D do projeto básico, o que certamente lhe causou perda de pontos em sua metodologia em virtude dessa falta, conforme ata de julgamento das propostas técnicas. Em vista disso, não resta dúvida quanto a deficiência da proposta de preço da Fundação Conesul neste ponto, culminando na sua **desclassificação**, em atenção ao item 8.2."b" c/c 9.9.2.4."a" do edital. A título de informação, ainda que a referida Fundação obtivesse pontuação máxima em sua proposta de preço não seria suficiente para vencer a concorrente no presente certame, no somatório das notas de técnica e preço. Quanto à alegada ausência de cotação de preço por aluno excedente e o custo aluno para as provas especiais, bem como o custo dos boletins individuais de resultado em Braille, a mesma não procede, tendo em vista que o edital no item 9.2 do Projeto Básico, já fixa previamente esses valores por meio de percentuais a serem aplicados sobre o custo aluno. Dessa forma, não há dispositivo no edital que exija tais cotações de preços. Sobre a alegação de que a proposta do Consórcio Cesgranrio-Cespe não contempla cotação de todos os preços totais e unitários por extenso, vê-se que também não procede, haja vista que o edital estabelece essa exigência apenas dos valores totais, o que foi apresentado na proposta do consórcio, fls. 1.335 e 1.343 dos autos. Da mesma forma não procede a alegação de preços inexequíveis para elaboração, impressão e envio dos boletins individuais de resultado, conquanto o valor unitário cotado, R\$0,28, se aproxima do estimado pela administração, R\$ 0,34, conforme item 8 do detalhamento da planilha estimativa de custos, item 9.2.1.1 do projeto básico. Ressalte-se que como informado nas observações constantes da parte final dessa planilha vemos que: "1) os cálculos dos valores unitários (média de custos) constantes nas planilhas deste subitem, foram obtidos com base no levantamento da média dos valores unitários apresentados nas propostas apresentadas pelas Empresas que participaram dos processos licitatórios para o Enem edições de 2003, 2004 e 2005". O que demonstra que o valor estimado para este serviço é o praticado pelo mercado em objetos semelhantes. E mais, que com custos próximos desse médio foi possível a realização fidedigna do objeto em anos anteriores. Acrescente-se a isso o fato de que como bem observou a Fundação Conesul em seu relato, conforme item 5.8 do projeto básico, a elaboração, a impressão e envio dos boletins individuais de resultado serão atribuições da contratada, a qual pela sua proposta, observando os valores estimados pelo edital, aliados à sua infra-estrutura operacional, logística e capacidade, se comprometeu na realização desses serviços pelo valor cotado, provavelmente amparada por economia de escala. Assim, a CEL concluiu que a proposta de preço da **Fundação Conesul de Desenvolvimento – FCD**, em que pese tenha cotado o valor global de R\$ 43.495.304,52 (quarenta e três milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, trezentos e quatro reais e cinquenta e dois centavos) e valor unitário de R\$14,50 (quatorze reais e cinquenta centavos), pelo já exposto acima quanto a cotação dos corretores para a prova de redação, restou DESCLASSIFICADA, porquanto não atendeu às exigências editalícias na forma acima fundamentada. Outrossim, a CEL entendeu que a proposta de preço apresentada pelo Consórcio Cesgranrio-Cespe fez jus a sua CLASSIFICAÇÃO, porquanto atendeu às exigências editalícias, em conformidade com os subitens 8.2 e 9.9.2 do Edital, passando assim a pontuá-la.

Consórcio Cesgranrio-Cespe cotou o valor global de **R\$ 52.440.000,00** (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil reais), sendo o valor unitário de R\$17,48 (dezessete reais e quarenta e oito centavos) por aluno. Com isso, o **Consórcio Cesgranrio-Cespe obteve a Nota da Proposta de Preço, NPP = 300**, calculada da seguinte forma: $\text{Nota Proposta de Preço} = 300 \times (52.440.000,00 / 52.440.000,00)$, nos termos do subitem 9.9.2 do Edital. Com isso, a **Classificação Final** do certame ficou assim: **Fundação Conesul de Desenvolvimento - FCD**, Nota Proposta Técnica, 227, conforme Ata de Julgamento das Propostas Técnicas c/c julgamento do recurso, fls. 1.279/1.284, e Proposta de Preço, DESCLASSIFICADA, conforme já fundamentado, culminando na sua DESCLASSIFICAÇÃO FINAL do certame. **Consórcio CESGRANRIO-CESPE**, Nota Proposta Técnica, 686, conforme Ata de Julgamento das Propostas Técnicas, e Nota Proposta de Preço, 300, conforme exposto acima, perfazendo a **Nota Final, NC = 986**, calculada nos termos do subitem 10.1 do Edital, 1ª classificada. Portanto, **julgada como vencedora da Concorrência nº 01/2006 – DACC/INEP – Técnica e Preço – ENEM/2006 o concorrente Consórcio CESGRANRIO-CESPE, por ter obtido a maior Nota Final, nos moldes do subitem 10.2 do Edital.** Em atenção ao princípio da publicidade, a CEL promoverá a publicação do resultado final deste julgamento no Diário Oficial da União, abrindo-se vista dos autos do Processo nº 23036.000233/2006-02 aos interessados. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião às 15:30 horas e redigida a presente ata que vai assinada pelos membros abaixo.

Arlington Campos Sousa
Presidente

Pedro Massad Júnior
Membro

Antonio Pereira Gonçalves Filho
Membro

Lúcia Helena Pulcherio de Medeiros
Membro

Alessandra Regina Ferreira Abadio
Membro



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
ANÍSIO TEIXEIRA - INEP
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

RESULTADO DE JULGAMENTO FINAL

**CONCORRÊNCIA Nº 1/2006 – DACC/INEP – TÉCNICA E PREÇO
ENEM - 2006**

O INEP, por intermédio da Comissão Especial de Licitação – ENEM/2006, torna público o **Resultado de Julgamento Final** da Concorrência acima referenciada, com o seguinte resultado: **Fundação Conesul de Desenvolvimento - FCD** – Nota Proposta Técnica - 227 e Nota Proposta de Preço – PROPOSTA DE PREÇO DESCLASSIFICADA, por não atender na íntegra às regras do edital, conforme fundamentação que consta da Ata de Julgamento. **Consórcio CESGRANRIO-CESPE** – Nota Proposta Técnica - 686 e Nota Proposta de Preço – 300. Observados os itens 9.9.1 e 9.9.2 do Edital. **Classificação Final: 1ª Classificada – Consórcio CESGRANRIO-CESPE, com a Nota Final = 986. Fundação Conesul de Desenvolvimento – FCD, proposta desclassificada**, de acordo com a Ata de Julgamento das Propostas de Preço. Os autos do Processo nº 23036.00000233/2006-02 encontram-se com vista franqueada aos interessados.

Brasília-DF, 16 de junho de 2006.

Arllington Campos Sousa
Presidente da CEL



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
SIG Quadra 04, Lote 327, Edifício Villa Lobos - 2º Andar, Ala A - Bairro Setor de Indústrias Gráficas, Brasília/DF, CEP 70610-908
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.inep.gov.br

CONTRATO Nº 15/2017

Processo nº 23036.003056/2017-61

CONTRATO Nº 15/2017

TERMO DE CONTRATO Nº 15/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP E, DE OUTRO A FUNDAÇÃO CESGRANRIO PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP**, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 9.448/97, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.678.363/0001-43, com sede no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 04, Lote 327 – Edifício Villa Lobos, em Brasília/DF, neste ato representado por sua Diretora de Gestão e Planejamento, Sr.^a **EUNICE DE OLIVEIRA FERREIRA SANTOS**, nomeada pela Portaria CCPR nº 378, publicada no DOU de 15/04/2016, e com delegação nomeada pela Portaria nº 55 de 09/03/2015, publicada no DOU, de 10/03/2015, portadora da Carteira de Identidade nº 807289, SSP/DF, **CPF nº 324.838.131-00**, com endereço no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 04, Lote 327 – Edifício Villa Lobos, na qualidade de CONTRATANTE, doravante denominado INEP, e do outro lado a **FUNDAÇÃO CESGRANRIO**, instituição líder do Consórcio CESGRANRIO - FGV - VUNESP inscrita no CNPJ/MF sob o nº **42.270.181/0001-16**, sediada na Rua Santa Alexandrina, 1.011, Rio Comprido, Rio de Janeiro - RJ, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 1.592.037, IFP/RJ, e CPF nº 030.180.087-15, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23036.003056/2017-61** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Dispensa de Licitação nº 05/2017**, mediante o Projeto Básico e as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O Objeto do presente instrumento é a Contratação de Consórcio para prestação de serviços especializados de aplicação para o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, conforme condições e especificações contidas no Projeto Básico e seus Encartes.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos subsequentes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos, nos termos do inciso II, do artigo 57, da Lei 8.666/93.

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo, a ser submetido à prévia apreciação jurídica.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 525.190.375,13** (quinhentos e vinte e cinco milhões, cento e noventa mil trezentos e setenta e cinco reais e treze centavos).

3.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos À CONTRATADA dependerão¹¹³ dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

Ação	PTRES	Sub Ação	Fonte	Natureza Despesa	Subitem	PI	Valor (R\$)	NOTA DE EMPENHO
20RM	108445	ENEM	0250	33.90.39	05	MII04M0103N	50.007.287,09	2017NE800399
20RM	108445	ENEM	0108	33.90.39	05	MII04M0103N	276.419.366,25	2017NE800400
20RM	108445	ENEM	0108	33.90.39	05	MII04M0103N	81.606.663,34	2017NE800394
20RM	108445	ENEM	0108	33.90.39	05	MII04M0103N	117.157.058,45	2017NE800393
Valor Total a Empenhar							525.190.375,13	

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. Os prazos para pagamentos à CONTRATADA e demais condições a eles referentes encontram-se definidos no Projeto Básico e seus Encartes.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. A periodicidade e a forma de cálculo do reajuste encontram-se previstas no Projeto Básico;

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Os prazos e as modalidades de garantia admitidas na presente contratação estão estabelecidas no Projeto Básico.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. As condições para o Regime de Execução e Fiscalização são aquelas previstas no Projeto Básico e seus Encartes.

9. CLÁUSULA NONA – ENTREGÁVEIS E PRAZOS DE EXECUÇÃO

9.1. Os Entregáveis e os Prazos de Execução são os previstos no Projeto Básico e seus Encartes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico e seus Encartes.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Projeto Básico e seus Encartes.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no Art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no Art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.¹¹⁴

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

17.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

EUNICE DE OLIVEIRA FERREIRA SANTOS

Representante do INEP

CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA

Representante do Consórcio CESGRANRIO -FGV -VUNESP

Testemunhas:

Nome:
RG:

Nome:
RG:



conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

115



Documento assinado eletronicamente por **Eunice de Oliveira Ferreira Santos, Diretor(a) de Gestão e Planejamento/Ordenador(a) de Despesa**, em 19/07/2017, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Dantas, Coordenador(a)**, em 19/07/2017, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Murilo Sergio Braga do Amaral, Servidor Público Federal**, em 19/07/2017, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.inep.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0076669** e o código CRC **864D532A**.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

CONTRATO Nº 05/2023

Processo nº 23036.006472/2021-05

TERMO DE CONTRATO Nº 05/2023

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 05/2022, QUE ENTRE DE UM LADO, O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP E O CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS - CEBRASPE.

O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 9.448/97, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.678.363/0001-43, com sede no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 04, Lote 327 – Edifício Villa Lobos, em Brasília/DF, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **MANUEL FERNANDO PALACIOS DA CUNHA E MELO**, nomeado pela Portaria nº 1.410, de 31/01/2023, publicada no DOU de 01/02/2023, Portaria de delegação de competência MEC nº 243, de 12/02/2020, publicada no DOU de 13/02/2020, portador da Carteira de Identidade nº MG-20.853.019, CPF nº 504.481.457-15, com endereço no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 04, Lote 327 – Edifício Villa Lobos, CEP 70610-908, em Brasília – DF, na qualidade de CONTRATANTE, doravante denominado INEP, e do outro lado o **CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS - CEBRASPE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **18.284.407/0001-53**, sediado no Campus Universitário Darcy Ribeiro, Edifício Sede Cebbraspe, Asa Norte, em Brasília/DF - CEP 70.904-970, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Diretora Executiva, Sra. **CLAUDIA MAFFINI GRIBOSKI**, portadora da carteira de identidade nº 1.038.227.862 SSP/RS e inscrita no CPF/MF sob o nº 568.654.810-20, residente e domiciliada em Brasília - DF e pela Diretora-Geral Sra. **ADRIANA RIGON WESKA**, portadora da carteira de identidade nº 500045613-6 SSP/RS e inscrita no CPF/MF sob o nº 346.917.231-53, residente e domiciliada em Brasília - DF, tendo em vista o que consta no Processo nº 23036.006472/2021-05 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 13/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Instituição Aplicadora para prestação de serviços especializados de aplicação para o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem Impresso, e correção de provas objetivas e redações, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO/CATSER	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Operacionalização dos procedimentos relativos à realização do Enem, versão impressa e correção de provas objetivas e redações	12777	1	R\$ 329.725.932,50

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, com início a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme item 4 (d) do Estudo Técnico Preliminar, de modo a atender quaisquer edições do Exame, mesmo em caso de prorrogações, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.2. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.3. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.4. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.5. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.6. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.7. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.8. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor total da contratação é de **R\$ 329.725.932,50 (trezentos e vinte e nove milhões, setecentos e vinte e cinco mil novecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 153978/26290

Fonte: 1000

Programa de Trabalho: 170040

Elemento de Despesa: 339039

PI: MII04M8203N

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. **CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9.2. Caberá à contratada executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e Parâmetros especificados no Termo de Referência e em sua proposta, para quaisquer edições do Exame, dentro da vigência contratual, inclusive em caso de prorrogações;

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de do Distrito Federal - Justiça Federal.

16.2. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

MANUEL FERNANDO PALACIOS DA CUNHA E MELO	CLAUDIA MAFFINI GRIBOSKI	ADRIANA RIGON WESKA
Presidente do Inep	Diretora Executiva do CEBRASPE	Diretora-Geral do CEBRASPE



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Maffini Griboski, Usuário Externo**, em 03/03/2023, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rigon Weska, Usuário Externo**, em 03/03/2023, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manuel Fernando Palacios da Cunha e Melo, Presidente**, em 03/03/2023, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1119680** e o código CRC **76862B85**.